

PARECER TÉCNICO DALU/SUPLAN Nº 52/2025
DE 13 DE OUTUBRO DE 2025

Empreendimento: Arena Vencer Complexo Esportivo Multiuso SPE LTDA (Processo nº: 01-034.545/18-02)

CNPJ: 25.090.380/0001-23

Responsável legal pelo empreendimento: Bruno Muzzi

Responsável técnico pelos estudos: Laís Rosa Leite - CREA 167613/D (Ecominas Meio Ambiente e Urbanismo LTDA)

Localização: Rua Christina Maria Assis, nº 202, bairro Califórnia - Regional Noroeste

Licença de Instalação (LI): 0814/19 e **Autorização Provisória de Funcionamento (APF):** 0241/23.

Assunto: Avaliação do Relatório Técnico de cumprimento das condicionantes da LI nº 0814/19 para fins de obtenção da Licença de Operação - LO - 2ª análise

Protocolo: 31.00639672/2025-40

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da análise do material protocolado pela engenheira responsável pela condução dos estudos para obtenção da Licença de Operação - LO do empreendimento Arena Vencer Complexo Esportivo Multiuso Ltda.

O material protocolado tem por objetivo apresentar o estado atual de atendimento às condicionantes estabelecidas nos Anexos I e II da Licença de Instalação (LI) nº 0814/2019 e requerer a aplicação da Lei Municipal nº 11.785/2024 a fim de excluir diversas condicionantes ainda pendentes de atendimento. O material foi avaliado em 1ª análise pela CLI em 11/09/2025, que emitiu Parecer de Pendências nº 065/2025 a fim de esclarecer dúvidas a respeito das informações apresentadas.

O empreendimento possui enquadramento tanto urbanístico quanto ambiental, nos termos dos arts. 344 e 345 da Lei 11.181/2019 e da DN COMAM nº 102/2020, em função do parcelamento do solo (lote com área de 10.000m² e quarteirões com dimensão superior a 200 m); ocupação (área total edificada superior a 20.000m², área de estacionamento

superior a 10.000m² e com mais de 400 vagas); e uso de Estádio Esportivo (CNAE: 9311500-01).

O projeto da Arena Multiuso consistiu no parcelamento da planta CP 252-013-G e no loteamento de uma área indivisa a oeste, resultando na criação de um único lote para o empreendimento. A proposta original previa a divisão em dois lotes, mas foi ajustada para formar apenas um, totalizando 117.193,11m² de área de lote. É importante ressaltar que, em função da planta CP 252-013-G possuir lotes com destinação institucional, de áreas verdes e arruamentos no parcelamento original, a incorporação dessas áreas ao lote da Arena Multiuso foi objeto de compensação, conforme Lei 11.200/2019, o que ocorreu em lote próximo à área, na região conhecida como “Mata dos Morcegos” (Lote 003, Quadra 091 - polígono à esquerda na imagem abaixo).

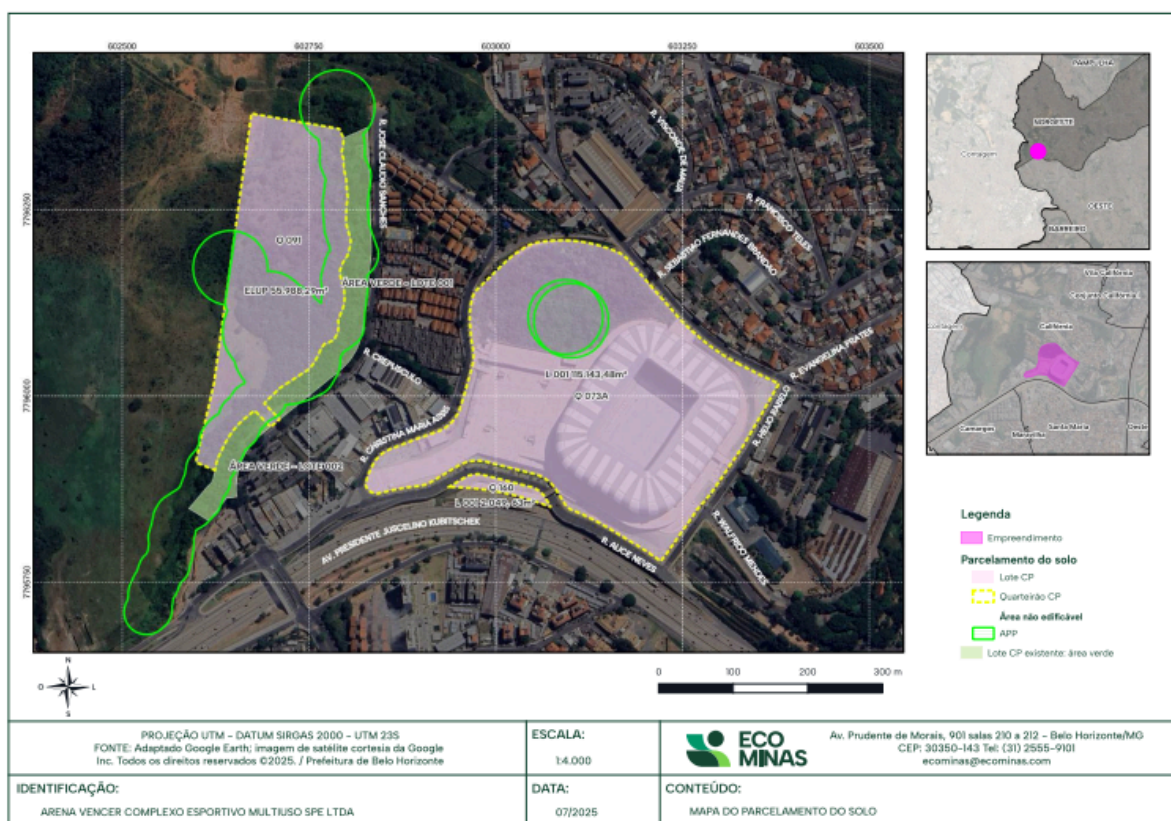


Imagem 01: Lotes gerados pela Arena MRV e transferência de ELUP em terreno lindeiro ao empreendimento (Lote 003, Quadra 091). Fonte: Ecominas (2025).

Outro ponto importante diz respeito ao enquadramento do empreendimento como de interesse social por meio do Decreto Estadual nº 604 de 23/11/2018, nos termos do disposto nas alíneas “c” e “q” do inciso IX do art. 3º da Lei Federal nº 12.651 (Código

Florestal), em função de conter, além da área destinada ao estádio, diversos equipamentos de uso público. Esse enquadramento possibilitou a intervenção na APP existente no terreno, com base no art. 8º do Código Florestal.

A relevância e caracterização social foram indicados e justificados em um Ofício apresentado à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, o qual é citado no Decreto Estadual nº 604 de 23/11/2018 (Anexos I e II deste parecer). Nesse documento, para justificativa da caracterização como interesse social e autorização de intervenção ou supressão em vegetação secundária em estágio médio de regeneração em Bioma Mata Atlântica e vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, foi indicado que a Arena seria dotada de infraestrutura de uso público composta por auditório, lounge, equipamentos de segurança, de saúde e educação, esplanada e um parque ecológico, e que a gestão se daria através do Instituto do Galo, responsável pelo desenvolvimento e execução dos projetos sociais, esportivos e de educação ambiental do empreendimento.

Em relação às condicionantes da LI, sob análise da SUPLAN estão as condicionantes 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42, sendo que desse montante ainda não foram atendidas de maneira integral as condicionantes 33, 35, 38, 39, 40, 41 e 42¹. Com relação a essas condicionantes, o empreendedor solicita, com base na Lei Municipal nº 11.785/2024, a exclusão das condicionantes 33, 39, 40 e a exclusão parcial das condicionantes 41 e 42; o empreendedor pede, ainda, a inclusão da condicionante 35 como condicionante da LO.

A fim de justificar o dispêndio financeiro com o licenciamento do empreendimento e fundamentar a aplicação da lei supracitada, foi apresentada planilhas com os valores já investidos nas intervenções, além de um relatório contendo o investimento feito pelo empreendedor para a construção do empreendimento. Este último foi auditado pela empresa Ernst & Young, conforme relatório assinado e datado em 09 de maio de 2025.

A esse respeito, foram identificadas, na primeira análise, divergências significativas entre os custos apresentados na documentação protocolada e os custos apresentados no cronograma físico-financeiro referente às obras de parcelamento do solo. Ainda, foi

¹ As condicionantes 30 e 31 encontram-se “Em atendimento” em função de demandarem acompanhamento periódico da manutenção das atividades, comprovado por meio de relatórios. A condicionante 38 foi dada como atendida com a ressalva de que os indivíduos arbóreos, quando da emissão da LO, deveriam estar em condições adequadas para produzir sombreamento.

identificado, naquele momento, que obrigações legais referentes ao processo de parcelamento do solo e até mesmo valores advindos da própria construção do empreendimento foram inseridos de forma equivocada como valores gastos em contrapartidas do licenciamento ambiental, de forma que a tabela apresentada pelo empreendedor informada o percentual de 15,85% investidos em contrapartidas. Nesse sentido, foi acatada pela CLI a pendência de nº 5 estabelecida pela SUPLAN, solicitando adequações nos valores informados. Os valores foram atualizados pelo empreendedor na documentação apresentada para saneamento das pendências e, conforme informado, totalizaram 7,26% do custo do empreendimento. A avaliação sobre os valores informados também serão feitas neste parecer.

Com relação às condicionantes afetas à mobilidade, a saber, as condicionantes 33, 35, 39 e 42, além daquelas contidas no Anexo II da APF, tendo em vista que o empreendedor solicitou a exclusão da maior parte delas, solicitou-se através do Parecer de Pendências que fosse apresentada proposta para mitigar os impactos gerados na operação do empreendimento caso as condicionantes fossem excluídas, uma vez que as obras estabelecidas pela condicionante mostram-se imprescindíveis para o funcionamento do sistema viário durante a operação do empreendimento, conforme já indicado em pareceres anteriores do órgão de trânsito e de planejamento urbano.

Ressalta-se que o pedido de exclusão das condicionantes já foi avaliado anteriormente no âmbito do Parecer Técnico DALU/SUPLAN 32/2025, que analisou o Plano de Trabalho encaminhado para atendimento da condicionante 16 da Autorização Provisória de Funcionamento - APF, momento em que a SUPLAN se manifestou **contrária à exclusão das condicionantes** pelo fato destas terem como objetivo a mitigação clara de impactos significativos gerados pelo empreendimento, sob pena do ônus de implantação da infraestrutura necessária para mitigação de impactos recair sobre o município, situação que também é vedada pelo § 1º do art. 2º da Lei nº 11.785/2024:

Art. 2º - Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Poder Executivo, ao definir medidas condicionantes à implantação e operação de empreendimentos no Município, deverão fazê-lo com obediência aos seguintes princípios:

(...)

IV - proporcionalidade: as condicionantes devem ser estabelecidas de acordo com o impacto específico do empreendimento, acompanhadas de fundamentação técnica, não se prestando:

- a) à execução de medida planejada pelo poder público antes da proposição do empreendimento;**
- b) à compensação e mitigação de impactos que existiriam independentemente do empreendimento ou da atividade econômica;**
- c) a finalidades estritamente arrecadatórias.

§ 1º - O Poder Executivo, para evitar a ocorrência das hipóteses previstas nas alíneas “a” e “b” do inciso IV do caput deste artigo, poderá executar obras que concorram para a viabilização do empreendimento, **desde que não absorva custos imputáveis exclusivamente ao empreendedor.** (BELO HORIZONTE, Lei 11.785/2024).

Destaca-se que a Lei Municipal nº 11.785/2024 não autoriza de maneira expressa a redução ou exclusão das condicionantes, uma vez que condiciona sua aplicação à manifestação favorável do órgão responsável pelo licenciamento, a saber, o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM.

Em consulta realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente à Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte sobre aplicabilidade do limite de 5% às condicionantes de mobilidade e às condicionantes ambientais que tenham por objetivo a mitigação de impactos relacionados à degradação da qualidade ambiental, nos termos do Art. 2º, §3º da Lei 11.785/2024, concluiu-se que em ambos os casos são excluídos do limite definido pela lei as condicionantes necessárias à compensação dos impactos e não à sua mitigação. A PGM estabeleceu, com base no marco legal, que a natureza da medida - se mitigadora ou compensatória - deverá ser estabelecida pelo COMAM.

Nesse sentido, para subsidiar a avaliação da CLI e do órgão licenciador, este parecer tem por objetivo:

- Apresentar um breve histórico da tramitação do processo;
- Apresentar os principais impactos do empreendimento, sobretudo aqueles ainda não mitigados ou compensados;

- Avaliar os valores informados pelo empreendedor, com vistas a averiguar se o limite percentual de 5%, definido pela Lei 11.785/2024, já foi atingido;
- Apresentar a situação de atendimento das condicionantes estabelecidas pela SUPLAN para a Licença de Instalação;
- Apresentar medidas mitigadoras e/ou compensatórias necessárias para mitigação de impactos da operação do empreendimento.

2. BREVE HISTÓRICO

- **28/08/2018:** Requerimento ao Estado de Minas Gerais para a expedição de Decreto Estadual considerando o empreendimento como de Interesse Social;
- **23/11/2018:** Publicação do Decreto Estadual nº 604/2018, que declara a Arena Multiuso como de Interesse Social;
- **22/04/2019:** Concessão da Licença Prévia nº 0220/2019;
- **22/12/2019:** Concessão da Licença de Instalação nº 0814/2019
- **05/10/2023:** Assinatura do Termo de Compromisso para Expedição de Autorização Provisória de Funcionamento (APF), que autorizou o funcionamento do empreendimento antes do cumprimento integral das condicionantes da Licença de Instalação - LI, com validade até 20/12/2025.
- **20/02/2024:** SUPLAN emite parecer técnico 09/2024 referente à análise do Plano de Trabalho exigido na condicionante nº 16 do Termo de compromisso para expedição da Autorização provisória de Funcionamento (APF) (Protocolos 31.00879970/2023-39)
- **01/04/2024:** O empreendedor protocola recurso para prorrogação do prazo de cumprimento da Condicionante 16 (Protocolo: 31.00267131/2024-41). O recurso é acatado, estabelecendo como data limite o dia 08/05/2024;
- **08/05/2024:** Empreendedor protocola Plano de Trabalho para cumprimento da Condicionante 16. Após análise, é emitido Ofício SMPU/EXTER nº 1.169/2024 com as manifestações dos órgãos em relação às propostas de prazo para atendimento das condicionantes pendentes da Licença de Instalação – LI nº 0814/19 (Protocolo: 31.00372417/2024-98);
- **28/03/2025:** O empreendedor protocola recurso para prorrogação do prazo de cumprimento da Condicionante 16. O recurso é acatado, conforme Ofício SMMA/EXTER nº 0440/25, estabelecendo como data para apresentação do Plano de Trabalho o dia 16/04/2025 (15 dias após a publicação do parecer);
- **11/04/2025:** o empreendedor protocola nova versão do Plano de Trabalho (31.00295486/2025-74), para o qual a SUPLAN emitiu o Parecer Técnico 32/2025;
- **10/07/2025:** SMMA protocola o Ofício SMMA/EXTER n.º 1043/2025 informando que “a avaliação sobre o atendimento das condicionantes pendentes da Licença de Instalação nº 0814/19 deverá ocorrer no âmbito do processo que analisará o requerimento de LO do empreendimento Arena Multiuso, restando dispensada a obrigação de aprovação do Plano de Trabalho”;
- **14/08/2025:** o empreendedor entra com documentação para obtenção da Licença de Operação - LO;

- **11/09/2025:** emitido Parecer de Pendências CLI nº 065/2025;
- **05/10/2025** o empreendedor protocola complementações à documentação apresentada para obtenção da Licença de Operação - LO, objeto de análise deste parecer.

3. ANÁLISE

Tendo em vista que o COMAM deverá avaliar a aplicabilidade da Lei 11.785/2024 ao empreendimento e/ou avaliar a natureza das condicionantes estabelecidas (se mitigadoras ou compensatórias), para subsidiar a decisão do órgão licenciador e avaliar a aplicabilidade da Lei 11.785/2024 ao empreendimento, a análise deste parecer será dividida da seguinte forma:

- Breve contextualização dos impactos identificados no processo de licenciamento;
- Análise dos valores investidos para a construção do empreendimento e para o atendimento das condicionantes e aplicabilidade da Lei nº 11.785/2024;
- Análise do atendimento às condicionantes da LI afetas à SUPLAN, à luz dos esclarecimentos apresentados na resposta ao Parecer de Pendências 065/2025;
- Análise dos impactos afetos à operação do empreendimento.

3.1. Breve contextualização dos impactos identificados no processo de licenciamento

3.1.1. Impactos Ambientais

A implantação do empreendimento ocorreu na sub-bacia do Córrego Tejuco, tributário do Ribeirão Arrudas, sendo identificada uma nascente no terreno do empreendimento. A área faz parte do sistema aquífero do Complexo Belo Horizonte, cuja recarga de água pluvial se dá, principalmente, pela infiltração nas formações superficiais e através dos cursos d'água conectados hidraulicamente com as fraturas do solo. Apesar da vulnerabilidade à poluição, às águas subterrâneas do aquífero Belo Horizonte são em geral de boa qualidade, enquadrando-se nos padrões de potabilidade para consumo humano. Antes da construção do empreendimento, conforme identificado em Estudo de Impacto Ambiental, a área de nascente e parte da área de drenagem do córrego possuíam a mata ciliar preservada, além de alguns pequenos fragmentos de vegetação típica de Floresta Semidecidual em estágio médio de regeneração.



Imagem 01: imagem de satélite do terreno onde foi implantado o empreendimento Arena Multiuso.
Fonte: Google Earth, 2011.

Embora o terreno tenha sofrido interferências antrópicas que contribuíram para sua degradação ao longo dos anos, a perda de vegetação ocasionada pela supressão necessária para implantação do empreendimento contribuiu para a perda de habitats naturais para a fauna, impacto considerado irreversível pelo EIA/RIMA. No terreno foram identificadas pelo EIA quatro espécies de anfíbios, quatro espécies de mamíferos e 61 espécies de aves. Destaca-se a identificação de uma espécie de relevância conservacionista (*Microspingus cinereus*, “capacetinho-do-oco-de-pau), cujo resgate e transferência para outra área foi inserida como condicionante da Licença Prévia em razão da perda de habitat com a implantação do empreendimento.

Em função dessas características, a Área de Preservação Permanente (APP) do terreno foi demarcada como Zona de Proteção 1 (ZP-1) pela Lei Municipal 7.166/1996. Incidiam no terreno, ainda, os zoneamentos de Zona de Adensamento Restrito (ZAR-2) e Zona de Grandes Equipamentos (ZGE). A área estava demarcada também, naquele momento, por ADE de Interesse Ambiental e ADE da Bacia da Pampulha, a primeira constituída por áreas nas quais existe interesse público na preservação ambiental, a ser incentivada pela aplicação de mecanismos compensatórios, por apresentarem características como a

presença de cobertura vegetal relevante, presença de nascentes e cursos d'água, altas declividades, dentre outras características; a segunda com diretrizes voltadas à permeabilidade do solo e recuperação de áreas degradadas.

Para a implantação do empreendimento, a APP de nascente foi preservada, sendo estabelecida uma Reserva Particular Ecológica - RPE. O Córrego do Tejuco, entretanto, foi canalizado e corre hoje em canal fechado abaixo do empreendimento. Além disso, para a implantação do empreendimento foram previstas supressões de 734 indivíduos arbóreos isolados, os quais geraram compensação ambiental de 3.376 espécimes.



Imagem 02: imagem de satélite do terreno onde foi implantado o empreendimento Arena Multiuso.

Fonte: Google Earth, 2021.

Outro ponto importante diz respeito à permeabilidade do campo de futebol. Para que este fosse considerado no cômputo de áreas permeáveis do empreendimento, o COMAM deliberou que a água captada pelo seu sistema de drenagem fosse direcionada para

reservatórios permeáveis, que permitissem a infiltração no terreno². Para compensar a ausência de cobertura vegetal, foi ainda definido que, além de todas as compensações previstas, fosse indicado o adensamento arbóreo da RPE, da Mata dos Morcegos e de outras áreas verdes públicas situadas na área de influência do empreendimento, perfazendo os 8.214,00 m² do campo de futebol. Durante a operação do empreendimento, houve solicitação para que a área gramada fosse substituída por grama sintética, o que foi aprovado pela Procuradoria Geral do Município através do Ofício GAB-PGM/EXTER Nº 3373/2024, mediante manutenção das compensações adequadas para a permeabilidade e da vegetação. A compensação vegetal foi apresentada em projeto de enriquecimento ambiental avaliado na condicionante 03, em trecho da área da Mata dos Morcegos e da RPE existente no terreno da Arena Multiuso. **Com relação aos reservatórios de infiltração, estes ainda não foram executados.**

Em função dos impactos identificados, quando do licenciamento do empreendimento foi estabelecida pelo próprio órgão licenciador medida compensatória referente ao plantio de 46.000 mudas ao longo de 10 anos, em espaços identificados pela PBH. Ainda restam pendentes o plantio de 23.000.

Diante do exposto, esta SUPLAN entende que contrapartidas estabelecidas em função de compensações ambientais se enquadram nas hipóteses do §3º do art. 2º da Lei Municipal 11.785/2024, que destaca que o limite percentual de 5% não se aplica às condicionantes necessárias à compensações relacionadas a atividades que promovam a degradação da qualidade ambiental e, em especial, afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais. Ademais, **esta SUPLAN se manifesta contrária à exclusão das condicionantes, independentes da natureza destas (mitigadoras ou compensatórias), haja vista os impactos gerados pela implantação do empreendimento.**

3.1.2. Impactos na Mobilidade

O empreendimento foi implantado em uma malha urbana cortada por avenidas de trânsito rápido (BR-040, Anel Rodoviário e Av. Juscelino Kubitschek) e proximidade com estações

² Na etapa de Licença Prévia, o requerente inseriu o campo de futebol em seu percentual de área permeável. Contudo, conforme disposto no Parecer Técnico SMMA 2597/19, o campo de futebol possuía sistema de drenagem que não permitia a infiltração de água no solo e não se configura como uma área arborizada. Desse modo, para atendimento da legislação, o COMAM autorizou a inclusão do campo, desde que cumprido requisitos que garantissem infiltração e fossem realizadas compensações com plantio de árvores em outros locais.

de metrô (Estação Eldorado, Estação Cidade Industrial e Estação Vila Oeste). Em função disso, o atravessamento dessas vias para acesso às dependências do estádio e dos equipamentos públicos propostos foi tratada de maneira relevante no estudo de circulação e no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) com vistas a garantir a segurança dos usuários e dos moradores do bairro, sendo citada a criação de calçadas e passarelas ligando a Estação Eldorado à Arena Multiuso (fl. 260 e 264 do EIA).

O Relatório de impacto de Circulação do empreendimento, elaborado em 2019, apontou que 31,96% da divisão modal da Arena Multiuso em dias de jogos é constituída por usuários de ônibus e metrô, considerando a atratividade da proximidade do empreendimento com estações de transporte que ofertam esses modais. Nesse cenário estimou-se, na época dos estudos, que 14.596 torcedores usariam o transporte público, sendo 7.298 torcedores que chegavam ao empreendimento de ônibus e 7.298 de metrô. Em função das rotas de pedestres analisadas pelo estudo, confirmou-se a necessidade de criação de passarelas para travessia de torcedores e usuários do empreendimento. O RIC estimou que a Estação Eldorado seria a mais utilizada pelos pedestres, devido a sua localização e possibilidade que o usuário tem de integração com diversas linhas de ônibus. O tratamento desta rota foi objeto de proposta de intervenção pelo RIC com vistas a suprir as suas deficiências e tornar o metrô mais atrativo para o público da Arena. Esse objetivo é bastante relevante uma vez que a saturação da vias durante a operação do empreendimento foi apontada nas simulações realizadas no RIC, devido ao grande número de veículos atraídos. A partir disso, no âmbito do licenciamento do empreendimento foram propostos três pontos de transposição da Av. Juscelino Kubitschek:

Passarela próxima à Estação Eldorado, que promove a ligação dessa estação de metrô com a Arena Multiuso: a passarela foi projetada com largura total de 6,50 metros, e faz parte de uma rota compartilhada por pedestres e bicicletas.

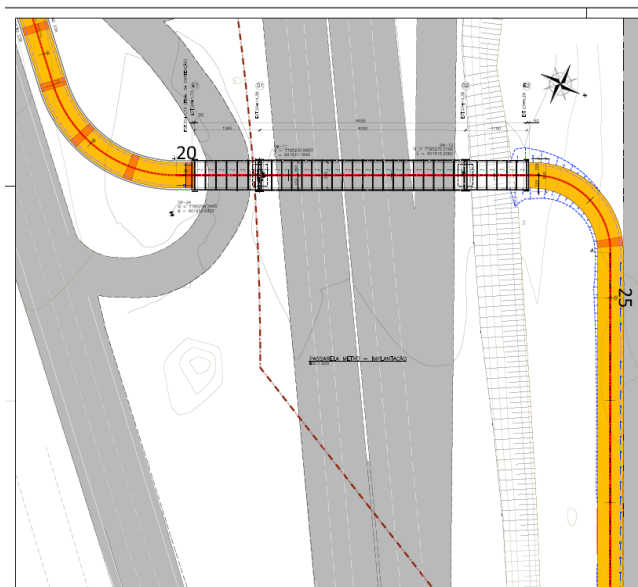


Imagem 03: passarela sobre a Av. Presidente Juscelino Kubitschek, que promoverá a transposição segura da rodovia e interligação da Estação Eldorado com a via marginal que dá acesso à Arena Multiuso (obra não implementada).

Passarela do bairro Santa Maria, que promove a interligação da calçada próxima à via marginal a ser implantada com a Av. Juscelino Kubitschek com a rua Pedro Ernesto. Essa passarela foi projetada com largura total de 3,40 metros e propicia a travessia segura dos moradores do bairro Santa Maria para utilização dos equipamentos de uso público que fazem parte do empreendimento, que foi enquadrado como de interesse social.

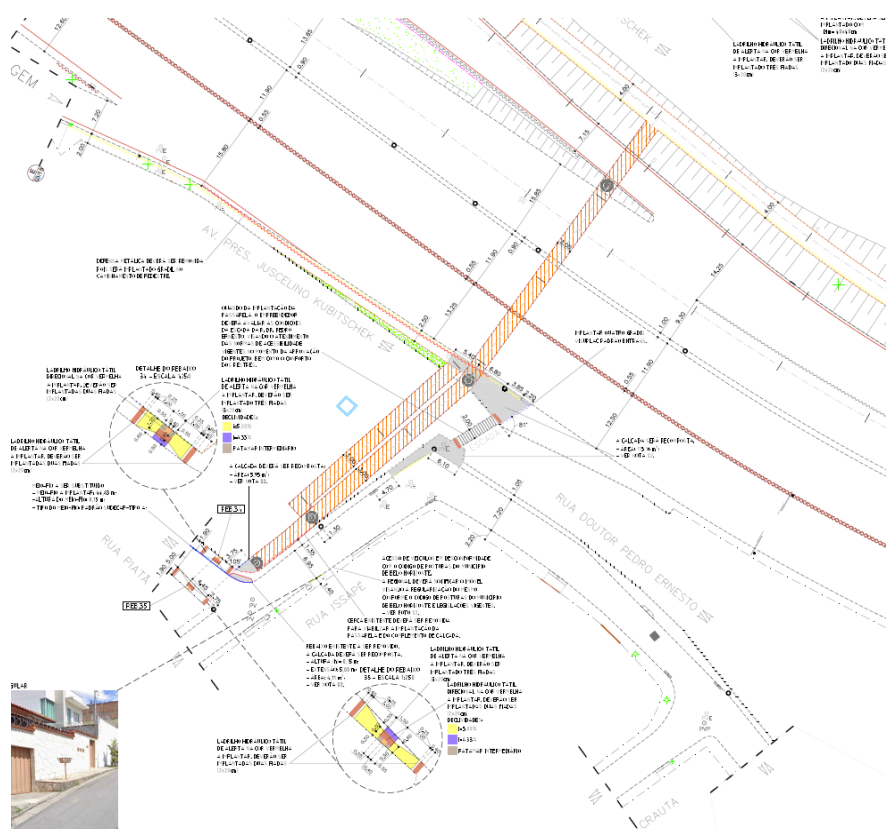


Imagem 04: passarela sobre a Av. Presidente Juscelino Kubitschek, que promoverá a transposição segura da rodovia e interligação do bairro Santa Maria com a Arena Multiuso (obra não implementada).

Duplicação da rua João Batista Vieira (atualmente denominado “Elevado da Massa”), com implantação de calçamento para pedestres.

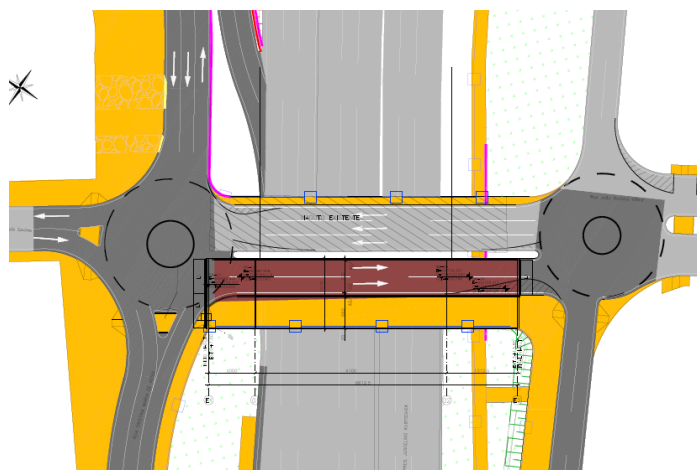


Imagem 05: duplicação do viaduto denominado "Elevado da Massa", com implantação de rota para pedestres (obra já implementada).

A proximidade com a Estação Eldorado - estação multimodal de ônibus e metrô - e o grande volume de torcedores que utilizam essa Estação como meio de transporte³ reforça a necessidade de implantação da passarela e do tratamento das rotas de pedestres que auxiliam essa ligação, uma vez que há necessidade de atravessamento de vias de trânsito rápido para acesso ao empreendimento.



Imagem 06: entorno da Estação multimodal Eldorado antes da implantação das obras. Fonte: Canal Tyrone FPV, 2020.

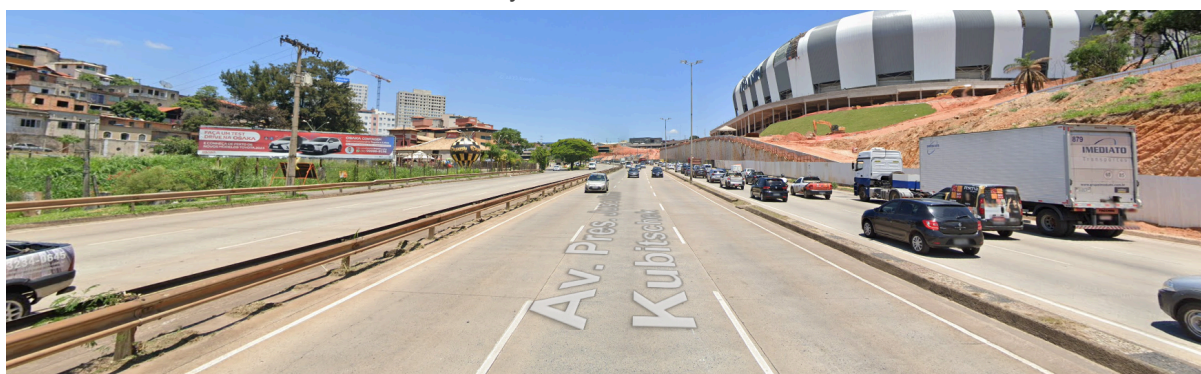


Imagem 07: vista da Av. Presidente Juscelino Kubitschek, entre a Arena Multiuso e o Bairro Santa Maria

3

<https://www.metrobh.com.br/atletico-x-botafogo-metro-tera-operacao-especial-para-jogo-na-arena-mr-v/>

A proximidade com a estação de metrô foi, inclusive, um dos critérios apresentados para a escolha do terreno na avaliação de alternativas locacionais informada no Ofício enviado pelo empreendedor à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 28 de setembro de 2018 (fl. 77 do Ofício).

É importante lembrar que existem equipamentos públicos implementados na Arena Multiuso que foram executados **em função da classificação do empreendimento como de interesse social, sem os quais o empreendimento não conseguiria realizar sua implantação no local**. Esses equipamentos funcionam fora dos dias de jogos, de modo que para que os moradores do entorno os utilizem, muitas vezes é necessário que atravessem a Av. Juscelino Kubitschek.

Até o momento, entretanto, apenas a duplicação do viaduto da rua João Batista Vieira (Elevado da Massa) foi executada, prejudicando a segurança dos pedestres no acesso ao empreendimento.

No caso da passarela travessia do bairro Santa Maria, a necessidade da passarela foi prevista pelo próprio empreendedor quando da avaliação das rotas de pedestres. Atualmente, em função da evidente demanda de travessia dos torcedores da Arena Multiuso em dias de jogos, e como a passarela não foi implantada, houve necessidade de realizar a semaforização da via expressa para possibilitar a travessia dos torcedores em nível durante os eventos esportivos. No caso da travessia dos moradores do bairro Santa Maria para utilização dos equipamentos públicos ou da própria esplanada da Arena Multiuso, estes precisam se deslocar até o Elevado da Massa ou se arriscar na Av. Presidente Juscelino Kubitschek para sua utilização, uma vez que a semaforização da Via Expressa, próximo à Praça do Torcedor, é feita apenas em dias de jogos. Tendo em vista que a Av. Juscelino Kubitschek é uma via expressa, fato é que a semaforização compromete os níveis de fluidez e segurança da via, além de impactar na travessia indevida de pedestres fora dos momentos de jogos, podendo gerar acidentes graves. A esse respeito, o Parecer Técnico SUMOB/DIPE/GEEIM nº 377/2034 reforçou a necessidade de implantação imediata dessa passarela, fundamentando em relação a falta de segurança da travessia em nível nos momentos em que o semáforo encontra-se desligado, informando, inclusive, sobre a ocorrência de um atropelamento no local.

Com relação à travessia da Via Expressa próximo à Estação Eldorado, toda a condução de pedestres da estação até o empreendimento é realizada atualmente de forma

improvisada em dias de jogos, por meio de implantação de cones que são colocados em partes da via, conformando um corredor de pedestres em uma via de trânsito rápido. A operação do corredor é feita pela Prefeitura de Belo Horizonte, que precisa mobilizar o efetivo da BHTrans para garantir a segurança dos pedestres e motoristas durante os dias de jogos.

Dessa forma, nota-se que a execução das passarelas para as transposições já previstas são fundamentais para garantir a travessia segura dos torcedores em dias de jogos, bem como dos moradores do entorno que utilizam a esplanada e demais serviços oferecidos pelo empreendimento.

É importante destacar, ainda, que a implantação parcial ou a não implantação das intervenções viárias previstas pelo RIC (criação de alças no anel rodoviário, ligações com a Via Expressa, dentre outras) para melhorar a fluidez do trânsito gerado pelo empreendimento, prejudica de forma contundente o trânsito em todo o município, especialmente em dias de partidas de futebol às 19h.

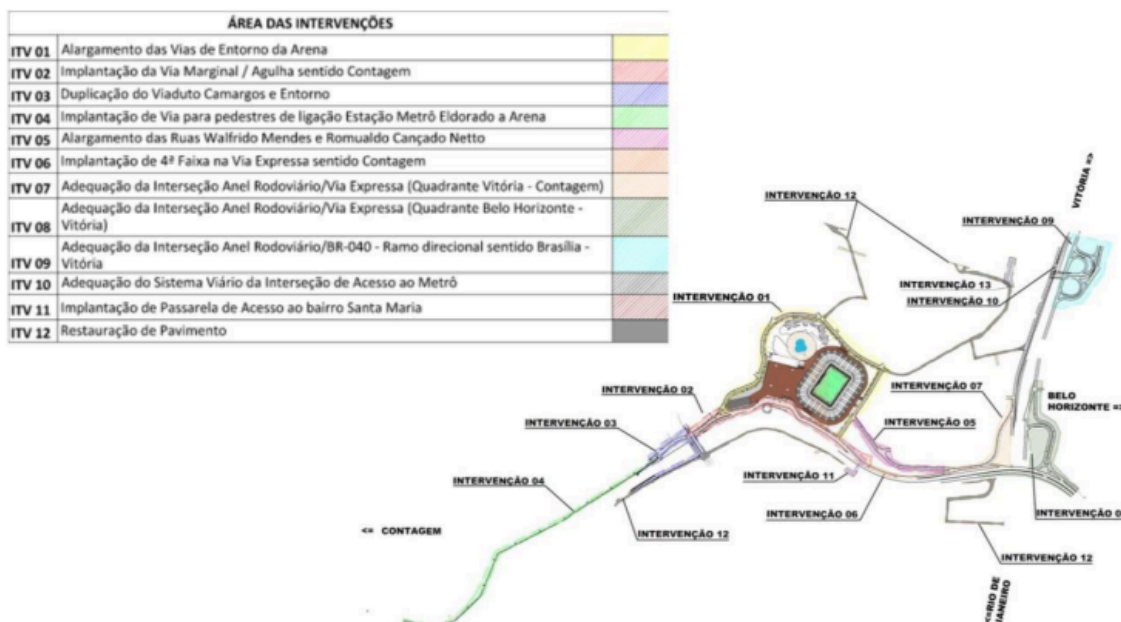


Imagem 08: Planta de localização das intervenções viárias propostas em RIC. Fonte: Relatório de Cumprimento das Condicionantes - RCC (Nov/2019)

Com relação à intervenção 05, por exemplo, o empreendedor implantou apenas o trecho da via marginal correspondente ao acesso direto ao empreendimento, mas o projeto aprovado

pela SMMUR contempla toda a extensão desta via até o encontro com a Rua Romualdo Cançado Netto. Em parecer emitido na 1ª análise, a SMMUR destacou que a implantação do trecho faltante é essencial para separar o fluxo de veículos provenientes do ramo do Anel Rodoviário no sentido de Contagem, daqueles que irão acessar o empreendimento. Da mesma forma, a não implantação da rua Oswaldo Cardoso, obra prevista pelas diretrizes de parcelamento do solo, impede que as linhas 401, 4033 e 4031 passem pelo local, tendo seu fluxo desviado em vias que não detém geometria adequada para manobras de veículos desse porte.

Em resposta ao parecer de pendências, que solicitou, no item 06, 07 e 08 a apresentação de proposta para mitigar os impactos de mobilidade caso as condicionantes fossem excluídas, o empreendedor respondeu que já ultrapassou⁴ o limite percentual definido pela Lei 11.475/2024, reiterando a solicitação de aplicação integral da Lei Municipal nº 11.785/2024 às condicionantes ainda pendentes de implantação, com o consequente atendimento às pendências do Anexo II elencadas e as pendências nº 6, 7 e 8 do Anexo I.

Considerando a ausência de anuência do empreendedor para a extrapolação do limite legal, e dada a **imprescindibilidade das medidas para mitigação dos impactos gerados**, pede-se que o COMAM se posicione pela integral manutenção das condicionantes relativas à mobilidade. **Esta DALU/SUPLAN entende que essas condicionantes são cruciais para a correta operação do empreendimento e guardam relação direta com os impactos de trânsito e segurança viária decorrentes da operação do empreendimento.**

3.2. Análise dos valores investidos para a construção do empreendimento e para o atendimento das condicionantes e aplicabilidade da Lei nº 11.785/2024.

Para melhor entendimento do processo e dos valores aplicados efetivamente para contrapartidas, serão avaliados nesta sessão: (i) Análise do escopo do parcelamento do solo do empreendimento; (ii) Análise do escopo do projeto do empreendimento; (iii) Análise dos valores apresentados pelo empreendedor.

⁴ Os valores apresentados pelo empreendedor serão discutidos no item a seguir.

3.2.1. Análise do escopo do parcelamento do solo do empreendimento

O projeto da Arena MRV consistiu no reparcelamento da planta CP 252-013-G e no loteamento de uma área indivisa a oeste, resultando na criação de dois lotes para o empreendimento, conforme dados disponíveis no processo 01.080.544/19-10. O projeto de parcelamento recebeu anuência prévia da Agência RMBH, sendo emitidas Diretrizes Metropolitanas paralelamente às diretrizes municipais. O projeto de parcelamento foi implantado da seguinte forma:

- Área total parcelada: 127.981,30 m²
- Vias públicas: 10.788,19 m² (8,43%)
- Unidade de preservação (UP): 4.220,06 m²
- Transferência em ELUP: 55.988,29 m² (Fora do lote do empreendimento, correspondente à área destinada à implantação da ELUP e do Parque Municipal da Mata dos Morcegos)

A área de transferência de 55.988,29m² foi calculada em função de desafetação de áreas públicas existentes anteriormente no parcelamento aprovado no CP 252-013-G (atual terreno do empreendimento), conforme procedimentos e somatórios aprovados pela Lei Municipal nº 11.200/2019, as quais foram compensadas em área externa ao terreno, cujo local escolhido foi a então “Mata dos Morcegos”. Nesse sentido, as áreas públicas de ELUP, EUC e sistema viários existentes no antigo CP 252-013-G foram desafetadas e incorporadas ao lote 001, da Arena Multiuso e por esse motivo o montante de 41.668,36m² referente a essas áreas foi transferido no terreno da Mata dos Morcegos (matrícula 23.325), dando origem ao lote 003 (ELUP), quarteirão 091, zona fiscal 531. Cumpre esclarecer, ainda, que em função deste terreno se tratar de uma gleba indivisa, o seu parcelamento originou a obrigação legal de transferência de 15%, a qual somaram-se as áreas desafetadas que foram transferidas para esse terreno.

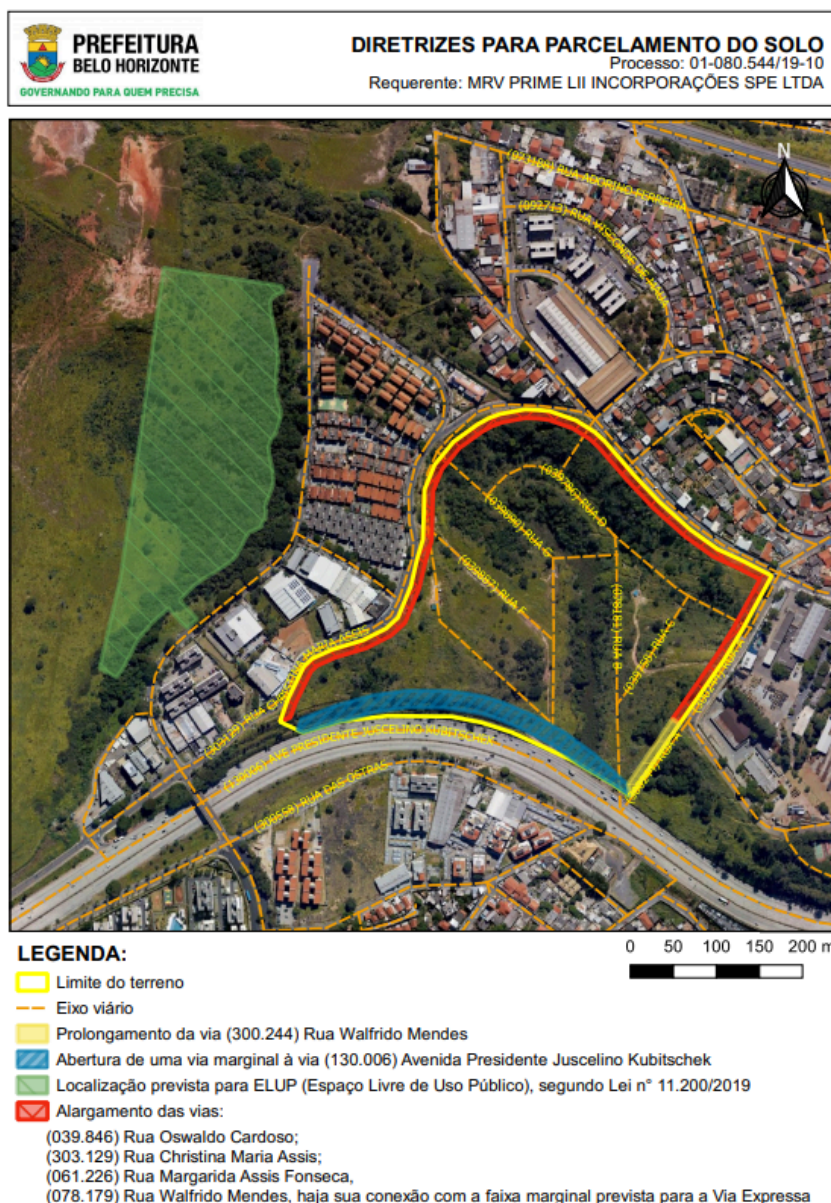


Imagem 09: diretrizes municipais estabelecidas para o parcelamento do solo do CP 252-013-G

Nesse sentido, as informações apresentadas no Quadro 06, fl. 46 da documentação apresentada na primeira análise, que destacava que a transferência da área da Mata dos Morcegos havia superado significativamente o limite legal de 15%, estava equivocada. A retificação da informação foi solicitada na pendência nº 12 do Parecer de Pendências nº 65/2025, entretanto, em resposta, a responsável técnica afirmou não concordar integralmente com as informações trazidas pela PBH, não apresentando, entretanto, justificativas técnicas em sua argumentação. A responsável técnica solicitou, na resposta da

pendência 12, que a discussão fosse encerrada uma vez que o cômputo das áreas já havia sido realizado em processo de parcelamento. Entretanto, considera-se importante que essa retificação seja feita, uma vez que foi apresentada como argumentação para a modificação da condicionante 07. Dessa forma, a fim de não gerar interpretações equivocadas pelo órgão licenciador, salientamos novamente que a área transferida para a Mata dos Morcegos não é “muito superior à obrigatoriedade legal” conforme apontado na documentação apresentada e no quadro 06, pois consistiu na transferência de áreas institucionais que foram incorporadas ao lote da Arena Multiuso.

Outro ponto importante se refere ao alargamento viário das vias de entorno do lote do empreendimento e à implantação da via marginal de acesso, solicitados nas diretrizes municipais de parcelamento do solo. Esse alargamento permitiu a implantação de calçadas mais largas no entorno do empreendimento e melhorias no acesso à infraestrutura instalada. Verifica-se que ainda existem pendências de alargamento, a exemplo da rua Oswaldo Cardoso, cuja obra não foi concluída conforme parcelamento. Essa pendência foi registrada no Termo de Recebimento de Parte das Obras de Urbanização, expedido em 26 de julho de 2023, constante no processo de parcelamento 01-080.544/19-10.

A abertura da via marginal Alice Neves é outro ponto a ser destacado, pois essa intervenção também foi tratada no âmbito do parcelamento do solo. Embora a via esteja dentro do lote do empreendimento, foram realizadas desapropriações em lotes lindeiros para a melhoria do acesso ao empreendimento e possibilitar futura ligação com a rua Augusto Ferreira, que conecta a área ao Anel Rodoviário.

Desse modo, embora tenham sido estabelecidas como condicionantes da LI, por se tratar de diretrizes de parcelamento do solo - e que, portanto, poderiam ser instituídas em outros empreendimentos não submetidos ao impacto - é importante que os custos associados ao alargamento e a implantação da via marginal Alice Neves - R\$ 18.351.655,81 e R\$ 28.792.763,35 respectivamente - não sejam atrelados às contrapartidas do licenciamento ambiental, mas sim aos custos do próprio empreendimento, uma vez que custos associados ao parcelamento do solo são inerentes a qualquer processo de edificação que demande modificação de parcelamento.



consultado e validado pela SIMVIA, se necessário.

10. Do sistema viário:

Deverá ser observado o teor dos pareceres da Bhtrans e Suplan, sempre atinente às disposições do Anexo III da Lei nº 7.166/96:

10.1 Promover o alargamento dos seguintes logradouros, integralmente:

- (039846) Rua Oswaldo Cardoso;
- (303129) Rua Christina Maria Assis;
- (061226) Rua Margarida Assis Fonseca;
- (078179) Rua Walfrido Mendes, haja vista sua conexão com a faixa marginal prevista para a Via Expressa.

10.2 Deve-se implantar via marginal ao longo do logradouro (130.006) Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, cujos projetos devem ser avaliados pela BHTRANS no âmbito do licenciamento ambiental, bem como deve ser acordada junto ao órgão competente responsável pela jurisdição da rodovia.

13. Os passeios deverão ser implantados lindeiros à gleba em aprovação com largura correspondente a, no mínimo, 20% da largura total da via, para cada lado, conforme dispõe o art. 19 do Decreto 14.060/10, nos termos da Lei Municipal nº 8.616/03 (Código de Posturas).

17. Para a realização das obras de infraestrutura do loteamento é necessária a emissão do Alvará de Urbanização junto à Gerência de Controle do Parcelamento do Solo e Obras em Logradouro - GECPS/SUREG, após o registro do loteamento. Para execução destas obras deverão ser elaborados os seguintes projetos:

- Projeto geométrico das vias/Projeto de Terraplenagem/Planta de Off-Set;
- Estudo hidrológico;
- Projeto de drenagem;
- Projeto de pavimentação;
- Sinalização horizontal e vertical das vias;
- Projeto de Iluminação das vias;
- Projeto contendo a identificação das redes de abastecimento e de esgoto sanitário;
- Projeto paisagístico das vias e do Espaço Livre de Uso Público (ELUP).
- Projeto contendo a localização das placas com nomeação das vias públicas, se inexistentes, no padrão da PBH.

Imagem 10: diretrizes municipais estabelecidas para o parcelamento do solo do CP 252-013-G

Com relação aos projetos viários complementares, que resultaram em desapropriações em lotes lindeiros, por não se tratar de obras diretamente ligadas ao parcelamento do solo, estes serão tratados no item 3.2.3.

3.2.2. Análise do escopo do projeto do empreendimento

O empreendimento Arena Multiuso possui em seu escopo, além de um estádio de futebol, algumas áreas destinadas à equipamentos públicos e comunitários, localizados na área da

esplanada, e que foram propostos pelo empreendedor como forma de demonstrar o enquadramento do empreendimento como de interesse social.

A MRV Prime LII Incorporações SPE Ltda., inscrita no CNPJ 25.090.380/000123, empresa responsável pelo empreendimento denominado "Arena Multiuso", por meio de seus representantes legais, vem (...) requerer, nos termos do art. 90, inc. VII1, da Constituição do Estado de Minas Gerais, a expedição de Decreto Estadual considerando o empreendimento denominado "ARENA MULTIUSO" como sendo de INTERESSE SOCIAL, autorizando-se a intervenção em ou supressão de i) vegetação secundária em estágio médio de regeneração em Bioma Mata Atlântica ii) vegetação nativa (mata atlântica em estágio médio de regeneração) em Área de Preservação Permanente, consoante as razões de fato e de direito a seguir aduzidas: Trata-se, conforme amplo material técnico, fundado em estudos ambientais, de engenharia, arquitetura e urbanismo, bem como lastreado por pesquisa de percepção socioambiental, de arena multiuso (35% da área de Ocupação), com capacidade para 45.671 (quarenta e cinco mil seiscentos e setenta e um espectadores), destinada a sediar eventos de grande porte, grandes e pequenos shows, convenções e ainda jogos de futebol, **com infraestrutura de uso público, composta de auditório (atividades culturais e pedagógicas), lounge (eventos, confraternizações, convenções e oficinas), central de segurança e justiça (polícia militar, polícia civil, corpo de bombeiros, juizado especial criminal), além de organização da sociedade civil** ("Instituto Galo", com o desenvolvimento e execução de projetos sociais, educação ambiental e esportes). (...) Conta com esplanada (30% da área de Ocupação), com aproximadamente 34.000m² (trinta e quatro mil metros quadrados) e capacidade de público para 40.000 (quarenta mil) pessoas, para abrigar praças de esportes, feiras (flores, artesanato, gastronomia), festivais de música e de teatro, exposições (artes, livros, automóveis), ações globais (cidadania, vacinação, ações sociais), **possuindo área para instalação e funcionamento de Unidade Básica de Saúde (UBS) e de creche para atendimento a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade.** Outrossim, **prevê a criação de parque ecológico (23% da área de Ocupação)**, bem como de jardins (12% da área de Ocupação), destinados não apenas à preservação do meio ambiente e à contemplação da natureza, mas também à educação

ambiental, um dos objetivos sociais do supra citado "Instituto Galo".
(Trecho do ofício encaminhado pelo representante legal do empreendimento à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, grifo nosso.)

Com base na proposta feita pelo empreendedor, e tendo sido expedido o Decreto Estadual 604/2018, foram previstas no projeto aprovado da Arena Multiuso uma área destinada ao Centro de Línguas, Inovação e Criatividade - CLIC, um salão destinado às atividades da Academia da Cidade, um anexo destinado à Unidade Básica de Saúde, que será destinado ao Núcleo Ampliado de Saúde da Família – NASF. Adicionalmente, foi proposto que o espaço denominado “Teatro/Sala de Imprensa”, bem como a esplanada, fossem disponibilizados algumas vezes ao ano em eventos promovidos pelo poder público e sociedade civil.



Imagem 11: prancha do Projeto Legal aprovado em que podem ser vistas as estruturas projetadas para atender aos equipamentos públicos previstos na origem pelo empreendedor



Imagem 12: vista, a partir da esplanada do empreendimento, da fachada dos equipamentos públicos que foram implantados para o enquadramento do Arena Multiuso como de interesse social. Observa-se, inclusive, a utilização da fachada para publicidade. Fonte: SMMA (2025).



Imagem 13: vista do espaço denominado “Teatro/Sala de Imprensa”. Fonte: SMMA (2025).

Isso posto, percebe-se que, embora os equipamentos públicos tenham sido inseridos na matriz de condicionantes do empreendimento, **estes são obrigações assumidas para enquadramento como de interesse social, sendo, portanto, escopo do próprio empreendimento.** Nesse sentido, esses equipamentos **não devem estar relacionados aos custos de contrapartidas**, mas sim aos custos advindos da construção do próprio estádio, tal qual suas arquibancadas e infraestruturas necessárias. Assim, entende-se que o valor de R\$ 4.800.000,00 deve ser retirado da planilha apresentada com o somatório de contrapartidas e **incluído no valor global do empreendimento.**

Outro ponto a ser destacado diz respeito à implantação da Praça do Torcedor. O tratamento dessa área como travessia de pedestres já era previsto no projeto proposto pelo empreendedor, originalmente como uma rampa em caracol, conforme pode ser visto na imagem abaixo, e posteriormente, conforme concepção atualmente executada.

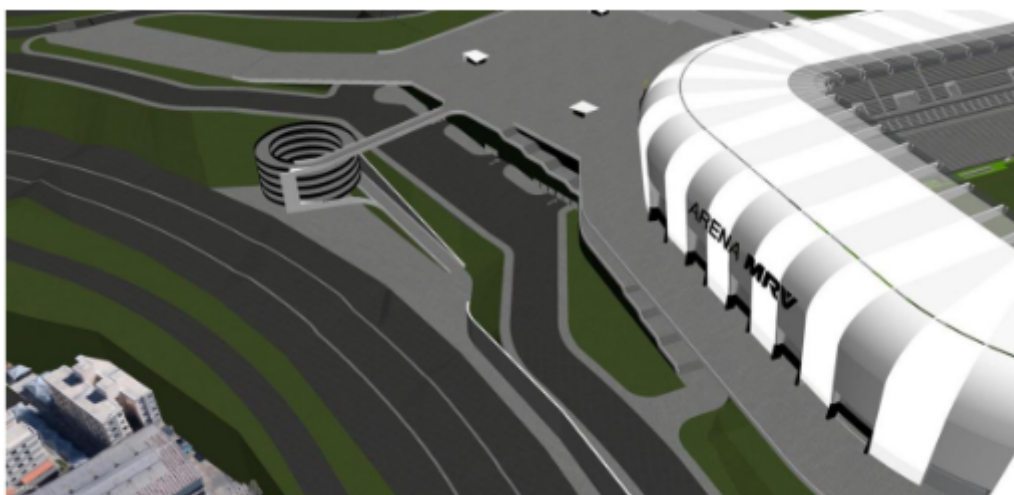


Figura 164 - Passarela circular

Imagem 14: rampa em caracol proposta no RIC (2019). Observa-se que essa infraestrutura e movimentação de terra para sua execução já eram um itens previstos.

Nesse sentido, a condicionante do licenciamento estabeleceu que o espaço destinado à Praça do Torcedor fosse tratado com mobiliários de permanência e sombreamento, inserindo, portanto, elementos de qualificação à proposta originalmente apresentada. Nesse sentido, **entende-se que o valor informado para essa contrapartida não deve fazer parte da condicionante, mas sim do valor global do empreendimento.**

3.2.3. Análise dos valores apresentados pelo empreendedor

O item nº 12 do Parecer de Pendências CLI nº 65/2025 solicitou a apresentação de relatório detalhado a respeito dos custos do empreendimento, com vistas a esclarecer os valores efetivamente aplicados no atendimento às condicionantes, uma vez que observou-se que a tabela apresentada na documentação enviada para primeira análise continha custos relativos ao parcelamento do solo e custos inerentes ao escopo do próprio empreendimento. Ademais, foram observadas divergências entre os valores indicados e o cronograma físico-financeiro apresentado no processo de parcelamento do solo.

Para saneamento da pendência, foram apresentados os seguintes valores:

- Valor global do empreendimento: R\$ 749.670.685,00, valor constante no Balancete Anual - Data Base dez/2024, auditado pela empresa Ernst & Young;
- Valor empenhado em contrapartidas: R\$ 54.457.340,43, valor referente aos custos de duplicação do Viaduto Camargos ("Elevado da Massa") e entornos, comprovado através da apresentação dos contratos de empreitada e prestação de serviços; Plantio e manutenção de 23.000 mudas, comprovado através da apresentação dos contratos de prestação de serviços; desapropriações e doação dos projetos das intervenções viárias no Anel Rodoviário, comprovado através da apresentação do Convênio 001/2022 firmado junto a SMOBI.

Custos		Evidências
ITV-01 - Alargamento das vias de entorno da Arena	R\$ 18.351.655,81	N/A
ITV-02 - Implantação da Via Marginal (Rua Alice Neves) à Via Expressa / Agulha sentido Contagem	R\$ 28.792.763,35	N/A
ITV-03 - Duplicação do Viaduto Camargos ("Elevado da Massa") e entornos	R\$ 26.865.626,89	Anexo 01
ITV-06A - Praça Arena ("Praça do Torcedor")	R\$ 13.751.791,37	N/A
ITV-14 - Implantação das agulhas de entrada e saída da Via Expressa e Marginal	R\$ 573.009,77	N/A
Plantio e manutenção de 23.000 mudas	R\$ 2.207.195,14	Anexo 02
Desapropriações	R\$ 24.226.657,67	Anexo 03
PMG - Áreas Sociais - Equipamentos Comunitários (CLIC, NASF e Academia da Cidade)	R\$ 4.800.000,00	N/A
Doação dos projeto das ITVs 07, 08, 09 e 10	R\$ 1.157.860,73	Anexo 04
Total Compromissado	R\$ 54.457.340,43	

Figura 4 – Planilha de custos atualizada.

Fonte: ARENA MRV, 2025

Imagem 15: tabela apresentada no relatório de atendimento de pendências (fl. 17). Fonte: Ecominas, 2025.

Com relação ao valor global do empreendimento, cumpre destacar que **o mesmo permanece inadequado**, uma vez que valores importantes não foram inseridos nos custos totais do empreendimento: estruturas físicas de interesse social; custo do terreno; obras relacionadas ao parcelamento do solo; etc.

Dessa forma, para apuração do custo total do empreendimento e avaliação da aplicabilidade da Lei nº 11.785/2024, o valor total do empreendimento deverá ser atualizado. Ressalta-se, que as obras afetas ao parcelamento não foram ainda completamente implementadas, de forma que a estimativa do valor do empreendimento deve compreender a previsão do valor das obras finalizadas. Para comprovação dos valores deverá ser apresentado novo relatório de auditoria independente que tenha como objeto a apuração dos valores empenhados para a construção do empreendimento.

No que diz respeito ao valor das contrapartidas, observou-se que houve atendimento à solicitação feita no parecer de pendências no que se refere à exclusão dos custos provenientes do parcelamento do solo e das obras consideradas de interesse social, que fazem parte dos custos do empreendimento. **Entretanto, mostra-se necessária a comprovação dos valores efetivamente empenhados, uma vez que só foram apresentados os contratos.** Os valores deverão ser comprovados por meio de Termo de Quitação assinado pela empresa contratada, com informações sobre os valores empenhados.

No que se refere ao montante investido no plantio e manutenção de 23.000 mudas, esta DALU/SUPLAN entende que o valor deverá ser retirado da planilha, uma vez que deve ser enquadrada como medida compensatória referente aos impactos ambientais que não foram mitigados, enquadrando-se, portanto, na hipótese prevista pelo § 3º do art.2º da lei 11.785/2024. O plantio supracitado foi, inclusive, considerado pelo empreendedor nos cálculos da planilha encaminhada para comprovação de medidas compensatórias conforme DN COMAM nº 73/12, sendo considerada em pelo menos em seis itens (fl. 28 do Relatório de atendimento às pendências). Ademais, conforme exposto no item 3.1 desta análise, a construção do empreendimento ocorreu através de intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), ocasionando a canalização do Córrego do Tejuco e na supressão de Mata Atlântica em médio estágio de regeneração. Embora a intervenção em APP tenha sido legalmente autorizada em função do enquadramento como de interesse social, não há

dúvidas que a construção do empreendimento afetou desfavoravelmente a biota da área com a perda de habitat para as espécies que habitavam aquela região.

Em relação às desapropriações, estas tiveram por objetivo viabilizar a implantação das intervenções viárias propostas pelo Relatório de Impacto à Circulação (RIC) apresentado pelo empreendedor no EIA, e que seriam realizadas para a melhorar o fluxo de veículos na região (acesso direto à via marginal do empreendimento pelo anel rodoviário; implantação de alças viárias no anel rodoviário para interseção com a Via Expressa; implantação da passarela de pedestres que permitirá a travessia dos moradores do bairro Santa Maria para acesso ao empreendimento). Conforme Convênio apresentado no anexo X, todos os valores citados para a desapropriação são estimados. Dessa forma, os valores referentes às desapropriações deverão ser efetivamente comprovados.

Por fim, no que se refere à doação dos projetos das intervenções viárias 07, 08, 09 e 10 (intervenções relacionadas à implantação de alças no Anel Rodoviário), conforme já destacado neste parecer, essas intervenções foram previstas pelo próprio empreendedor quando da apresentação do Relatório de Circulação - RIC, como medidas para melhorar a fluidez do tráfego, haja vista o grande volume de veículos advindos com a implantação do empreendimento.

3.2.4. Conclusão acerca dos valores informados e enquadramento na Lei 11.785/2024

A tabela apresentada pelo empreendedor informa uma relação de 7,26% entre o custo total do empreendimento e os custos investidos em contrapartidas. Entretanto, com base no exposto neste parecer, entende-se que ainda há dúvidas em relação ao custo total do empreendimento e ao valor efetivamente investido em contrapartidas, **de modo que não é possível afirmar que o empreendimento atingiu o limite de 5% estabelecido pela Lei 11.785/2024.** Nesse sentido, entende-se que, caso o empreendedor deseje aplicar a legislação, as comprovações dos valores empenhados e a discriminação entre o custo global do empreendimento e o custo das contrapartidas, conforme exposto neste parecer, deverão ser feitas através de recurso.

3.3. Análise do atendimento às condicionantes estabelecidas pela SUPLAN para a Licença de Instalação (LI)

Abaixo estão elencadas as condicionantes afetas à SUPLAN na fase de LI e a avaliação quanto ao seu atendimento à luz dos pareceres anteriores emitidos pela SUPLAN, dos esclarecimentos apresentados no documento de atendimento ao Parecer de Pendências nº 65/2025 e das novas solicitações e prazos pleiteados pelo empreendedor.

Condicionante 29: Aprovar, junto à SUPLAN, a concepção arquitetônica dos acessos de pedestres e veículos aos equipamentos comunitários e das vagas de estacionamento para atendimento à demanda dos mesmos, previamente à elaboração do projeto arquitetônico para aprovação na BHTRANS/SUREG. (ver nota 11) | Atendida |

Nota 11: Os acessos de pedestre aos equipamentos comunitários deverão se localizar próximos aos mesmos, com ligação direta à rua Maria Cristina de Assis, devendo ser independente do acesso desta via à Esplanada identificado como “P5” (acesso principal da rota de pedestres com origem na Estação Eldorado). Apresentar planta demonstrando a localização e dimensionamento dos acessos e a situação do estacionamento.

Condicionante 30: Aprovar, junto à SUPLAN, o Plano de Utilização do espaço denominado “Teatro” pela comunidade de entorno e órgãos públicos | Atendida |

Histórico de atendimento à condicionante 30:

- **Janeiro de 2023:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 22/2023 contendo pendências relacionadas aos planos apresentados para atendimento às condicionantes 30 e 31;
 - **Agosto de 2023:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 61/2023 contendo pendências relacionadas aos planos apresentados para atendimento às condicionantes 30 e 31;
 - **Fevereiro de 2024:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 04/2024, que aprova os planos apresentados para atendimento às condicionantes 30 e 31 (31.00782080/2023-13)
 - **Abril de 2025:** Apresentação de relatórios para comprovação da implantação das ações contidas nos planos aprovados para as condicionantes 30 e 31
 - **Junho de 2025:** Emissão do Parecer Técnico DALU/SUPLAN 023/2025, solicitando complementações no relatório
-

-
- **19 de julho de 2025:** Apresentação do relatório atualizado pela responsável técnica pelo empreendimento, o qual consta “em atendimento”, uma vez que há previsão de monitoramento contínuo da implantação do plano.
-

O plano referente à condicionante 30 foi aprovado pela SUPLAN no Parecer Técnico 04/2024, datado de 01 de fevereiro de 2024. Na aprovação, foram destacados os compromissos firmados pelo empreendedor:

1. Em eventos a serem promovidos pelo Instituto Galo: Os eventos terão caráter gratuito aos usuários; Serão promovidos eventos com periodicidade trimestral para o espaço “Teatro”.
2. Eventos a serem promovidos por órgãos públicos e organizações da sociedade civil (institucionalizadas ou não): Disponibilização gratuita do espaço “Teatro”, para eventos artísticos/culturais com periodicidade mensal; Os eventos promovidos pelos órgãos públicos serão previamente agendados pelo Instituto Galo; Os eventos promovidos por organizações da sociedade civil serão selecionados por meio de editais; A Arena MRV tem prioridade para a utilização dos espaços, podendo remanejar agendamentos de atividades e eventos previstos para o local.

Destacam-se, ainda, outras ações propostas definidas pelo PT SUPLAN 04/2024 (protocolo: 31.00782080/2023-13): Implantação do Plano em até 30 dias após a emissão do PT 04/2024; Realizar a divulgação de maneira contínua e permanente da disponibilidade dos espaços para a promoção de eventos pela sociedade civil e órgãos públicos; Apresentação de relatórios trimestrais de implantação dos Planos no primeiro ano de atividades; Apresentação de relatórios anuais de comprovação de desenvolvimento dos Planos, a partir do segundo ano de atividades; Apresentação anual de cronograma de atividades a serem promovidas pelo Instituto Galo na Esplanada e no espaço denominado teatro. O cronograma deverá ser apresentado no final do ano, contendo as atividades previstas para o ano seguinte.

Nesse sentido, embora a condicionante esteja atendida, caberá ao empreendedor, durante a operação do empreendimento, o envio dos relatórios de comprovação da implantação dos planos.

No que se refere ao Parecer de Pendências 065/2025, foi apresentada a publicação do edital de concessão do espaço para o público alvo do Plano Aprovado.

Assim, sugere-se que seja inserida condicionante para a Licença de Operação que trate do envio de relatórios de monitoramento da implantação do Plano. A redação da condicionante será feita no item 4 deste parecer.

Condicionante 31: Aprovar junto à SUPLAN Plano de Atividades Esportivas para a comunidade do entorno. (ver nota 12) | Atendida |

Nota 12: Ressaltamos que no Plano de Atuação do Instituto do Galo deverá ser incluído a previsão de disponibilização de equipamentos esportivos à comunidade na Esplanada, inclusive soluções adaptáveis às pessoas portadoras de mobilidade reduzida.

Histórico de atendimento à condicionante 31:

- **Janeiro de 2023:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 22/2023 contendo pendências relacionadas aos planos apresentados para atendimento às condicionantes 30 e 31;
 - **Agosto de 2023:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 61/2023 contendo pendências relacionadas aos planos apresentados para atendimento às condicionantes 30 e 31;
 - **Fevereiro de 2024:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 04/2024, que aprova os planos apresentados para atendimento às condicionantes 30 e 31 (31.00782080/2023-13);
 - **Abril de 2025:** Apresentação de relatórios para comprovação da implantação das ações contidas nos planos aprovados para as condicionantes 30 e 31;
 - **Junho de 2025:** Emissão do Parecer Técnico DALU/SUPLAN 023/2025, solicitando complementações no relatório;
 - **19 de julho de 2025:** Apresentação do relatório atualizado pela responsável técnico pelo empreendimento, o qual consta “em atendimento”, uma vez que há previsão de monitoramento contínuo da implantação do plano.
-

O plano referente à condicionante 31 foi aprovado pela SUPLAN no Parecer Técnico 04/2024, datado de 01 de fevereiro de 2024. Na aprovação, foram destacados os compromissos firmados pelo empreendedor:

1. Em eventos a serem promovidos pelo Instituto Galo: Os eventos terão caráter gratuito aos usuários; Serão promovidos eventos com periodicidade mensal para a Esplanada; os eventos a serem promovidos na Esplanada serão dotados de mobiliário, equipamentos e infraestrutura móvel esportiva; Serão promovidos, no mínimo, 3 eventos esportivos para a prática de jogos coletivos, tais como futebol, basquete, tênis de mesa, no período de um ano, conforme cronograma de atividades apresentado.
2. Eventos a serem promovidos por órgãos públicos e organizações da sociedade civil (institucionalizadas ou não): disponibilização gratuita da Esplanada (12 dias ao ano) para realização de eventos organizados por órgãos públicos; os eventos promovidos pelos órgãos públicos serão previamente agendados pelo Instituto Galo; os eventos promovidos por organizações da sociedade civil serão selecionados por meio de editais; a Arena MRV tem prioridade para a utilização dos espaços, podendo remanejar agendamentos de atividades e eventos previstos para o local.

3. Livre uso da Esplanada: a esplanada permanecerá aberta para livre acesso, diariamente, no período das 07:00 às 22:00, exceto em dias e horários de jogos e eventos, previamente divulgados no site oficial da Arena MRV.

Destacam-se, ainda, outras ações propostas definidas pelo PT SUPLAN 04/2024 (protocolo: 31.00782080/2023-13): Implantação do Plano em até 30 dias após a emissão do PT 04/2024; Realizar a divulgação de maneira contínua e permanente da disponibilidade dos espaços para a promoção de eventos pela sociedade civil e órgãos públicos; Implantação de sinalização informativa sobre o horário de livre acesso à Esplanada; Apresentação de relatórios trimestrais de implantação dos Planos no primeiro ano de atividades; Apresentação de relatórios anuais de comprovação de desenvolvimento dos Planos, a partir do segundo ano de atividades; Apresentação anual de cronograma de atividades a serem promovidas pelo Instituto Galo na Esplanada e no espaço denominado teatro. O cronograma deverá ser apresentado no final do ano, contendo as atividades previstas para o ano seguinte.

No que se refere ao Parecer de Pendências 065/2025, foi apresentada a publicação do edital de concessão do espaço para o público alvo do Plano aprovado, entretanto, apenas a concessão do espaço denominado “Teatro/Sala de Imprensa” foi publicado.

Nesse sentido, embora a condicionante tenha sido atendida com a aprovação do Plano, caberá ao empreendedor, durante a operação do empreendimento, o envio dos relatórios de comprovação da implantação dos planos, inclusive da divulgação do edital de uso da esplanada.

Assim, sugere-se que seja inserida condicionante para a Licença de Operação que trate do envio de relatórios de monitoramento da implantação do Plano. A redação da condicionante será feita no item 4 deste parecer.

Condicionante 32: Aprovar, junto à SUPLAN, a concepção arquitetônica/paisagística da Esplanada, incluindo os espaços sombreados e para descanso ou apoio ao usuário. (ver nota 13) | Atendida |

Condicionante 33: Aprovar, junto à SUPLAN, a concepção arquitetônica das passarelas a serem implantadas (ver nota 14). | Parcialmente atendida |

Nota 14: Todas as passarelas deverão prever iluminação de segundo nível e cobertura. As passarelas sobre a Avenida Juscelino Kubistchek deverão possuir largura mínima de 5 metros e conter elementos que impeçam a utilização por motocicletas. Também deverão manter a continuidade da demarcação das ciclofaixas compartilhadas com pedestre nas rotas as quais elas serão implantadas.

A passarela da Rua Pedro Ernesto deverá possuir uma segunda ligação com a calçada que margeia a Av. Juscelino Kubistchek até a Rua das Ostras. Apresentar plantas e desenhos cotados.

Histórico de atendimento à condicionante 33:

- 12/12/2022: **Parcialmente Atendida** - Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 12/2022
- 29/03/2023: **Parcialmente Atendida** - Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 37/2023
- 01/02/2024: **Parcialmente Atendida** - Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 04/2024
- 23/02/2024: **Parcialmente Atendida** - Emissão do Parecer Técnico SMMA 345/2024, que dentre outros assuntos, ratifica as solicitações feitas pela SUPLAN em pareceres anteriores
- 17/07/2025: **Pedido não acatado/Parcialmente atendida** - Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 32/2025, que avalia o pedido de exclusão da condicionante, sendo contrário à exclusão.

Trata-se de condicionante projetual referente às três passarelas de transposição da Via Expressa - passarela do Eldorado, passarela do Santa Maria e passarela do Viaduto Elevado da Massa. Os projetos já foram parcialmente aprovados pela SUPLAN e BHTrans, restando pendente, por parte da SUPLAN, apenas a inclusão no projeto de iluminação em segundo nível.

Em relação a essa pendência, foi apresentado pela responsável técnica, no anexo 27, projeto de iluminação para o viaduto “Elevado da Massa”, aprovado pela BHIP em 2022, com incorporação de 3 postes de 11,8m. Uma vez que foram apresentados os cálculos luminotécnicos para aprovação da BHIP, entende-se que o projeto atenderá ao objetivo de promover a segurança dos pedestres que trafegam pela área, não sendo necessária iluminação complementar em 2º nível. Nesse sentido, a condicionante está aprovada para essa passarela. Entretanto, não foram apresentados os projetos de iluminação das outras duas passarelas, de modo que a condicionante estabelecida na LI permanece parcialmente atendida.

Na documentação apresentada, o empreendedor solicita que a passarela do bairro Santa Maria e a passarela do Eldorado - cuja implantação é objeto da condicionante 39 - sejam excluídas dessas condicionantes. Tendo em vista o exposto na análise em relação a importância dessas passarelas para propiciar a travessia segura de torcedores e usuários dos equipamentos públicos existentes na Arena Multiuso **entende-se que essas**

passarelas não podem ser excluídas do escopo das condicionantes 33 e 39, sob pena de que o ônus de implantação dessas infraestruturas para mitigação dos impactos gerados pelo empreendimento recaia sobre o município.

Entretanto, com relação à condicionante 33, tendo em vista que os projetos das passarelas já foram aprovados em outro momento, e que a pendência projetual é apenas de apresentação do projeto luminotécnico aprovado pela BHIP, entende-se que esse item poderá ser incluído na condicionante 39, que trata da implantação das passarelas.

Condicionante 34: Aprovar, junto à SUPLAN, a concepção urbanística / arquitetônica das ciclovias e ciclofaixas compartilhadas a serem implantadas. (ver nota 15). | atendida |

Nota 15: Nas calçadas compartilhadas entre ciclistas e pedestres as faixas preferenciais para ciclistas deverão ser pintadas no piso. Na via marginal a ser implantada deverá ser prevista a implantação de ciclovia ou de ciclofaixa compartilhada, em continuidade ao compartilhamento previsto para a ciclofaixa que ligará a Estação Eldorado à Arena.

Condicionante 35: Aprovar, junto à SUPLAN, a concepção urbanística das rotas de pedestres (ver nota 16) | Parcialmente atendida |

Nota 16: Além das rotas propostas pelo empreendedor deverão ser incluídas as rotas de pedestres nos trechos da av. Juscelino Kubistchek entre o Anel Rodoviário e a Rua das Ostras, incluindo esta via.

Histórico de atendimento à condicionante 35:

- **12/12/2022 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 12/2022
 - **29/03/2023 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 37/2023
 - **25/08/2023 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 63/2022
 - **07/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 09/2024
-

- **23/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SMMA 345/2024, que dentre outros assuntos, ratifica as solicitações feitas pela SUPLAN em pareceres anteriores

A condicionante 35 tem por objetivo a aprovação das rotas de pedestres para acesso ao empreendimento.

Foram apresentadas e aprovadas pela SUPLAN 13 rotas de pedestres, cujas calçadas receberiam melhorias para garantir maior segurança e caminhabilidade no trajeto a ser percorrido pelos usuários em dias de eventos e jogos, bem como no dia a dia da vizinhança do empreendimento.



Figura – Localização de PEDs, itinerário das linhas e caminhabilidade de pedestre

Imagem 16: rotas de pedestres apresentadas pelo empreendedor em ofício enviado em 04/05/2020 para atendimento à diretriz 35. Fonte: RIC, 2019.

As rotas foram definidas com base no Relatório de Impacto à Circulação - RIC apresentado em 2019 e avaliações realizadas pela SUPLAN e BHTrans.

Em ofício enviado em 2020 para atendimento à condicionante, foi explicado pelo empreendedor que a principal circulação de pedestres se dá entre os pontos de embarque e desembarque de passageiros e as áreas de estacionamento de veículos nas vias públicas e a Arena Multiuso. No documento é informado, ainda, que a maior parte das rotas não

possuem faixa para travessia de pedestres, foco semaforico e não possuem calçadas em bom estado de conservação. O documento menciona que a passarela a ser implantada (Travessia entre empreendimento e o bairro Santa Maria) faz parte de diversas rotas de pedestres.

Destaca-se que a rota nº 13, referente à rua das Ostras, foi implementada em divergência com o projeto aprovado, de modo que a SUPLAN solicitou complementações no projeto após vistorias.

Dessa forma, para atendimento da condicionante, as adequações solicitadas nos pareceres técnicos SUPLAN 63/2023 e 09/2024 deverão ser realizadas e informadas no projeto arquitetônico. O empreendedor solicita que as adequações no traçado da calçada da Rua das Ostras (Rota 13) sejam formalmente incluídas como condicionante da Licença de Operação (LO), com prazo de execução de 365 dias a contar da data de emissão da referida licença. Entretanto, tendo em vista que tratam-se de alterações pontuais de projeto, e já solicitadas exaustivamente em pareceres anteriores, solicitamos que a implantação dessa rota seja comprovada no âmbito da análise da condicionante 41, que trata da comprovação da implantação de outras rotas, em até 180 dias.

Condicionante 36: Aprovar, junto à SUPLAN, a concepção arquitetônica/paisagística da praça e demais áreas remanescentes oriundas do projeto de parcelamento do solo. | Atendida |

Condicionante 37: Implantar acesso aos equipamentos comunitários e sinalizar as vagas de estacionamento para atendimento à demanda dos mesmos, conforme aprovado pela PBH. | Atendida |

Condicionante 38: Implantar os espaços sombreados e para descanso ou apoio distribuídos pela Esplanada, conforme aprovado pela PBH. | Atendida com ressalvas |

Histórico de atendimento à condicionante 38:

- **25/08/2023:** PT SUPLAN 62/2023 aprova a concepção a condicionante 38, estabelecendo como ressalva que para a Licença de Operação do empreendimento deverá ser observado se as árvores obtiveram crescimento adequado para gerar o sombreamento desejado. Em caso negativo, outra solução deverá ser implementada.

Através do item 4 do Parecer de pendências 065/2025 foi solicitada apresentação de relatório referente ao desenvolvimento dos indivíduos plantados na esplanada, com avaliações sobre o desenvolvimento dos espécimes e capacidade atual de produzir sombreamento. A esse respeito, o empreendedor esclareceu, através de relatório assinado pela empresa Pequi Ambiental, que os indivíduos implantados na esplanada apresentam desenvolvimento satisfatório e vigor adequado, com crescimento compatível ao tempo de implantação e boa adaptação ao ambiente sobre laje suspensa. O relatório ressalta que a espécie arbórea indicada (para-sol) embora apresente restrições ao desenvolvimento conforme área disponível para o sistema radicular, apresenta desenvolvimento satisfatório. Dessa forma, entende-se que não é necessário, a princípio, a substituição dos espécimes plantados, uma vez que espera-se que ao longo dos anos haja desenvolvimento adequado e sombreamento das áreas dos bancos. Esse acompanhamento deverá ser feito durante a operação do empreendimento.

Condicionante 39: Implantar passarelas conforme aprovado pela PBH. | Parcialmente atendida |

Histórico de atendimento à condicionante 39:

- **Junho/2021:** o ponto de locação das passarelas é aprovado no projeto viário da BHTrans
 - **12/12/2022:** PT SUPLAN aprova a concepção do projeto das passarelas (condicionante 33), deixando pendente a aprovação da iluminação das mesmas
-

-
- **01/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 04/2024, que cobra adequações de segurança e iluminação nas passarelas já implantadas.
 - **07/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 09/2024 ratificando a necessidade de ajustes nas passarelas já implantadas e a necessidade de implantação das demais passarelas.
 - **23/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SMMA 345/2024, que dentre outros assuntos, ratifica as solicitações feitas pela SUPLAN em pareceres anteriores
-

A condicionante 39 trata da implantação das passarelas aprovadas no âmbito da condicionante 33, na qual foram propostos três pontos de transposição da Av. Juscelino Kubitschek. Conforme informado anteriormente, das três passarelas previstas inicialmente, apenas aquela localizada no viaduto da rua João Batista Vieira (Elevado da Massa) foi implantada. As passarelas de interligação da estação Eldorado com o outro lado da Av. Juscelino Kubitschek e de interligação da rua Pedro Ernesto (Passarela do Santa Maria) com a Arena Multiuso **ainda não foram executadas.**

As passarelas foram aprovadas pela SUPLAN e avaliadas pela BHTrans no projeto viário aprovado, sendo elementos fundamentais para a travessia dos usuários do empreendimento tanto em dias de jogos quanto cotidianamente para utilização dos equipamentos urbanos existentes no local, conforme já relatado na análise da condicionante 33 e em outros tópicos deste parecer.

Atualmente, em função da não implantação das duas passarelas, toda a operação de deslocamento de pedestres entre a Estação Eldorado e o empreendimento em dias de jogos é realizada de maneira improvisada através de coneamento implantado em uma faixa da via expressa, com mobilização do efetivo da BHTrans. Essa forma de operação gera não somente custos ao Município como gera problemas de segurança para pedestres e motoristas.

Metrô

A estação Eldorado fica a cerca de 1,7 km do estádio e o intervalo entre os trens será de 15 minutos. Há um caminho preparado para levar os torcedores, pela faixa da direita da Marginal da Via Expressa, sentido Belo Horizonte, da Estação do Metrô Eldorado até R. Gentil Portugal do Brasil.

Imagem 17: reportagem do Jornal O Tempo de 08/08/2025

Além disso, com a implantação da passarela do Eldorado será possível reduzir o elevado fluxo de pessoas no entorno da área residencial existente na rua Gentil Portugal, trazendo menos transtornos à vizinhança.

No que se refere à implantação da passarela do bairro Santa Maria, em função da evidente necessidade de travessia de usuários da Arena Multiuso em dias de jogos - travessias já previstas pelo próprio empreendedor quando da avaliação das rotas de pedestres - houve necessidade de realização de uma travessia em nível e semaforização da via expressa nesse ponto para operação em dias de jogos. Tendo em vista que a Av. Juscelino Kubitschek é uma via expressa, a semaforização compromete os níveis de fluidez e segurança da via, além de impactar na travessia indevida de pedestres fora dos momentos de jogos, podendo gerar acidentes graves.

Outro ponto importante, é que a Arena Multiuso possui equipamentos de uso público que foram executados em função da caracterização do empreendimento como de interesse social. Nesse sentido, a implantação da passarela promoverá o deslocamento dos moradores do entorno com maior segurança, permitindo a travessia segura da via expressa, e promovendo o acesso direto aos serviços disponibilizados. Destaca-se que a implantação da travessia já foi requerida pela Associação de Moradores do Bairro Camargos em ofício encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais em 2023.

Já em relação à implantação das passarelas que promovem a interligação entre a Estação Eldorado e a Arena Multiuso; e entre o bairro Santa Maria e a Arena Multiuso; **a SUPLAN se manifesta contrariamente à exclusão desses itens da condicionante, tendo em vista tratar-se de obras fundamentais para segurança dos usuários do empreendimento.** A condicionante se ancora nos impactos oriundos da operação do

empreendimento, estando de acordo com os princípios da pertinência, da previsibilidade e da proporcionalidade. Dessa forma, solicita-se que sejam implantadas em até 180 dias após a obtenção da Licença de Operação.

Em relação à travessia de pedestres do viaduto João Batista Vieira (“Elevado da Massa”) foi solicitado tanto no Parecer Técnico SUPLAN 04/2024 quanto no Parecer de Pendências CLI nº 065/2025 **a execução imediata** de medidas de segurança no local com o objetivo de evitar quedas e acidentes, uma vez que o empreendedor havia solicitado sucessivas vezes o prazo de 365 dias para a realização das correções.



Imagem 18 e 19: imagens retiradas do Parecer Técnico SUPLAN 04/2024. Em vistoria realizada em 15/07/2025 observou-se que as adequações ainda não foram realizadas.

Na documentação apresentada para atendimento ao Parecer de Pendências o empreendedor sinalizou que procederia com as adequações solicitadas em no máximo 90 dias contados a partir de 03/10/2025. As adequações contemplarão a substituição do guarda-corpo existente por material compatível e de altura equivalente aos gradis já implantados em outras estruturas similares e a completa vedação do vão existente entre o viaduto antigo e o novo viaduto. Esta DALU/SUPLAN se manifesta favorável ao prazo

solicitado pelo empreendedor para saneamento do problema, desde que sejam providenciadas medidas de segurança provisória nesse local até que as medidas definitivas sejam adotadas.

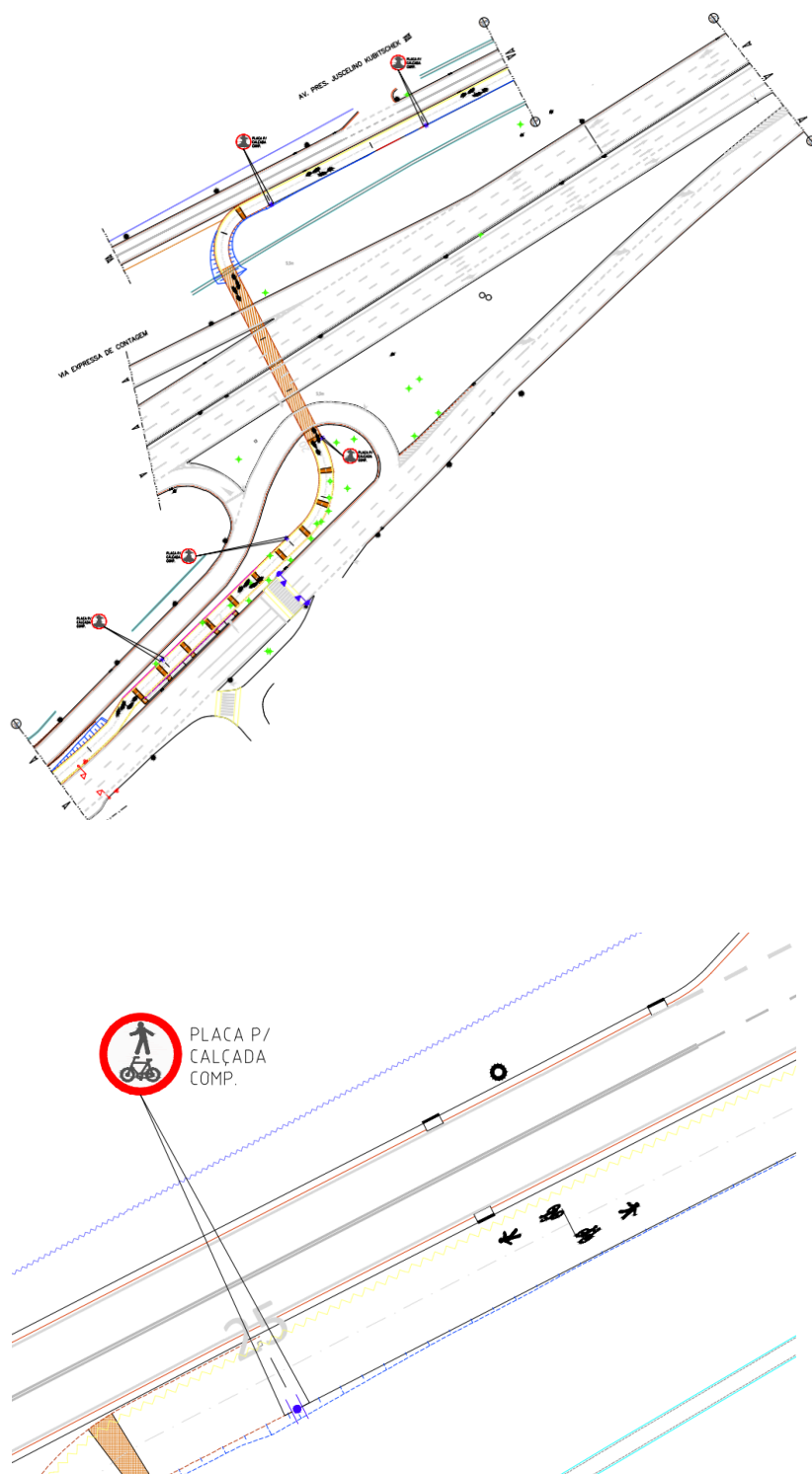
Condicionante 40: Implantar ciclovias e ciclofaixas conforme aprovado pela PBH. |
Parcialmente atendida |

Histórico de atendimento à condicionante 40:

- **01/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 04/2024
- **07/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 09/2024
- **23/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SMMA 345/2024, que dentre outros assuntos, ratifica as solicitações feitas pela SUPLAN em pareceres anteriores

A condicionante tem por objeto a implantação das ciclofaixas e ciclovias aprovadas no âmbito da condicionante 34, cujo projeto foi aprovado em conjunto com o projeto viário apresentado à BHTrans. Dentre outros pontos, o projeto aprovado contempla a implantação de uma calçada compartilhada entre pedestres e ciclistas, com 5 m de largura, que interliga a Estação Eldorado com a Arena Multiuso A rota compartilhada é composta por uma das passarelas previstas pela condicionante 39.

Além dessa interligação, foram aprovadas no projeto propostas para pistas de cooper e ciclovia circundando o perímetro do estádio e pista compartilhada na calçada da via marginal Alice Neves.



Imagens 20 e 21: imagens do projeto apresentado e aprovado, demonstrando o compartilhamento a ser feito entre pedestres e ciclistas na passarela e rota criada para interligação entre a Estação Eldorado e a Arena Multiuso.

No Parecer Técnico SUPLAN 04/2024, foi solicitada a apresentação da pintura de preenchimento da ciclovia localizada na Esplanada, uma vez que havia sido pintada apenas a delimitação da mesma. No momento de emissão do referido parecer, o trecho de ciclovia entre a Arena Multiuso e a estação Eldorado não havia sido implantado.

Com o envio da nova documentação, tal qual já solicitado anteriormente através do Plano de Trabalho, o empreendedor pede que seja acatada a pintura da ciclovia da esplanada tal qual executada, isto é, sem o preenchimento da pintura. Adicionalmente, o empreendedor solicita que a ciclovia de ligação entre a estação Eldorado e a Arena seja excluída da condicionante, com base nas disposições da Lei Municipal nº 11.785/2024.

Com relação à exclusão da pintura interna da ciclovia, esta SUPLAN entende que tal solicitação pode ser acatada.

Já com relação à exclusão da ciclovia de ligação entre a estação Eldorado e a Arena, salientamos que não se trata da implantação de ciclovia do PlanMob mas sim de via compartilhada entre pedestres e ciclistas, tratando-se, portanto, de um projeto único e importante para interligação entre os dois lugares, e que já foi apresentado pelo empreendedor e aprovado pelo órgão de trânsito.

Dessa forma, esta DALU/SUPLAN é contrária a exclusão deste item da condicionante, tendo em vista que a implantação da ciclovia será feita de maneira compartilhada com a rota e passarela de pedestres, estando de acordo com os princípios da pertinência, da previsibilidade e da proporcionalidade. Entretanto, para melhor orientação ao empreendedor e atendimento aos objetivos pretendidos ainda pendentes, sugere-se à CLI que os itens pendentes sejam acrescentados à diretriz 39, que tem por objetivo a implantação das passarelas de travessia de pedestres, com prazo de até 180 dias a partir da emissão da LO.

Condicionante 41: Implantar tratamento de rotas de pedestres conforme aprovado pela PBH. | Parcialmente atendida |

Histórico de atendimento à condicionante 41:

- **25/08/2023 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 63/2022
-

-
- **07/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 08/2024
 - **07/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 09/2024
 - **23/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SMMA 345/2024, que dentre outros assuntos, ratifica as solicitações feitas pela SUPLAN em pareceres anteriores
-

A condicionante 41 refere-se à implantação das rotas de pedestres aprovadas pela PBH, conforme especificado na condicionante 35.

Foram aprovadas 13 rotas de pedestres para receberem melhorias de modo a garantir maior segurança e caminhabilidade adequada aos usuários da Arena Multiuso. O Parecer Técnico SUPLAN 08/2024 avaliou a implantação do projeto, solicitando adequações em diversos trechos. Algumas delas já haviam sido solicitadas em outros pareceres. Em síntese:

- Rua das Ostras: adequar a mudança de direção na calçada de forma suave e contínua e garantir a largura mínima de 1,50 metros destinado à faixa livre de circulação de pedestres. (Pareceres SUPLAN 63/23 e 08/2024);
- Adequações de segurança no viaduto da rua João Batista Vieira (Elevado da Massa): esse viaduto faz parte de diversas rotas e demanda ajustes como a substituição do guarda-corpo existente por material similar em altura aos demais gradis implantados, a completa vedação do vão entre o viaduto antigo e o novo viaduto;
- Ajustes Praça do Torcedor: há necessidade de adequações na praça, especialmente nas escadarias, cuja sinalização tátil está inadequada e não foram implantados guarda-corpos. O mobiliário urbano previsto no projeto da Praça também não foi implantado;
- Tratamento da rota da Av. Juscelino Kubistchek (entre a rua Cristina Maria de Assis e a Estação Eldorado);
- Tratamento da rota da Rua Oswaldo Cardoso (entre a rua Cristina Maria de Assis e rua Margarida de Assis Fonseca);
- Tratamento da rota da Av Vereador Cícero Ildefonso (entre a BR040, próximo à passarela, e a rua Margarida de Assis Fonseca);
- Tratamento da rota dos trechos descritos nas rotas 6, 7, 9 e 11 que não foram implantados.

O empreendedor solicita que seja acatado um novo projeto para a Rua Oswaldo de Cardoso, de modo que o alargamento viário previsto pela condicionante e pelas diretrizes de parcelamento do solo seja substituído por um boulevard de pedestres. Destaca-se que esse item foi avaliado anteriormente no Parecer Técnico BHTRANS/DSV/GEDIV nº 088/2024 (referente à condicionante 26) que reforçou que a conclusão das obras dessa via é imprescindível para o funcionamento do sistema viário no entorno da Arena MRV em dias de jogos e dias típicos, uma vez que é essencial para a implementação de binário com o trecho implantado entre as ruas Cristina Maria de Assis e Margarida Assis Fonseca. Além disso, é importante destacar, que o alargamento das vias de entorno foram computados na planta de parcelamento previamente aprovada, de modo que a não realização do alargamento ensejaria nova modificação do parcelamento e consequentemente de compensação de áreas públicas.

O empreendedor solicita, também, que o tratamento das demais rotas de pedestres sejam excluídas, fundamentando o pedido com a Lei Municipal nº 11.785/2024.

Com relação ao pleito de exclusão dos itens da condicionante, **esta SUPLAN se manifesta novamente de maneira contrária, uma vez que todas as rotas inseridas na condicionante foram baseadas em estudos de circulação e guardam relação com os impactos gerados pela operação do empreendimento.** Nesse sentido, solicita-se que as rotas sejam implementadas em até 180 dias após a obtenção da LO.

Condicionante 42: Implantar praças e áreas remanescentes conforme aprovado pela PBH | Parcialmente atendida |

Histórico de atendimento da condicionante 42

- **01/09/2020:** O projeto da praça e áreas remanescentes (condicionante 36) é aprovado pelo pela SUPLAN em parecer emitido em 01/07/2020
- **07/02/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 09/2024
- **15/07/2024 - parcialmente atendida:** Emissão do Parecer Técnico SUPLAN 26/2024

O projeto aprovado no âmbito da condicionante 36 e aprovado em 2020 contempla a implantação de uma praça em nível intermediário entre a Av. Juscelino Kubistchek e a via marginal, cuja principal função é interligar os pontos de ônibus a serem instalados na av.

Juscelino Kubistchek à Arena. Essa interligação ocorre por meio de rampas, escadas e uma passarela sobre a via marginal Alice Neves.

No platô da praça, denominada “Praça do Torcedor”, o projeto aprovado prevê a instalação de mobiliários para permanência dos usuários, tais como, bancos, jardineiras e pergolado para garantir o sombreamento.

O PT SUPLAN 09/2024 destacou a necessidade de ajustes para garantir a segurança dos pedestres e a implantação dos mobiliários previstos em projeto para o ateste de conclusão da condicionante. O PT SUPLAN 26/2024, emitido após vistoria da equipe técnica ao local, apontou novamente as adequações a serem feitas: implantação do mobiliário, adequações de corrimões e guarda-corpos, dentre outros. Tendo em vista que a sinalização tátil da praça foi implantada no eixo central, o parecer solicitou que os bancos previstos em projeto e ainda não implantados, fossem realocados para garantir a livre circulação, sem barreiras, ou que fossem feitos ajustes na sinalização tátil já instalada.

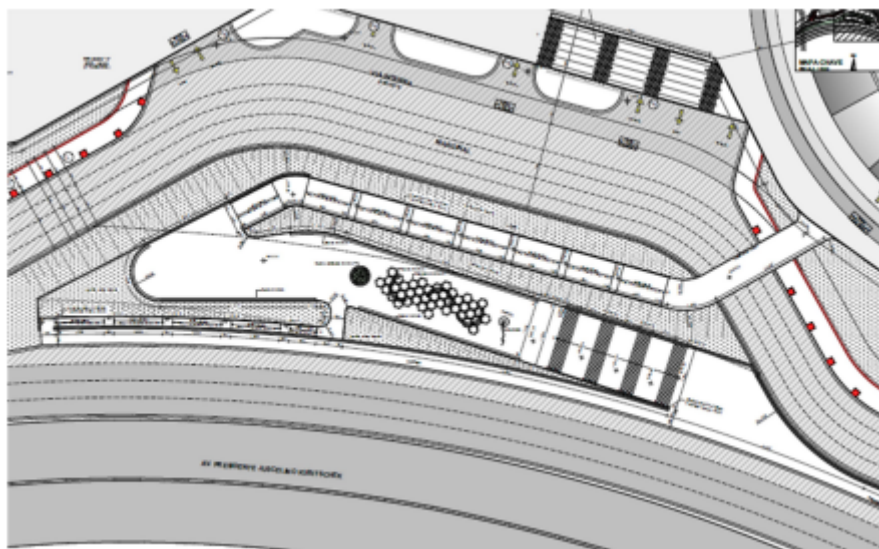


Imagem 22: projeto da Praça do Torcedor.

Para obtenção da LO, o empreendedor solicitou que fossem cobradas apenas as adequações de segurança, fundamentando tal pleito na Lei Municipal nº 11.785/2024, e pede que essas adequações tenham prazo de 365 dias.

Entende-se que há perda na função do tratamento desse espaço como uma praça, sendo um espaço de descanso importante para usuários dos equipamentos públicos instalados

pelo empreendimento, não sendo possível acatar o pleito do empreendedor. Entretanto, tendo em vista o local onde foi instalado o piso tátil, entende-se que o mobiliário pode ser colocado nas bordas da praça, conforme previsto no PT SUPLAN 26/2024. Dessa forma, solicita-se que a implantação dos itens pendentes dessa condicionante seja comprovada em até 180 dias antes da emissão da LO.

3.4. Análise dos impactos afetos à operação do empreendimento

Conforme disposto anteriormente, o empreendimento opera desde 2023 com a obtenção de Autorização Prévia de Funcionamento (APF). Dessa forma, alguns impactos de operação já são conhecidos, sendo possível o estabelecimento de condicionantes para sua mitigação. Esses impactos estão listados a seguir:

- Geração de alto número de viagens, em função da atração de veículos leves;
- Geração de alto fluxo de pessoas a pé durante jogos de futebol;
- Geração de demanda por travessia da Via Expressa, em função da instalação de equipamentos públicos;
- Geração de resíduos sólidos dentro e fora do empreendimento;
- Geração de efluentes sanitários dentro e fora do empreendimento.

Além dos impactos já conhecidos, com a solicitação da inclusão da esplanada como espaço para shows, outros impactos serão provenientes da operação do empreendimento:

- Atração de serviços de alimentação e bebidas (*food trucks* e ambulantes);
- Geração de ruídos na vizinhança;
- Aumento na frequência de eventos e consequentemente de geração de viagens na região, ampliando os problemas relacionados ao trânsito;
- Atração de carretas e caminhões para montagem de palcos;

Conforme apresentado pelo empreendedor, espera-se que os shows na esplanada tenham público de até 10.000 pessoas, número significativamente menor do que a média de público em eventos realizados no interior do estádio, cuja ocupação máxima em shows foi de 40.000 pessoas (Show Histórias). Entretanto, tendo em vista que o empreendimento encontra-se significativamente próximo de áreas predominantemente residenciais, os impactos de ruídos deverão ser mitigados, garantindo a convivência harmônica do empreendimento com a vizinhança.

Com relação aos impactos positivos do empreendimento, é importante que estes sejam tratados durante sua operação, de modo a garantir o efetivo cumprimento do interesse

social que esteve vinculado ao empreendimento desde a sua concepção, bem como a sua plena inserção na vizinhança:

- Garantir que o interesse social do empreendimento seja cumprido durante toda a sua operação;
- Manutenção das vagas destinadas aos equipamentos públicos (28 vagas);
- Garantir que a operação do empreendimento não gere ruídos que prejudiquem a vizinhança.

Diante do exposto, esta SUPLAN sugere à CLI, no tópico a seguir, as condicionantes necessárias para a operação do empreendimento. Salienta-se que as condicionantes da LI ainda não atendidas foram inseridas como condicionantes da LO, o que deverá ser avaliado pelos membros da CLI e pelo órgão licenciador.

4. QUADRO DE CONDICIONANTES SUGERIDAS PELA SUPLAN

Condicionante	Ref. Cond. LI	Prazo
<p>Condicionante: Comprovar, através do envio de relatórios, a implantação do Plano de Utilização do espaço denominado "Teatro" pela comunidade de entorno e órgãos públicos.</p> <p>Nota: O Plano de Utilização do espaço denominado "Teatro" pela comunidade de entorno e órgãos públicos tem por objetivo organizar a utilização gratuita desse espaço para a realização de eventos artísticos, culturais, sociais organizados por órgãos públicos e comunidade do entorno e pelo Instituto Galo, haja vista seu reconhecimento como um empreendimento de interesse social. Conforme aprovado pela SUPLAN, o espaço deverá ser disponibilizado com frequência trimestral para os eventos promovidos pelo Instituto Galo e frequência mensal para os eventos promovidos por órgãos públicos e organizações da sociedade civil (institucionalizadas ou não). O espaço é equipado com cadeiras, mobílias, mesas e equipamentos de som e mídia.</p> <p>A comprovação da implantação do Plano de Utilização do espaço denominado Teatro, atualmente Sala de imprensa, deverá ser feita por meio do envio de relatórios, que deverão conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprovação da publicação do edital no site do Instituto Galo;	30	Semestralmente, em junho e dezembro



<ul style="list-style-type: none">• Comprovação da divulgação do edital por meio de redes sociais e encaminhamento de e-mails para órgãos públicos e associações comunitárias. Ressalta-se que a divulgação sobre a disponibilidade do espaço deve ser contínua e permanente;• Apresentação de todos os eventos que tenham sido realizados no Teatro (Sala de Imprensa) por órgãos públicos e OSCs no semestre avaliado;• Apresentação dos eventos realizados pelo Instituto Galo no Teatro (Sala de Imprensa) no semestre avaliado;• Apresentação dos indicadores dos eventos promovidos pelos órgãos públicos e/ou organizações sociais e pelo Instituto Galo, conforme tabela apresentada no plano aprovado;• Outras informações pertinentes à comprovação da utilização do espaço e esforços relacionados às ações de divulgação de sua cessão. <p>Durante os primeiros dois anos de vigência da Licença de Operação os relatórios deverão ser encaminhados semestralmente, em junho e dezembro. Após os dois primeiros anos de vigência da LO, a periodicidade dos relatórios poderá ser alterada para anual.</p>		
<p>Condicionante: Comprovar, através do envio de relatórios, a implantação do Plano de Atividades Esportivas para a comunidade do entorno</p> <p>Nota: O Plano de Atividades Esportivas para a Comunidade do Entorno tem por objetivo promover a utilização gratuita da infraestrutura da Esplanada (espaços descobertos, pista de cooper, ciclovia, etc) pela comunidade do entorno, especialmente os bairros Camargos, California e Santa Maria, e também por organizações da sociedade civil e órgãos público, proporcionando a realização de eventos com foco na promoção do bem-estar social, esporte, cultura, lazer, educação dentre outros, e aproximar os usuários dos equipamentos disponíveis nesse local (Academia da Cidade, NASF e CLIC).</p> <p>Dentre as atividades propostas pelo plano aprovado estão a abertura da esplanada de 07h às 22h para a utilização dos equipamentos pela população; a realização de eventos esportivos/recreativos mensais pelo Instituto Galo; a cessão gratuita do espaço em pelo menos 12 dias no ano para a realização de eventos por órgãos públicos e organizações da sociedade civil.</p>	31	Semestralmente, em junho e dezembro



<p>A comprovação da implantação do Plano de Atividades Esportivas para a comunidade do entorno, deverá ser feita por meio do envio de relatórios semestrais, que deverão conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprovação da publicação do edital no site do Instituto Galo;• Comprovação da realização de atividades esportivas, inclusive da disponibilização de atividades esportivas e recreativas adaptáveis às pessoas com mobilidade reduzida;• Comprovação da divulgação do edital por meio de redes sociais e encaminhamento de e-mails para órgãos públicos e associações comunitárias. Ressalta-se que a divulgação sobre a disponibilidade do espaço deve ser contínua e permanente;• Apresentação de todos os eventos que tenham sido realizados na esplanada por órgãos públicos e OSCs no semestre avaliado;• Apresentação dos eventos realizados pelo Instituto Galo na esplanada no semestre avaliado;• Apresentação dos indicadores dos eventos promovidos pelos órgãos públicos e/ou organizações sociais e pelo Instituto Galo, conforme tabela apresentada no plano aprovado;• Outras informações pertinentes à comprovação da utilização do espaço e esforços relacionados às ações de divulgação de sua cessão. <p>Durante os primeiros dois anos de vigência da Licença de Operação os relatórios deverão ser encaminhados semestralmente, em junho e dezembro. Após os dois primeiros anos de vigência da LO, a periodicidade dos relatórios poderá ser alterada para anual.</p>		
<p>Condicionante: Comprovar, através de relatórios, a manutenção de espaços sombreados na Esplanada durante toda a operação do empreendimento.</p> <p>Nota: A esplanada do empreendimento foi considerando a instalação de mobiliários e canteiros com árvores para prover sombreamento na esplanada. Durante a vigência da LI observou-se que os indivíduos arbóreos implementados na esplanada ainda não haviam se desenvolvido de maneira satisfatória para se atingir tal objetivo. Dessa forma, deverá ser encaminhado à SUPLAN, anualmente, relatório informando sobre as seguintes questões:</p> <p>5. Relatório de Acompanhamento do desenvolvimento dos indivíduos arbóreos plantados na esplanada:</p>	38	Anualmente, em dezembro



<p>Documento detalhando o desenvolvimento, saúde e porte (altura/diâmetro da copa) das árvores plantadas na esplanada, avaliando sua capacidade de gerar sombreamento. O relatório deve incluir registros fotográficos e/ou mapas de sombreamento que demonstrem a eficácia das medidas adotadas. O relatório deverá ser acompanhado de ART.</p> <p>6. Adoção de Medidas Corretivas: Caso o relatório aponte que o desenvolvimento das espécies é insuficiente ou inviável para atingir o objetivo de sombreamento adequado em um prazo razoável, soluções alternativas deverão ser propostas e implementadas em até 90 (noventa) dias. Tais soluções podem incluir, mas não se limitar a:</p> <ul style="list-style-type: none">a. Substituição ou Complementação das espécies arbóreas por outras de crescimento mais rápido ou mais adequadas ao local.b. Instalação de estruturas artificiais de sombreamento (ex: pergolados, toldos, brises) capazes de garantir o conforto térmico na área.		
<p>Condicionante: Comprovar a implantação das passarelas de pedestres para transposição da Via Expressa, conforme aprovado pela PBH, com vistas a garantir a travessia segura dos usuários do empreendimento*</p> <p>Nota: As passarelas que interligam a Estação Eldorado e o bairro Santa Maria ao empreendimento deverão ser implantadas, conforme projeto aprovado pela PBH, com vistas a garantir o atravessamento seguro de torcedores e usuários dos equipamentos implantados pelo empreendimento. A implantação dessas infraestruturas deverá englobar a implantação de iluminação pública, que deverá ser aprovada pela BHIP, garantindo a travessia segura em todos os períodos em que o empreendimento opera.</p> <p>Destaca-se que, conforme projeto aprovado, a passarela da Estação Eldorado faz parte da rota compartilhada entre pedestres e ciclistas, o que deverá ser mantido quando da implantação dessa passarela através das devidas sinalizações constantes no projeto aprovado.</p> <p>A conclusão e a devida entrega das passarelas e da iluminação deverão ser formalmente comprovadas junto à SUPLAN e à SMMUR através de relatório fotográfico e apresentação de ofício da concessionária BHIP.</p> <p>*Condicionante 39 da LI ainda não cumprida e nota inserida para a conclusão dos itens ainda não atendidos da condicionante 33</p>	39 e 33	180 dias a partir da obtenção da LO
<p>Condicionante: Comprovar a implantação do tratamento das calçadas e infraestruturas que compõem as rotas de pedestres para acesso ao empreendimento, conforme aprovado pela PBH,</p>	40 e 41	180 dias a partir da obtenção da LO



de forma a garantir segurança e acessibilidade aos usuários durante a operação do empreendimento*

Nota: O Relatório de circulação do empreendimento destacou diversas rotas de pedestres que são relevantes para acesso ao empreendimento, as quais foram aprovadas quando da emissão da Licença de Instalação. Além dessas rotas, existem rotas complementares que foram averiguadas durante a operação do empreendimento e demandam, atualmente, operações especiais de trânsito, a exemplo da rota de pedestres com origem na Estação Eldorado. Essas rotas deverão receber melhorias para garantir maior segurança e caminhabilidade no trajeto a ser percorrido pelos usuários em dias de jogos e eventos, bem como no dia-a-dia da vizinhança usuária dos equipamentos implantados pelo empreendimento. As obras de adequação de algumas rotas ainda encontram-se pendentes ou demandam ajustes, sendo estes descritos a seguir:

- **Rotas 03, 05, 11 e 12:** Implantar a rua Oswaldo de Cardoso;
- **Rota 04:** Realizar ajustes Praça do Torcedor, especialmente nas escadarias, cuja sinalização tátil está inadequada e não foram implantados corrimãos. O mobiliário urbano previsto no projeto da Praça também não foi implantado;
- **Rota 07:** implantar a passarela que possibilita a travessia segura da Av. Juscelino Kubitschek (via expressa), conforme rota aprovada. Adequar os acessos à calçada em todo o trecho da rota aprovada. Adequar a mudança de direção na calçada da rua das Ostras de forma suave e contínua e garantir a largura mínima de 1,50 metros destinado à faixa livre de circulação de pedestres. (Pareceres SUPLAN 63/23 e 08/2024).
- **Rota 08, 09, 10 e 13:** Realizar adequações de segurança no viaduto da rua João Batista Vieira (Elevado da Massa). Esse viaduto faz parte de diversas rotas e demanda ajustes como a substituição do guarda-corpo existente por material similar em altura aos demais gradis implantados, a completa vedação do vão entre o viaduto antigo e o novo viaduto. Essa adequação deverá ser feita de maneira imediata;
- **Rotas 06, 07, 09 e 11:** foram implantados apenas os trechos imediatamente lindeiros ao empreendimento. A requalificação dos acessos dos demais trechos da rota aprovada deverão ser implantados e comprovados.
- **Rota 13:** Tratamento da rota da Av. Juscelino Kubitschek (entre a rua Cristina Maria de Assis e a Estação Eldorado). Esse trecho será interligado à passarela que será implantada pelo empreendimento, possibilitando a travessia da Av. Juscelino Kubitschek.
- **Rota da Estação Eldorado:** atualmente essa rota é realizada de maneira improvisada por meio da faixa de rolamento da Via Expressa, na qual é demarcado um caminho para pedestres através de cones. Para a correção dessa situação e implantação de uma rota



<p>definitiva que gere segurança para pedestres e motoristas que trafegam na região, deverá ser implementada a rota definitiva já aprovada pela PBH, que consiste no tratamento das calçadas existentes entre Estação e a via marginal e o atravessamento da via expressa por meio de uma passarela. Essa rota é uma rota compartilhada entre pedestres e ciclistas, conforme projeto aprovado pela PBH durante a Licença de Instalação.</p> <ul style="list-style-type: none">• Rota do bairro Santa Maria: implantação da passarela de pedestres e tratamento das calçadas que compõem essa rota de travessia dos moradores do bairro Santa Maria para acesso ao empreendimento, conforme já aprovado. <p>*Condicionante 40 e 41 da LI ainda não cumprida. A redação foi adaptada para a LO.</p>		
<p>Condicionante: Implantar a infraestrutura prevista para a Praça do Torcedor*</p> <p>Nota: o projeto da Praça do Torcedor contempla a instalação de mobiliários que tem por objetivo a qualificação e permanência dos usuários no local, como bancos, pergolados e jardineiras para garantir o sombreamento do local, além da implantação de iluminação de segundo nível. A implantação deverá garantir a sinalização tátil e inclusão de corrimãos conforme normas e legislação pertinente, conforme pontuado no Parecer Técnico SUPLAN 26/2024, de modo a garantir a acessibilidade e segurança do local.</p> <p>*Condicionante 42 da LI ainda não cumprida</p>	42	180 dias a partir da obtenção da LO
<p>Condicionante: Manter aberto o acesso de pedestres da Rua Cristina Maria de Assis durante os horários de abertura da esplanada de modo a garantir acesso direto aos equipamentos públicos implantados na esplanada</p> <p>Nota: O projeto aprovado em atendimento à condicionante 29 da LI contempla o acesso de pedestres aos equipamentos comunitários pela rua Cristina Maria de Assis, através de escadaria e elevador para portadores de mobilidade reduzida. Esse acesso deverá ser mantido aberto, livre e desimpedido durante toda a operação do empreendimento</p>	29	30 dias a partir da obtenção da LO
<p>Condicionante: Implantar Plano de Comunicação Social com a vizinhança</p> <p>Nota: O Plano de Comunicação Social deverá considerar os seguintes Programas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Programa de Ouvidoria: o programa de ouvidoria será responsável por manter os canais de comunicação para	-	90 dias a partir da obtenção da LO



<p>recebimento e encaminhamento das reclamações, sugestões e informações trazidas pela vizinhança; divulgar informações sobre eventos, especialmente sobre os impactos relacionados a estes como fechamento de vias, desvios, dentre outros; realização de reuniões com a comunidade do entorno, pelo menos semestralmente;</p> <ul style="list-style-type: none">• Programa de incentivo à utilização do empreendimento: esse programa deve ter como objetivo a apresentação das atividades de uso público disponíveis pelo empreendimento, bem como aquelas realizadas pelo Instituto Galo.• Programa de comunicação com a cidade: Promover a veiculação de mensagem informativa sobre os horários de todos os jogos e eventos do empreendimento com 24h de antecedência dos mesmos, de modo a informar aos “não usuários” do empreendimento que trafegam no entorno, sobre eventuais interdições, aumento de fluxo e/ou vias que devem ser priorizadas. A comunicação deve ser feita nos principais eixos viários do entorno e deve ser retirada após a realização do evento.• Programa de Comunicação Interna: Incorporar as diretrizes do Programa de Comunicação e Mobilização Social dentro do Código de Conduta e das políticas de Compliance do empreendimento.		
<p>Condicionante: Comprovar a implantação das obras do parcelamento do solo, conforme projeto urbanístico aprovado.</p> <p>Nota: Para a comprovação da implantação das obras, deverá ser encaminhado Termo de Recebimento de Obras assinado pela SUREG.</p>	-	180 dias a partir da obtenção da LO
<p>Condicionante: Sinalizar, nos equipamentos de uso público implantados na esplanada, a disponibilidade de vagas reservadas aos seus usuários.</p> <p>Nota: A sinalização deverá ser executada através de placas no interior dos equipamentos, informando sobre o número de vagas disponíveis (28 vagas). Para a comprovação deverá ser encaminhado À SUPLAN relatório fotográfico da implantação das placas informativas.</p>	-	90 dias a partir da obtenção da LO
<p>Condicionante: Apresentar modelagem acústica computacional com simulação de cenário de evento na esplanada, considerando o público alvo de 10.000 pessoas, de modo a prever o impacto sonoro na vizinhança e propor medidas de mitigação que corroborem para a viabilidade dessa atividade no local requerido</p> <p>Nota: Uma vez que eventos externos ainda não são permitidos na esplanada, apenas na área interna do empreendimento, o empreendedor deverá realizar simulação computadorizada de um show na esplanada de modo a atestar a capacidade do local de receber esse tipo de evento sem impactar negativamente a</p>	-	Para a liberação de shows e eventos com emissão de ruídos na esplanada

<p>vizinhança. Para tanto, a simulação deverá considerar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cenário de Simulação: A modelagem deverá simular um evento de show na esplanada, adotando como base a capacidade máxima de público prevista (10.000 pessoas) e o Nível de Pressão Sonora máximo dos equipamentos de áudio a serem instalados. • Receptores e Parâmetros: O estudo deve considerar a topografia do entorno, as barreiras existentes e os receptores sensíveis (residências, hospitais, escolas), avaliando o ruído nos períodos diurno e noturno, conforme os critérios da NBR 10.151. • Mapa de Ruído: O resultado deverá ser apresentado sob a forma de Mapa de Ruído (ou Mapa Sonoro), indicando claramente as curvas isofônicas e a comparação dos níveis sonoros projetados com os limites legais em vigor. • Proposta de Mitigação: Caso a simulação aponte a superação dos limites legais, o estudo deverá propor, detalhar e dimensionar Medidas de Mitigação específicas (ex: barreiras acústicas permanentes, orientação de palco, caixas de delay, restrição de uso de subwoofers direcionados à vizinhança), devendo o modelo ser ressimulado após a inclusão dessas medidas, comprovando-se o atendimento aos limites. • Responsabilidade Técnica: O estudo deve ser elaborado e assinado por profissional legalmente habilitado, com apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). 		
<p>Condicionante: Implementar e manter o Programa de Gestão e Controle Sonoro com medidas de mitigação de ruídos para a viabilização de eventos na esplanada</p> <p>Nota: Deverão ser implantadas todas as medidas de mitigação apresentadas na modelagem acústica de forma a garantir a realização de eventos na esplanada sem prejuízos à vizinhança.</p>	-	Durante a operação do empreendimento
<p>Condicionante: Implantar Plano de Comunicação e Incentivo ao Uso do Transporte Coletivo para eventos e jogos de futebol</p> <p>Nota: O Plano de Incentivo ao Uso do Transporte Coletivo deverá ser elaborado com o objetivo de conscientizar os usuários e torcedores sobre as opções de transporte público disponíveis, visando reduzir o fluxo de veículos individuais e as interferências nas vias urbanas no entorno do empreendimento durante a realização de eventos e jogos. Para tanto, o Plano deverá considerar as seguintes orientações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plataforma digital sobre linhas de ônibus e rotas: Manter no site do empreendimento informações simplificadas sobre rotas, linhas de ônibus e metrô, pontos de embarque/desembarque e rotas de acesso, bem como informações sobre as linhas de ônibus exclusivas da Arena Multiuso. Informar aos usuários sobre aplicativos 	-	90 dias após a emissão da LO



<p>para recarga do cartão BHBUS ou pagamento por QR Code.</p> <ul style="list-style-type: none">• Sinalização: Implementação de painéis e dispositivos físicos e/ou digitais que contenham informações sobre linhas de ônibus e metrô e rotas de acesso para embarque e desembarque. Informar aos usuários sobre aplicativos para recarga do cartão BHBUS ou pagamento por QR Code;• Disponibilização de equipes de apoio: sempre que possível, disponibilizar equipes de apoio uniformizados nas áreas de dispersão, visando orientar os usuários para os modais do transporte coletivo após o término de jogos e eventos.• Campanhas de conscientização: Elaborar materiais de forma física e digital para incentivar o uso do transporte coletivo, com foco na comodidade, previsibilidade de tempo de viagem e segurança, demonstrando os impactos positivos do uso de ônibus e metrô para o trânsito e para o meio ambiente. As campanhas devem ser realizadas em sites, redes sociais, jornais e também através de comunicações e eventos com torcidas. <p>A implantação do Plano deverá ser comprovada através do envio de relatório anual, que deverá incluir cópias e fotografias de todo material utilizado, além de uma avaliação da efetividade das campanhas, com o monitoramento da frequência de uso do transporte coletivo pelos usuários (seja por pesquisa ou indicadores de circulação).</p>		
<p>Condicionante: Apresentar Relatório de Impacto de Circulação (RIC), considerando medições em pelo menos dois eventos de grande porte no empreendimento</p> <p>Nota: O Relatório de Impacto de Circulação (RIC) deve ser elaborado e assinado por engenheiro de tráfego habilitado e deve focar na comprovação da eficácia das medidas mitigadoras já adotadas. Para tanto, deverá considerar:</p> <ul style="list-style-type: none">• Medições de campo realizadas em dias de eventos de grande porte (com lotação acima de 80% da capacidade) e em um dia de fluxo normal (linha de base), cobrindo a chegada, o pico e a dispersão do público:<ul style="list-style-type: none">○ Contagem Volumétrica: Contagem de veículos por tipo (carros, ônibus, táxis/app) nas principais vias de acesso e saída do empreendimento.○ Tempo de Viagem: Medição dos tempos de percurso em rotas críticas (eixos arteriais, vias de acesso à Via Expressa e ao sistema de transporte público), comparando o cenário de evento com o cenário de linha de base.○ Contagem de Pedestres: Monitoramento do fluxo de pedestres nas principais calçadas e acessos,	-	180 dias a partir da obtenção da LO



<p>especialmente nas ligações com as estações de transporte coletivo.</p> <ul style="list-style-type: none">○ Pesquisa de Modo de Transporte: Levantamento por amostragem do modo de transporte utilizado pelos usuários (carro particular, transporte coletivo, táxi/app, a pé). <p>O relatório deverá detalhar o impacto nas seguintes áreas e aspectos e propor, caso necessário, medidas de correção e mitigação caso os indicadores de tráfego e/ou o tempo de viagem e de espera demonstrem índices de congestionamento críticos (níveis de serviço C, D, E ou F):</p> <ul style="list-style-type: none">● Análise da formação de filas e do tempo de espera para acesso aos estacionamentos do empreendimento;● Avaliação de como as filas e o fluxo de veículos de e para o empreendimento interferem na fluidez da Via Expressa;● Identificação de pontos de conflito entre veículos e pedestres ou entre diferentes fluxos de veículos.		
<p>Condicionante: Garantir, em até 48 horas após a conclusão de eventos na esplanada, a remoção de todas as estruturas, mobiliários, gradeamentos e demais materiais utilizados, visando restabelecer a utilização pública da área.</p>	-	Durante a operação
<p>Condicionante: Disponibilizar água potável ao público em shows, jogos e eventos, especialmente aqueles expostos ao calor em períodos de altas temperaturas.</p> <p>Nota: Deverá ser assegurado o fornecimento gratuito e/ou o acesso de pessoa portando água potável em shows, jogos e eventos realizados no empreendimento considerando as disposições da Lei Municipal nº 9063/2005 e as seguintes orientações:</p> <ul style="list-style-type: none">● Acesso com Recipientes Próprios<ul style="list-style-type: none">○ Permitir o acesso de pessoas portando garrafas ou recipientes contendo água potável;○ Para garantir a segurança e a integridade física dos participantes, fixar e comunicar claramente os tipos de materiais permitidos para esses recipientes.● Oferta Gratuita em 'ilhas de hidratação'<ul style="list-style-type: none">○ O acesso com recipientes contendo água poderá ser vedado caso sejam disponibilizados pontos de fornecimento de água potável de forma gratuita (<i>ilhas de hidratação</i>);○ Sinalizar de forma clara, legível e em locais visíveis as ilhas/pontos de hidratação gratuitas.○ A distribuição deve ocorrer por meio de bebedouros e/ou entrega de embalagens lacradas com água adequada para consumo.○ A quantidade de bebedouros/pontos de distribuição deve ser compatível com a	-	Durante a operação

<p>capacidade e a lotação do evento, garantindo um fluxo contínuo e rápido de atendimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Recomenda-se que as ilhas de hidratação e bebedouros sejam implantados mesmo com a permissão do acesso de garrafas e recipientes contendo água. ● Localização e Facilidade de Acesso <ul style="list-style-type: none"> ○ A água potável gratuita e os pontos de venda de bebidas e alimentos devem ser dispostos em regiões estratégicas, amplas e de fácil visualização e acesso a todos os presentes, priorizando a proximidade a áreas de maior concentração de público e exposição ao calor. <p>Em eventos expostos ao calor ou em períodos de altas temperaturas, a distribuição de água potável e a manutenção dos pontos de hidratação devem ser reforçadas e priorizadas para evitar a desidratação e garantir a saúde do público.</p>		
<p>Medida compensatória: Disponibilizar pontos de hidratação com água potável na esplanada durante todo o seu período de funcionamento.</p> <p>Nota: Tendo em vista que a esplanada ainda não fornece condições de conforto térmico para seus usuários, deverá ser fornecido, durante todo o período em que esteja aberta ao público, o fornecimento de água potável gratuitamente por meio de bebedouros com fácil acesso.</p>	38	Durante a operação
<p>Condicionante: Implantar as correções de segurança no viaduto da rua João Batista Vieira ("Elevado da Massa")</p> <p>Nota: As adequações deverão contemplar a substituição do guarda-corpo existente por material compatível e de altura equivalente aos gradis já implantados em outras estruturas similares e a completa vedação do vão existente entre o viaduto antigo e o novo viaduto.</p> <p>Até que as obras sejam impelmentadas no prazo previsto pela LO, deverão ser providenciadas, de maneira imediata, medidas de segurança provisórias no local em todos os eventos realizados, como o tamponamento dos vãos, o desvio dos torcedores para a calçada que já possui proteção, dentre outras medidas pertinentes.</p>	-	90 dias após a concessão da LO

5. CONCLUSÃO

Com base no exposto neste parecer, esta DALU/ SUPLAN **se manifesta contrária à exclusão dos itens afetos às condicionantes 33, 35, 39, 40, 41 e 42 da Licença de Instalação**. Entretanto, tendo em vista que o empreendimento já se encontra em operação

através de autorização provisória de funcionamento, esta DALU/SUPLAN está de acordo com a definição de novos prazos para atendimento das referidas condicionantes e propõe que algumas delas sejam agrupadas, haja vista a identificação de itens pendentes em duas ou mais condicionantes da LI e que são complementares. Essa situação, entretanto, deverá ser validada pelo COMAM.

Salienta-se, entretanto, que as questões afetas à segurança no viaduto da rua João Batista Vieira (Elevado da Massa), devem ser realizadas **de maneira imediata**, com vistas a evitar acidentes graves de queda de pedestres. Em função da operação do empreendimento e expectativa de inclusão de shows e eventos na esplanada, foram propostas novas condicionantes de operação que visam mitigar os impactos dessas atividades. Além disso, foram propostas condicionantes que tem por objetivo monitorar a operação do empreendimento para que, quando da renovação da LO, existam dados consistentes sobre os impactos de seu funcionamento.

Assim, recomenda-se ao COMAM o **acatamento integral das condicionantes estabelecidas neste parecer**, bem como o **não atendimento ao pedido do empreendedor de aplicação da Lei Municipal nº 11.785/2025**. Tal recomendação fundamenta-se não apenas nas incertezas acerca dos valores efetivamente destinados ao cumprimento das condicionantes e ao valor total investido na execução do empreendimento, mas também na observância dos princípios da pertinência, razoabilidade, proporcionalidade e precaução, uma vez que as condicionantes apresentadas revelam-se indispensáveis para a adequada mitigação dos impactos decorrentes da operação do empreendimento, assegurando a proteção do meio ambiente e o interesse público.

Em função da necessidade de avaliação de novos impactos decorrentes da operação do empreendimento, **sugere-se à CLI que a validade da licença seja de 5 anos.**

Integram este parecer o **Anexo I** - Ofício encaminhado pelo empreendedor à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 28 de setembro de 2018 e o **Anexo II** - Decreto Estadual nº 604 de 23/11/2018, que considerou o empreendimento como de interesse social.



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal de Política Urbana
Subsecretaria de Planejamento Urbano
Diretoria de Análise de Licenciamentos Urbanísticos Especiais

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2025

Brenda de Castro Cabral Gonçalves
Arquiteta e Urbanista | BM: 3197865

Diretoria de Análise de Licenciamentos Urbanísticos Especiais - DALU
Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN
Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU

Portal da Assinatura - PBH

61 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em quinta-feira, 16 de outubro de 2025 às 17:03

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

PARECER TÉCNICO DALU_SUPLAN Nº 52_2025-ARENA MRV-REQUERIMENT



ANEXO I

Belo Horizonte/MG, 28 de setembro de 2018.

À Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Att: Sr. Daniel Rennó Tenenwurcel

Assunto: “Arena Multiuso”

Prezado senhor,

A MRV Prime LII Incorporações SPE Ltda., inscrita no CNPJ 25.090.380/0001-23, empresa responsável pelo empreendimento denominado “**Arena Multiuso**”, por meio de seus representantes legais, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, à luz dos dispositivos e princípios constitucionais aplicáveis ao caso concreto, com esteio nas Convenções Internacionais de Direito Ambiental, na jurisprudência do Egrégio Supremo Tribunal Federal e na doutrina, bem como com sustento da legislação infraconstitucional, em especial nas Leis Federais 12.651/2012 e Lei 11.428/2006 e nas Leis do Município de Belo Horizonte/MG 7.165/1996 e 7.166/1996, **requerer**, nos termos do art. 90, inc. VII¹, da Constituição do Estado de Minas Gerais, **a expedição de Decreto Estadual considerando o empreendimento denominado “ARENA MULTIUSO” como sendo de INTERESSE SOCIAL**, autorizando-se a intervenção em ou supressão de i) vegetação secundária em estágio médio de regeneração em Bioma Mata Atlântica ii) vegetação nativa (mata atlântica em estágio médio de regeneração) em Área de Preservação Permanente, consoante as razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

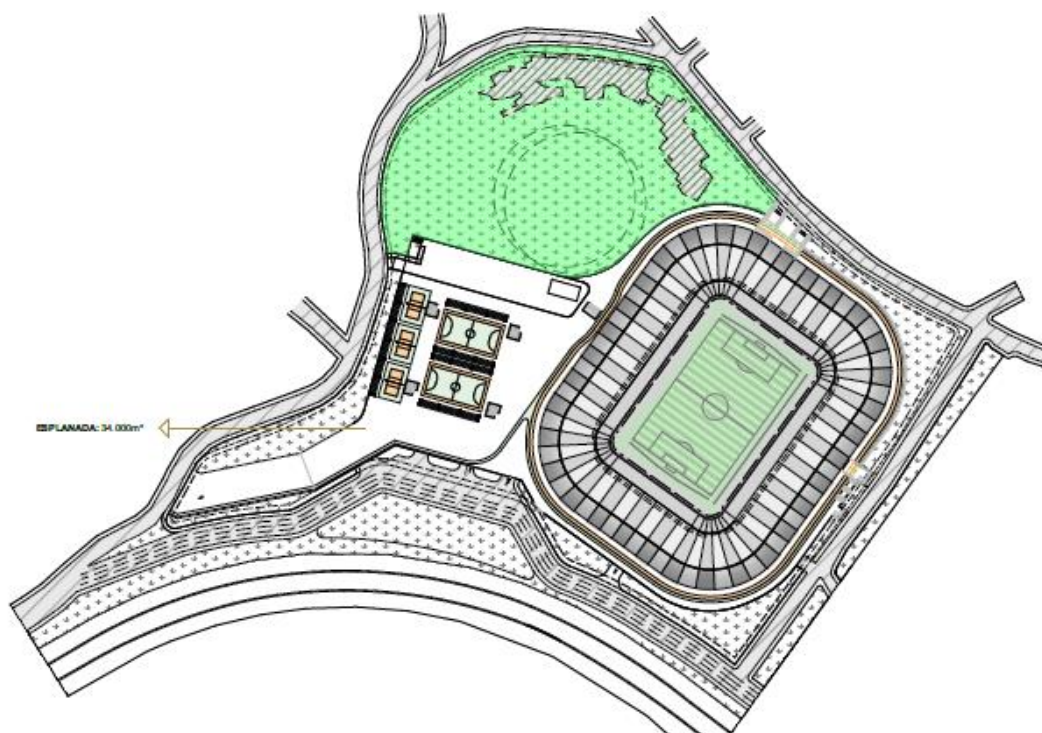
Trata-se, conforme amplo material técnico, fundado em estudos ambientais, de engenharia, arquitetura e urbanismo, bem como lastreado por pesquisa de percepção socioambiental, de **arena multiuso** (35% da área de Ocupação), com capacidade para 45.671 (quarenta e cinco mil seiscientos e setenta e um espectadores), destinada a sediar

¹Art. 90 – Compete privativamente ao Governador do Estado:

[...]VII – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e, para sua fiel execução, expedir decretos e regulamentos;

eventos de grande porte, grandes e pequenos shows, convenções e ainda jogos de futebol, com infraestrutura de uso público, composta de **auditório** (atividades culturais e pedagógicas), ***lounge*** (eventos, confraternizações, convenções e oficinas), **central de segurança e justiça** (polícia militar, polícia civil, corpo de bombeiros, juizado especial criminal), além de **organização da sociedade civil** ("Instituto Galo", com o desenvolvimento e execução de projetos sociais, educação ambiental e esportes). Abaixo seguem desenhos ilustrativos de algumas áreas da Arena:

VISÃO GERAL DA ARENA MULTIUSO



INFRAESTRUTURA DE USO PÚBLICO

AUDITÓRIO

POSSIBILIDADES DE USO



ATIVIDADES CULTURAIS E PEDAGÓGICAS

Fonte: Farkasvölgyi Arquitetura, 2018

INFRAESTRUTURA DE USO PÚBLICO

LOUNGE

POSSIBILIDADES DE USO

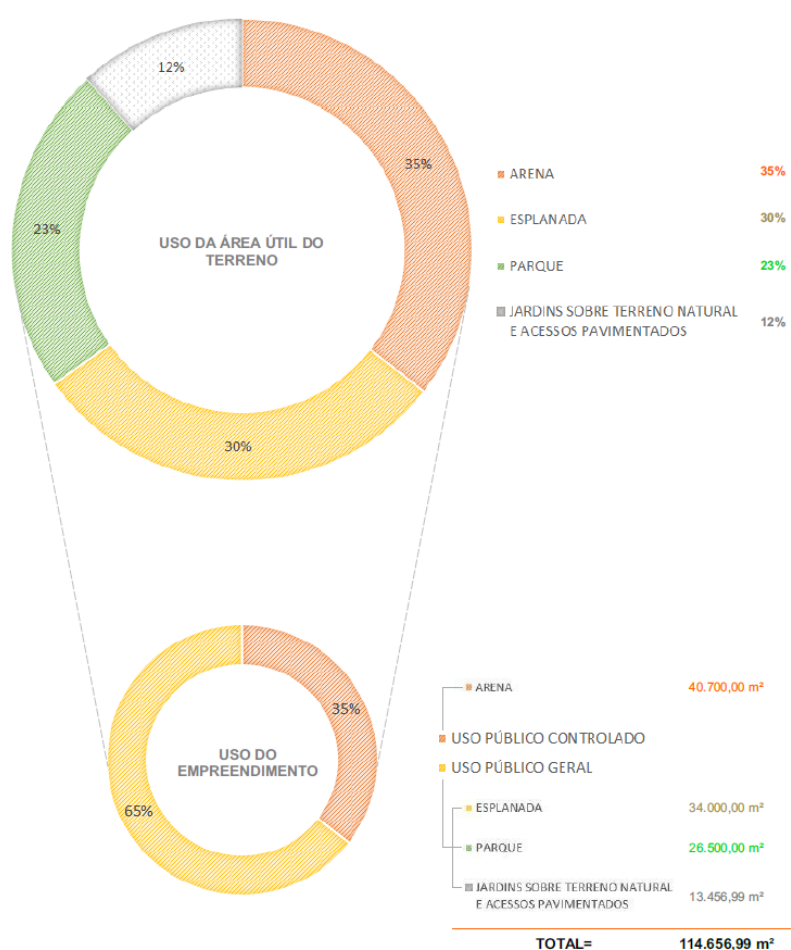


OFICINAS E ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

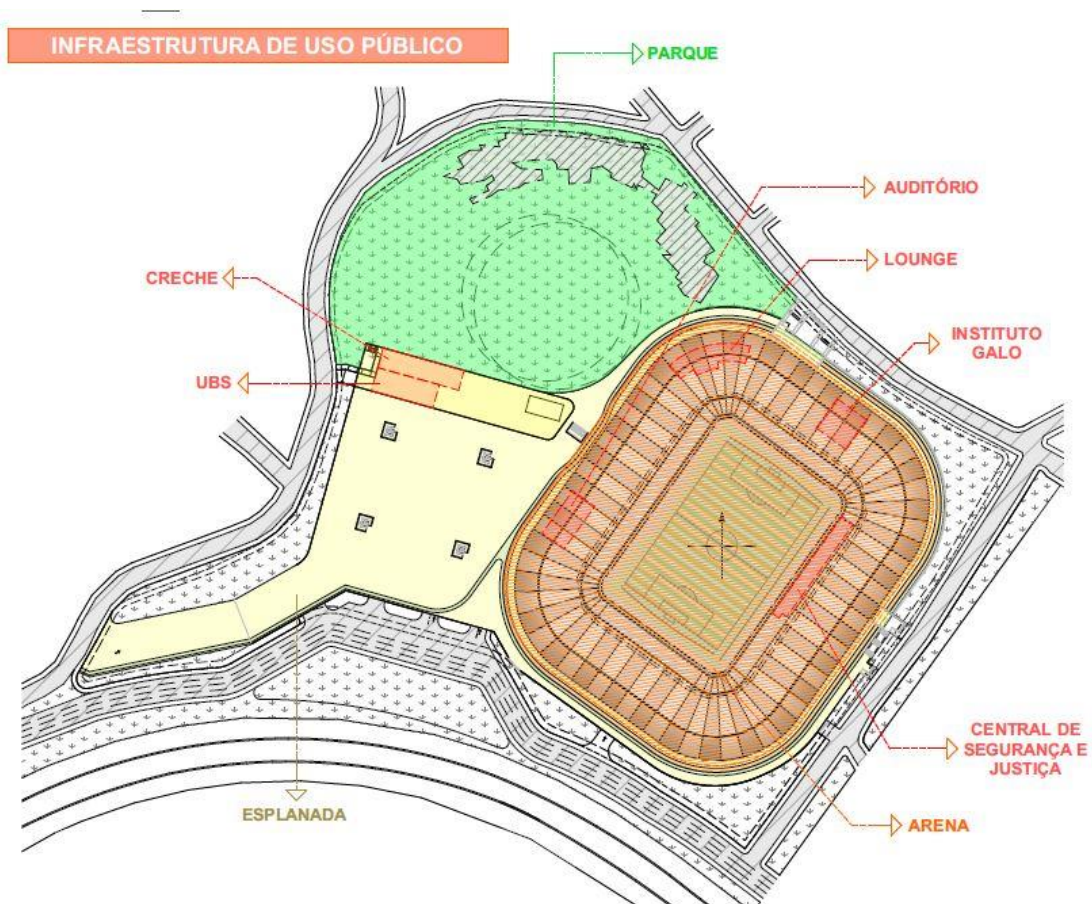
Fonte: Farkasvölgyi Arquitetura, 2018

Conta com **esplanada** (30% da área de Ocupação), com aproximadamente 34.000m²(trinta e quatro mil metros quadrados) e capacidade de público para 40.000 (quarenta mil) pessoas, para abrigar **praças de esportes, feiras** (flores, artesanato, gastronomia), **festivals de música e de teatro, exposições** (artes, livros, automóveis), **ações globais** (cidadania, vacinação, ações sociais), possuindo área para instalação e funcionamento de **Unidade Básica de Saúde (UBS)** e de **creche** para atendimento a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade.

Outrossim, prevê a criação de **parque ecológico** (23% da área de Ocupação), bem como de **jardins** (12% da área de Ocupação), destinados não apenas à preservação do meio ambiente e à contemplação da natureza, mas também à **educação ambiental**, um dos objetivos sociais do supra citado "Instituto Galo".



Fonte: Farkasvölgyi Arquitetura, 2018



Fonte: Farkasvölgyi Arquitetura, 2018

ÁREA ÚTIL DO TERRENO

ÁREA DO PARQUE =	26.500,00 m ²	23%
ÁREA DA ESPLANADA =	34.000,00 m ²	30%
OCUPAÇÃO DA ARENA =	40.700,00 m ²	35%
JARDINS SOBRE TERRENO NATURAL E ACESSOS PAVIMENTADOS =	13.456,99 m ²	12%
TOTAL=	114.656,99 m²	100%

Fonte: Farkasvölgyi Arquitetura, 2018

Dentre as possibilidades de utilização da Espanada, destacam-se:

PRAÇA DE ESPORTES

A esplanada contará com estrutura para a prática de vários esportes como vôlei, ginástica, skate, patins, futebol americano, handball e até mesmo tênis. Com as arquibancadas desmontáveis é possível criar uma área especialmente voltada para o lazer, oferecendo um ambiente propício à interação e integração da comunidade por meio do esporte. Além disso, a esplanada contará com uma pista de atletismo e ciclovia, buscando abranger as mais diversas formas de exercício ao ar livre em toda a sua extensão, disponibilizando assim uma estrutura completa que convida a população a fazer parte do espaço e apropriar-se do mesmo de forma ativa.

INFRAESTRUTURA DE USO PÚBLICO

ESPLANADA
POSSIBILIDADES DE USO



PRAÇA DE ESPORTES

Fonte: Farkasvölgyi Arquitetura, 2018

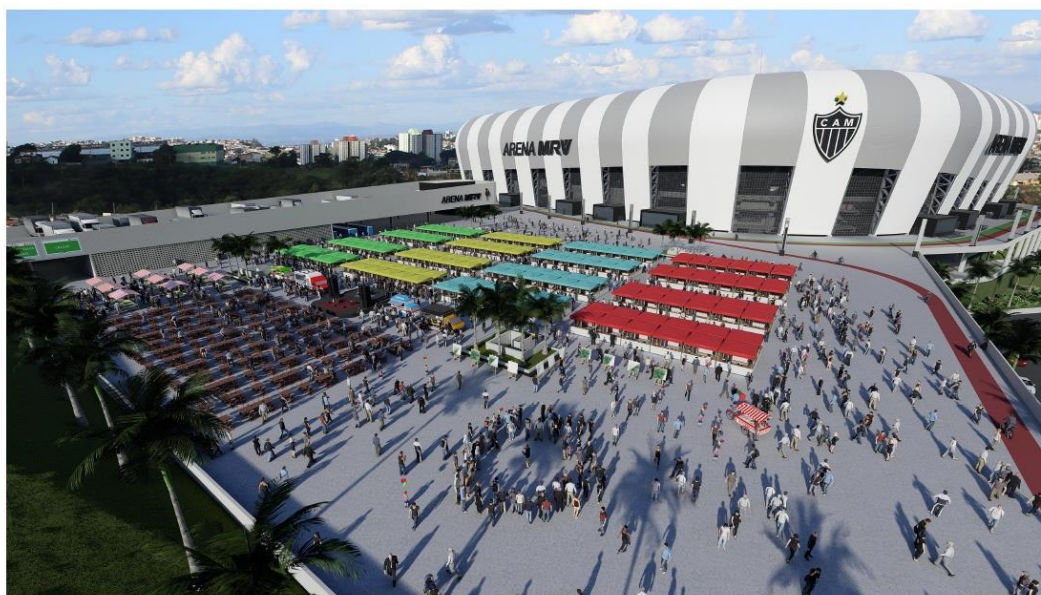
FEIRAS

A esplanada como espaço público busca receber atividades artísticas e culturais, sendo uma ótima opção para a realização de eventos gerais como feiras, exposições e festivais. É possível realizar feiras abertas ao público em geral, como de flores, artesanato, gastronomia, artes plásticas, expressões artísticas, livros, automóveis, imóveis, tecnologia, jogos, entre outros. Além disso é possível realizar no espaço

atividades culturais como a "virada cultural" promovida pela Secretaria de Cultura de Belo Horizonte (BH) ou o FIT - Festival Internacional de Teatro, ambos festivais relacionados a culturas diversas, representadas por regiões e outros países através da dança, folclore, teatro, saraus e apresentações artísticas diversas.

INFRAESTRUTURA DE USO PÚBLICO

ESPLANADA
POSSIBILIDADES DE USO



FEIRAS

Fonte: Farkasvölgyi Arquitetura, 2018

AÇÃO GLOBAL

Com seus 34.000 m² de área, a esplanada possibilita a realização de eventos de grande abrangência que buscam promover a convivência e a cidadania, como a Ação Global. Nesse tipo de evento a esplanada serve de palco para ações sociais, atendimento médico e estético, cadastramento, recreação para crianças e adolescentes, dentre outros. Este tipo de atividade consolida a esplanada como um espaço da população, propício para a integração do público em geral com as mais diversas atividades, exaltando uma apropriação ativa e coletiva da estrutura oferecida.

ESPLANADA

POSSIBILIDADES DE USO



AÇÃO GLOBAL

Fonte: Farkasvölgyi Arquitetura, 2018

Ademais, como decorrência de sua implementação, certo é que o empreendimento implicará **desenvolvimento socioeconômico da região**, com a **criação de estimados 5.768** (cinco mil setecentos e sessenta e oito) **empregos** entre diretos e indiretos, tanto na fase de obras quanto na operação do empreendimento. Além disso, o empreendimento propiciará **ageração e distribuição de riquezas, melhoria da infraestrutura urbana**, em especial a de **segurança e de transportes**, além de inúmeros outros benefícios para a população (como a **disponibilização de serviços de saúde, educação, cultura, esportes, lazer**, etc.), percepção essa não apenas lógica, mas apreendida pela **pesquisa socioambiental** realizada junto à população potencialmente afetada, na qual se constataram, dentre outros dados, que:

- i) 70% dos entrevistados estão insatisfeitos ou pouco satisfeitos com a cultura;
- ii) 64% estão insatisfeitos ou pouco satisfeitos com o esporte e lazer;
- iii) 38% estão insatisfeitos ou pouco satisfeitos com a infraestrutura;
- iv) 82% estão insatisfeitos ou pouco satisfeitos com a segurança pública e proteção;
- v) 74% estão insatisfeitos ou pouco satisfeitos com a educação;

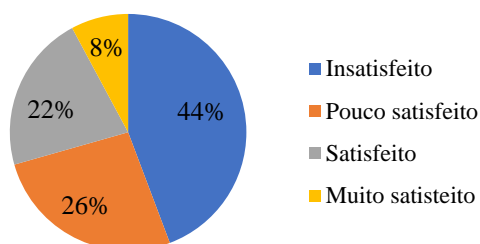
vi) 82% estão insatisfeitos ou pouco satisfeitos com a saúde;

vii) **86% consideram o empreendimento útil para Belo Horizonte/MG e região** (excluídos os torcedores do Atlético Mineiro, clube, a princípio, que terá a primazia para realizar seus jogos de futebol na arena, o índice continua alto, em 81%);

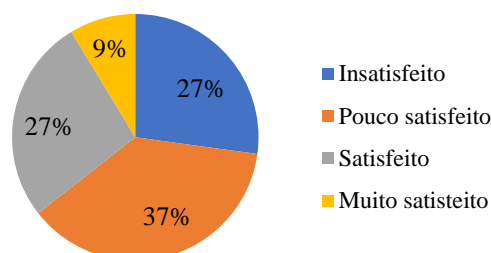
viii) **86% consideram que o empreendimento irá enriquecer o bairro, impactando positivamente no transporte urbano (59%), na circulação de pedestres (59%) e de veículos (55%), na cultura (77%), no esporte e no lazer (73%), na infraestrutura (71%), na segurança pública e na proteção (55%).**

A realização da pesquisa teve como intuito compreender as dinâmicas socioeconômicas incidentes no entorno de implantação do empreendimento. Além disso, a consulta junto aos moradores visa o melhor entendimento das expectativas e dúvidas dos mesmos, bem como o levantamento das opiniões referentes aos possíveis benefícios ou malefícios esperados em relação a instalação e operação do empreendimento. Os dados supramencionados podem ser evidenciados pelos gráficos a seguir:

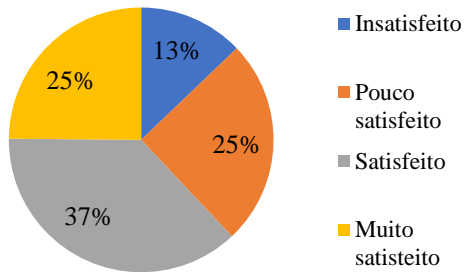
Cultura



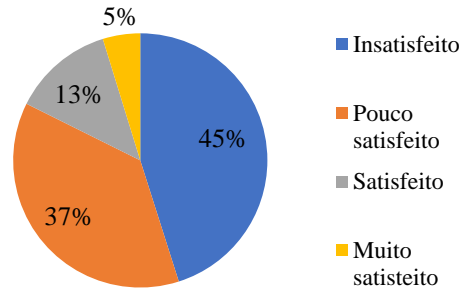
Esporte e Lazer



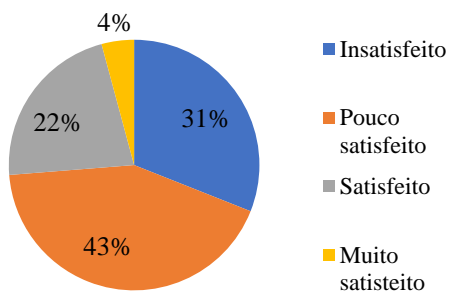
Infraestrutura



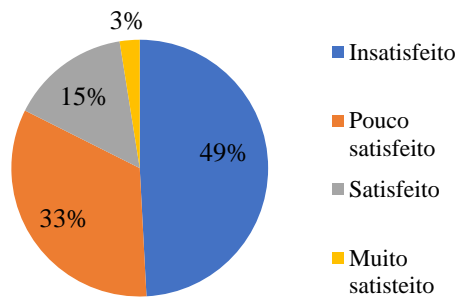
Segurança Pública e Proteção



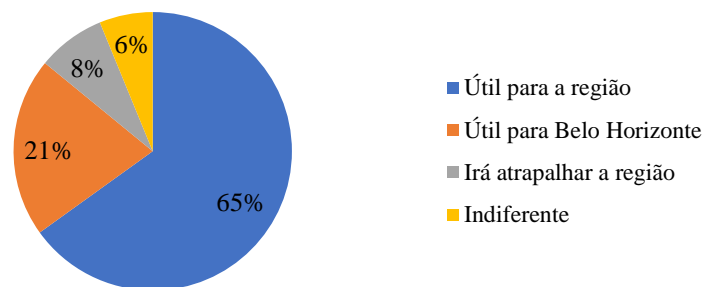
Educação



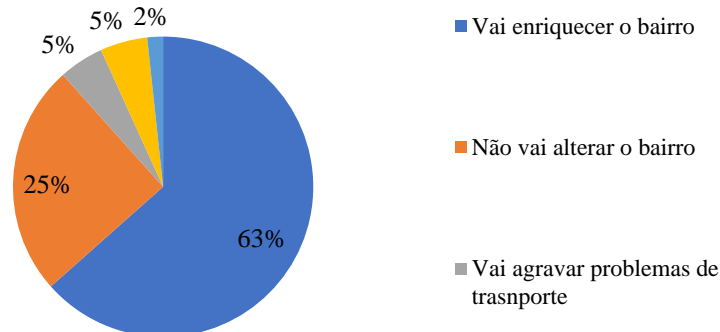
Saúde



Impacto do empreendimento



Tipos de Impacto (desconsiderando torcedores do Atlético)



Fonte: UMA Gestão de Projetos, 2018

Diante desse quadro, para que se possa responder à indagação objeto da presente consulta, realiza-se uma **interpretação hermenêutico-concretizadora** - desenvolvida por Konrad Hesse -, partindo-se da análise das normas constitucionais e legais de direito ambiental, conformando-as, ao final, ao concreto.

Pois bem. Conforme previsto no art. 1º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a **República Federativa do Brasil**, constituída em **Estado Democrático de Direito**, tem como **fundamentos** dentre outros, a **cidadania** (inc. II), **adignidade da pessoa humana** (inc. III) e **os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa** (inc. IV)².

Outrossim, segundo disposto no art. 3º da Carta Magna, constituem **objetivos fundamentais** de nosso país a **construção de uma sociedade livre, justa e solidária** (inc. I), a **garantia do desenvolvimento nacional** (inc. II), a **erradicação da pobreza e da marginalização**, bem como a **redução das desigualdades regionais** (inc. III), além da **promoção do bem de todos**, indistintamente (inc. IV)³.

²Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; [...]

³Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

De se destacar que **os fundamentos e objetivos** supra listados, presentes no Título I - Dos Princípios Fundamentais da Constituição Federal, **são verdadeiros vetores**, norteados a construção, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de nossa sociedade.

Não menos relevante, no Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, do Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, encontra-se assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros aqui residentes a **inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade**, direito último esse a ser exercido conforme a sua **função social**(art. 5º, *caput*, e incs. XXII e XXIII)⁴.

Curial registrar-se a **aplicação imediata** de tais normas (art. 5º, §1º)⁵, além da **existência de outros direitos e garantias fundamentais** também expressos na própria Constituição ou **decorrentes de seu regime e princípios** ou, ainda, **de Tratados Internacionais** dos quais o Brasil seja signatário (art. 5º, §2º)⁶, dentro os quais desponta o **direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**, conforme adiante será exposto.

Ainda nesta etapa inicial, de fixação das balizas constitucionais, importante frisar-se os **direitos sociais**, previstos no Capítulo II do mesmo Título II em tela, dentre

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

⁴Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...] XXII - é garantido o direito de propriedade;

[...] XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

⁵Art. 5º [...] § 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

⁶Art. 5º [...] § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

os quais destacam-se o direito à **educação**, à **saúde**, à **alimentação**, ao **trabalho**, ao **transporte**, ao **lazer** e à **segurança** (art. 6º)⁷.

Por seu turno, no Capítulo I - Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, do Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira, encontra-se o art. 170, por meio do qual o constituinte mais uma vez realçou a **valorização do trabalho humano e da livre iniciativa** - já elencados dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil, no inc. IV do art. 1º -, desta feita colocando-os como **fundamentos da ordem econômica**, a qual objetiva garantir **existência digna a todos**, em linha com a **justiça social** e com os **princípios da propriedade privada** (inc. II), **da função social da propriedade** (inc. III), **da defesa do meio ambiente** (inc. VI), **da redução das desigualdades regionais e sociais** (inc. VII) e **da busca do pleno emprego** (VIII)⁸, dentre outros.

Nesse ponto o ilustre Procurador Federal, especialista, mestre, doutorando e professor de Direito Ambiental Frederico Amado discorre sobre o que denomina de "**Ordem Econômica Ambiental**", inserida no "**Estado de Direito Ambiental**", correlacionando e equilibrando a exploração da atividade econômica com a preservação do meio ambiente:

O **Estado de Direito Ambiental brasileiro** é capitalista, ou seja, tem como fundamento da sua Ordem Econômica, ao lado da valorização do trabalho humano, a livre iniciativa a qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

⁷Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

⁸Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...] II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

[...] VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego; [...]

Dessa forma, em regra, o Estado apenas atuará como agente normativo e regulador da atividade econômica (funções de fiscalização, incentivo e planejamento), que é livre à iniciativa privada, especialmente através da atuação das Agências Reguladoras.

Contudo, excepcionalmente, nas hipóteses de relevante interesse coletivo ou para satisfazer os imperativos da segurança nacional, o Estado explorará diretamente atividade econômica, quer em regime de concorrência, quer por meio de monopólio, nos casos previstos na Constituição de 1988, especialmente pelas empresas estatais.

A exploração de atividades aptas a causar degradação ambiental é uma das hipóteses excepcionais que exigirão prévia autorização do Poder Público para se realizar, justamente porque é seu dever constitucional controlar a poluição, especialmente por meio do anterior licenciamento ambiental, consoante previsto no artigo 10 da Lei 6.938/1981.

Logo, apenas poderá ser exercido o trabalho que possa trazer degradação ambiental após o regular licenciamento ambiental, podendo ser vedado na hipótese de atividades lesivas ao ambiente não permitidas pelo Poder Público.

Com propriedade, um dos princípios da Ordem Econômica é a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, **razão pela qual não é exagerado nomeá-la de "Ordem Econômica Ambiental"**.

(AMADO, Frederico. Legislação Ambiental Comentada. 2ª edição, revista, atualizada e ampliada. Salvador/BA - editora Juspodvium. 2018. páginas 81 e 82; grifos nossos)

Prossegue o mesmo autor, aprofundando a questão do desenvolvimento econômico sustentável, sob a ótica de um **"Direito Ambiental Econômico"**:

Atualmente, é inegável a natureza econômica de muitas normas ambientais, que necessariamente refletem uma intervenção estatal na economia, chegando-se a afirmar a existência de um **Direito Ambiental Econômico**.

O **Direito Econômico** é a disciplina que regula a política econômica das nações, especialmente o modo de intervenção estatal na economia, ao passo que o **Direito Ambiental** rege as atividades humanas aptas a gerar a degradação ambiental, com o objetivo de controlar a poluição para mantê-la

dentro dos padrões de tolerância da legislação, a fim de realizar a sustentabilidade, **ambos os ramos buscando o bem-estar das pessoas.**

Sucedem que a produção econômica gera necessariamente a degradação do meio ambiente, pois os recursos da natureza são necessariamente captados e utilizados na atividade produtiva, assim como os resíduos sólidos e líquidos são descartados posteriormente no meio ambiente.

Assim, **as normas do Direito Econômico e do Direito Ambiental devem estar afinadas, pois a política econômica de uma nação deverá primar pelo desenvolvimento da economia, realizando a justiça socioambiental**, mas adotando cada vez mais tecnologias que reduzam a poluição, pois, em tese, **é possível desenvolver a economia e reduzir os impactos ambientais, alcançando-se o tão sonhado desenvolvimento econômico sustentável."**

(op. cit., páginas 87 e 88; grifos nossos)

Ainda dentro do Título VII supra tem-se o Capítulo II - Da Política Urbana, dispondo o art. 182 que a **Política de Desenvolvimento Urbano**, de competência municipal, deve objetivar o ordenamento do **pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade**, garantindo-se o **bem-estar de seus habitantes**, destacando, nesse contexto, que se terá por atendida a **função social da propriedade urbana** quando esta atender às exigências previstas no **plano diretor**, instrumento básico da aludida política (art. 182, §§ 1º e 2º)⁹.

Presente aqui, na lição do professor Frederico Amado, o **meio ambiente artificial**, regulamentado pelo denominado Estatuto da Cidade, a Lei n. 10.257/2001:

Além do meio ambiente natural e cultural, existe o artificial, integrado pelos bens fruto da intervenção humana, que não formam o patrimônio cultural. É matéria comum entre o Direito Ambiental e o Urbanístico, sendo **a cidade o exemplo de patrimônio ambiental artificial**

⁹Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

dos mais relevantes, com as normas gerais da Política de Desenvolvimento Urbano fixadas no **artigo 182, da Constituição de 1988**, regulamentada pelo **Estatuto da Cidade** (Lei 10.257/2001), **visando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar da população.**

O Estatuto da Cidade, cujo instrumento básico é o plano diretor aprovado por lei municipal, obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes (artigo 182, §1º, da CRFB), **garante uma cidade sustentável** onde deverá ser observado o saneamento ambiental, devendo-se evitar a poluição ambiental, **protegendo-se o meio ambiente natural, cultural e artificial.**

[...] Em regulamentação ao artigo 182 da Constituição, foi aprovado o **Estatuto da Cidade** pela Lei 10.257/2001, que **estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.**

Entre outras diretrizes gerais, a política urbana busca implementar a **sustentabilidade das cidades**, entendida como o **direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer**, para as presentes e futuras gerações. (AMADO, Frederico. *Legislação Ambiental Comentada*. 2ª edição, revista, atualizada e ampliada. Salvador/BA - editora Juspodvium. 2018. páginas 96 e 97; grifos nossos)

No mesmo norte, a lição de Samuel Sales Fonteles, Promotor de Justiça (MP/GO), especialista, mestrando e professor, em obra organizada pelo Procurador da República, mestre, doutor, pesquisador e professor Edilson Vitorelli:

O Direito Ambiental sofreu o influxo constitucional com a positivação da tutela do meio ambiente, no art. 225 (constitucionalização-inclusão), iniciativa esta que transformou a Constituição de 1988, em matéria ambiental, numa das mais avançadas do mundo. Nela estão sediados princípios como o do poluidor pagador, da vedação do retrocesso ambiental, dentre tantos outros. Não por outra razão, autores com Tiago Fensterseifer e Ingo Wolfgang Sarlet aludem a um *esverdear do Direito Constitucional* ou a uma *Teoria Constitucional Ecológica*.

Seguindo os passos da constitucionalização do meio ambiente natural, a Constituição de 1988 não descurou do meio ambiente artificial, asseverando que a política de desenvolvimento urbano terá como objetivo

o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes(art. 182). Ora, trata-se do **direito fundamental à cidade**, advindo da ordem constitucional urbanística. Como lembra José Afonso da Silva, "*o traçado da cidade concorre para o equilíbrio psicológico de seus habitantes, visitantes e traseuntes*".(FONTELES, Samuel Sales. Tutela Coletiva e Direitos Fundamentais: uma hermenêutica de equilíbrio. in Manual de direitos difusos / organizador Edilson Vitorelli - Salvador: Editora JusPodivm, 2018, páginas 50/51; g.n.)

Já no Título VIII - Da Ordem Social, observa-se no Capítulo I que **esta tem por base o primado do trabalho**, objetivando o **bem-estar e a justiça sociais** (art. 193)¹⁰. Por seu turno, no Capítulo II - Da Seguridade Social encontra-se previsto na Seção II - Da Saúde, que tal é direito de todos e dever do Estado, efetivando-se por meio de políticas sociais e econômicas, com **acesso universal e igualitário às ações e serviços - considerados de relevância pública - para sua promoção, proteção e recuperação**, podendo ser executados, inclusive, por pessoa jurídica de direito privado (arts. 196 e 197)¹¹.

Nesse ponto, invoca-se o quanto disposto no art. 200, inc. VIII¹², da Carta Maior, que dispõe sobre competir ao Sistema Único de Saúde (SUS) a colaboração na proteção do meio ambiente, nele incluído o do trabalho, que é **a quarta vertente do meio ambiente, laboral**, conforme ressalta o professor Frederico Amado:

O meio ambiente do trabalho goza de previsão constitucional expressa. De acordo com o **artigo 200, VIII, da Constituição de 1988**, ao Sistema Único de Saúde compete colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

¹⁰ Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

¹¹ Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

¹² Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: [...]
VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Nesse sentido **o próprio STF já reconheceu a existência de um meio ambiente do trabalho**, conforme análise de passagem do julgamento da **ADI/MC 3.540**, de 01.09.2005.

Assim, de acordo com o entendimento prevalente, **o meio ambiente pode ser dividido em natural, cultural, artificial e laboral**. É interessante notar que o meio ambiente do trabalho é objeto de estudo simultâneo do Direito Ambiental e do Direito do Trabalho, muito embora com visões diversas e amplitude não equivalente.

O meio ambiente do trabalho é composto por todos os bens materiais e intangíveis que permitem que as pessoas desenvolvam uma atividade laborativa remunerada digna e segura, a exemplo das instalações prediais, das tecnologias de segurança, dos equipamentos de proteção individual e coletiva.

É direito social do trabalhador urbano ou rural a adoção de medidas de redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, nos moldes do artigo 7º, XXII, da Constituição Federal, disposição que objetiva especialmente evitar a ocorrência dos acidentes de trabalho.

De efeito, **um dos pilares da Ordem Econômica brasileira é a valorização do trabalho humano, tendo como um dos princípios informadores a defesa do meio ambiente, na forma do artigo 170, VI, da Lei Maior**.

Logo, **no desenvolvimento do trabalho, é curial que sejam adotadas as medidas de prevenção e precaução dos danos ambientais ao trabalhador**, devendo existir uma atuação convergente da sociedade (Poder Público, empresas e trabalhadores) na observância das normas de proteção e saúde do obreiro.

(AMADO, Frederico. Legislação Ambiental Comentada. 2ª edição, revista, atualizada e ampliada. Salvador/BA - editora Juspodvium. 2018., página105; grifos nossos)

No mesmo sentido a doutrina do advogado, Presidente da Comissão Permanente do Meio Ambiente da OAB/SP, mestre, doutor e professor livre-docente de Direito Ambiental Celso Antônio Pacheco Fiorillo:

O meio ambiente natural ou físico é constituído pela atmosfera, pelos elementos da biosfera, pelas águas (inclusive pelo mar territorial), pelo solo (inclusive recursos minerais), pela fauna e pela flora. Concentra o

fenômeno da homeostase, consistente no equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e meio em que vivem.

O meio ambiente natural é mediatamente tutelado pelo *caput* do art. 225 da Constituição Federal e imediatamente, v. g., pelo §1º, I, III e VII, desse mesmo artigo: (*omissis*)

[...] O **meio ambiente artificial** é compreendido pelo espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações (chamado espaço urbano fechado), e pelos equipamentos públicos (espaço urbano aberto).

Este aspecto do meio ambiente está diretamente relacionado ao *conceito de cidade*. Vale verificar que o vocábulo "urbano", do latim *urbs*, *urbis*, significa cidade e, por extensão, seus habitantes. Não está empregado em contraste com o termo *campo* ou *rural*, porquanto significa algo que se refere a *todos os espaços habitáveis*, "não se opondo a rural, conceito que nele se contém; possui, pois, uma natureza ligada a conceito de território".

O meio ambiente artificial recebe tratamento constitucional não apenas no art. 225, mas também nos arts. 182, ao iniciar o capítulo referente à política urbana; 21, XX, que prevê a competência material da União Federal de instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; 5º, XXIII, entre alguns outros.

[...] O conceito de **meio ambiente cultural** vem previsto no art. 216 da Constituição Federal, que o delimita da seguinte forma: (*omissis*)

Ressalta o Prof. José Afonso da Silva que o meio ambiente cultural "é integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que embora artificial, em regra, como obra do homem, difere do anterior (que também é cultural) pelo sentido de valor especial".

O bem que compõe o chamado patrimônio cultural traduz a história de um povo, a sua formação, cultura e, portanto, os próprios elementos identificadores de sua cidadania, que constitui princípio fundamental norteador da República Federativa do Brasil.

[...] Constitui **meio ambiente do trabalho** o local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais relacionadas à sua saúde, sejam remuneradas ou não, cujo equilíbrio está baseado na salubridade do meio e na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independente da condição que ostentem (homens ou mulheres, maiores ou menores de idade, celetistas, servidores públicos, autônomos etc.).

Caracteriza-se pelo complexo de bens imóveis e móveis de uma empresa ou sociedade, objeto de direitos subjetivos privados e invioláveis da saúde e da integridade física dos trabalhadores que a frequentam.

O meio ambiente do trabalho recebe tutela imediata pela Carta Constitucional no seu art. 200, VIII, ao prever que: (*omissis*)

[...] Assim, a tutela imediata do meio ambiente do trabalho foi fixada pelos dispositivos constitucionais vinculados ao direito à saúde ambiental (arts. 196 a 200 da CF), sendo certo que a tutela *mediata* do meio ambiente do trabalho concentra-se no *caput* do art. 225 da Constituição Federal.

(Fiorillo, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro / Celso Antonio Pacheco Fiorillo. - 18. ed. - São Paulo : Saraiva, 2018, p. 63/68, g.n.)

De fato, **as quatro vertentes do meio ambiente - natural, cultural, artificial e laboral** - restaram consignadas pelo **Plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal** (STF), no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3540:

[...] A ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO PODE SER EXERCIDA EM DESARMONIA COM OS PRINCÍPIOS DESTINADOS A TORNAR EFETIVA A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. - A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente **que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a "defesa do meio ambiente"** (CF, art. 170, VI), **que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral.** Doutrina. Os instrumentos jurídicos de caráter legal e de natureza constitucional objetivam viabilizar a tutela efetiva do meio ambiente, para que não se alterem as propriedades e os atributos que lhe são inerentes, o que provocaria inaceitável comprometimento da saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população, além de causar graves danos ecológicos ao patrimônio ambiental, considerado este em seu aspecto físico ou natural. [...](STF, ADI 3540 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 01/09/2005, DJ 03-02-2006 PP-00014 EMENT VOL-02219-03 PP-00528) (grifos e destaques nossos)

De igual relevância, no mesmo Título VIII, o Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, nos quais tem-se:

a) Seção I - **Da Educação**, como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a **imprescindível colaboração da sociedade**, com vistas ao **pleno desenvolvimento da pessoa**, tornando-a apta ao exercício da **cidadania** e do **trabalho** (art. 205)¹³;

b) Seção II - **Da Cultura**, garantindo-se a todos o pleno exercício dos direitos culturais, apoiando-se e incentivando-se a **valorização e a difusão das manifestações culturais**, as quais devem ser **protegidas pelo Estado** (art. 215, §1º)¹⁴ - com o estabelecimento do **Plano Nacional de Cultura** (art. 215, §3º)¹⁵, constituindo **patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à **identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira**, como as **formas de expressão** e os **modos de criar, fazer e viver** (art. 216, incs. I e II)¹⁶;

c) Seção III - **Do Desporto**, constituindo dever do Estado o **fomento das práticas desportivas**, observando-se a **promoção prioritária do desporto educacional**, protegendo-se e incentivando-se as manifestações desportivas de

¹³Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

¹⁴Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

¹⁵3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)[...]

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) [...]

¹⁶Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

criação nacional, bem como **o lazer, como forma de promoção social** (art. 217, incs. II e IV, e §3º)¹⁷

No que tange especificamente à **educação ambiental**, a mesma se encontra expressamente prevista, na sequência, no §1º, inc. VI, do art. 225 da CF/88, sendo disciplinada pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que prevê a Política Nacional de Educação Ambiental¹⁸.

Por seu turno, **correlacionando** os direitos constitucionais à **cultura** (Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010 - Plano Nacional de Cultura¹⁹) e ao **desporto** (Lei 9.615, de 24 de março de 1998 - Normas gerais sobre desporto²⁰) com o **meio ambiente cultural**, o ilustre doutrinador Celso Antônio Pacheco Fiorillo assim disserta:

Conforme já tivemos oportunidade de destacar, **a estrutura jurídica do meio ambiente no Brasil possui**, pelo seu próprio conceito desenvolvido na Lei n. 6.938/81, integrado ao art. 225 da Constituição Federal, **uma conotação multifacetária, na medida em que o objeto de proteção se verifica em pelo menos quatro aspectos distintos (meio ambiente cultural,**

¹⁷Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

[...] II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

[...] IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

[...] § 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

¹⁸Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

¹⁹Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o § 3º do art. 215 da Constituição Federal, constante do Anexo, com duração de 10 (dez) anos e regido pelos seguintes princípios:

[...] IV - direito de todos à arte e à cultura;

V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;

VI - direito à memória e às tradições;

VII - responsabilidade socioambiental;

[...] XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;

²⁰Art. 4º O Sistema Brasileiro do Desporto compreende:

[...] § 2º A organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social, inclusive para os fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar no 75, de 20 de maio de 1993. (Redação dada pela Lei nº 10.672, de 2003)

artificial, do trabalho e natural), os quais preenchem o conceito da sadia qualidade de vida.

Ao tutelar o meio ambiente cultural, o objeto imediato de proteção relacionado à qualidade de vida em nosso país é o *patrimônio cultural brasileiro*, conceituado constitucionalmente (art. 216) como (*omissis*), não fazendo a Carta Magna restrição a qualquer tipo de bem, de modo que podem ser eles materiais ou imateriais, singulares ou coletivos, móveis ou imóveis, mas sempre passíveis de proteção independentemente do fato de terem sido criados por intervenção humana.

Como recreação, passatempo, lazer, o *desporto*, embora explicitamente indicado no art. 217 da Constituição Federal, **passou a ter natureza jurídica de bem ambiental a partir de 1988 na medida em que se encontra claramente integrado ao conteúdo do art. 216, por ser importante forma de expressão (art. 216, I), portadora de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.**

O desporto faz parte, em síntese, do patrimônio cultural brasileiro (art. 216, *caput*, da CF), sendo **dever do Estado observar sua proteção assim como incentivar as manifestações desportivas de criação nacional** (art. 217, IV).

Abrangendo tanto as práticas formais(reguladas por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, conforme estabelece o art. 1º, §1º, da Lei n. 9.615/98), **como as não formais** (caracterizadas pela liberdade lúdica de seus praticantes, ou seja, que se faz por gosto sem outro objetivo que o próprio prazer de fazê-lo visando mais ao divertimento puro e simples, como indica o art. 1º, §2º, da Lei n. 9.615/98), **no desporto deve-se observar de qualquer forma e necessariamente o fundamento da dignidade da pessoa humana** (art. 1º, III) **como importante critério delimitador da ordem econômica** (art. 170 e §1º, IV, da CF), **sempre no sentido de respeitar as necessidades de brasileiros e estrangeiros residentes no País no que se refere ao importante direito ao lazer** (art. 6º da CF) **como componente do denominado "piso vital mínimo".**

(*op. cit.*, p. 493/496; g.n.)

Prossegue o nobre professor, destacando que **o futebol** - uma das diversas destinações da Arena Multiuso -**é mais do que um mero desporto, mas verdadeiro patrimônio cultural brasileiro:**

Introduzido no Brasil por Charles Miller, paulistano do Brás, o futebol teve início em nosso país em abril de 1895, com jogo entre funcionários de empresas inglesas que atuavam em São Paulo. Posteriormente o novo esporte, iniciado no Estado de São Paulo, começou a surgir em outros estados brasileiros, sendo certo que, no ano de 1902, o primeiro campeonato de futebol no Brasil foi organizado em São Paulo com os cinco clubes que compunham a recém-fundada liga paulista.

O fato é que a partir da iniciativa de Charles Miller **o futebol passou a caracterizar-se**, não só no Estado de São Paulo, mas em todo o Brasil, **não só como simples desporto, mas como um dos mais importantes bens portadores de referência à identidade, à ação, bem como à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, sendo certo que a prática de assistir a jogos de futebol profissional em estádios se tornou, no final do século XX, uma das principais atividades de lazer de grande parte da população brasileira, sendo até nos dias de hoje verdadeiro fator de integração nacional quando nossa seleção participa de Copas do Mundo. **Trata-se de forma de expressão** (art. 216, I, da CF) **claramente associada ao lazer** (art. 6º da CF) **em proveito da família** (art. 226 da CF) **e da pessoa humana** (art. 1º, III, da CF).

Em conclusão, podemos citar a importante lição de Hilário Franco Junior, professor de história social da Universidade de São Paulo, quando demonstra que **"a constatação é fácil de ser feita e frequentemente repetida: o futebol é o fenômeno cultural mais difundido no mundo de hoje"**.

A tutela jurídica do futebol como desporto tem por via de consequência não só o amparo do Art. 217 da Constituição Federal, mas evidentemente dos arts. 6º, 215 e 216 de nossa Carta Magna (patrimônio cultural/meio ambiente cultural).

[...] Reiterando a interpretação jurídica antes aludida, **já é pacífico nos nossos tribunais o entendimento destinado a estabelecer juridicamente o futebol como patrimônio cultural brasileiro**, como a decisão do Tribunal de

Justiça do Rio de Janeiro, nos autos do Processo n. 2006.001.137059-2, que já estabeleceu ser o futebol patrimônio cultural²¹.

(*op. cit.*, p. 493/500; g.n.)

Perceba-se, neste prisma, que o lazer aparece expressamente categorizado como direito social na Constituição Federal de 1988, vinculado diretamente ao direito ao desporto e ao direito à cultura, apto a resguardar aspectos da feição lúdica da vida humana.

Nesse sentido, válida digressão ao quanto consignado em obra conjunta de J.J. Canotilho, Ingo Wolfgang Sarlet, Lênio Luiz Streck e Gilmar Ferreira Mendes:

“O direito ao lazer, à semelhança do que acontece com outros direitos sociais, não tem seu conteúdo definido pelo texto constitucional. Apesar disso, **a relação com diversas normas constitucionais de cunho protetivo permite que se infira uma função essencialmente protetiva do direito ao lazer, no sentido de resguardar o aspecto mais lúdico da vida humana, impondo ao poder público o dever de assegurar as condições** (por prestações materiais e normativas) **que viabilizem o acesso e o exercício de atividades de lazer pela população.** Nesse sentido, vem a jurisprudência entendendo que **o direito ao lazer estaria vinculado aos direitos à cultura e ao desporto**, seja na efetivação do direito à educação, ao permitir uma formação mais ampla das crianças e adolescentes, seja na concretização de políticas públicas de garantia de qualidade de vida ao idoso. **O direito ao lazer, retoma, assim, o conceito de saúde como ‘estado de bem-estar físico, mental e social’ (OMS)**, perpassando garantias específicas sobre a saúde dos trabalhadores e justificando, por isso, que possa integrar o conteúdo do mínimo existencial e da própria vida com dignidade, já que inerente à vida com (alguma) qualidade.”

(CANOTILHO, J.J. Gomes... [*et all*]. Comentários à Constituição do Brasil. – 2ª Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 580. grifos nossos)

²¹ O autor também cita decisão proferida pela Câmara Ambiental do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação 994.09.013383-3 - p. 507.

Como se vê, o direito ao lazer é compromisso fundamental assumido constitucionalmente, refletindo ao Estado a obrigação de efetivo implemento de seus conteúdos.

Mesmo porque, como ensina Johan Huizinga no mundialmente aclamado *Homo Ludens*, é impossível olvidar a ludicidade (os jogos) como elemento constitutivo de todas as culturas mundialmente conhecidas, estando ligada à própria condição de ser vivente²². Ou seja, a natureza lúdica do homem é um dos fundamentos axiológicos centrais do princípio da dignidade humana, que funciona como um “*mandamento de otimização*”²³ a harmonizar a efetivação simultânea (ponderada à melhor medida do possível) dos direitos de lazer, cultura e meio ambiente.

Por esta razão, a leitura do direito fundamental ao meio ambiente há que ser feita de modo entrelaçado com as demais garantias constitucionais²⁴ (lazer, desporto, cultura, livre-iniciativa, trabalho, moradia, transporte, etc.), tornando-se imperioso demarcar juridicamente, pelo menos, quatro aspectos de proteção ambiental: meio ambiente natural, meio ambiente artificial, meio ambiente cultural e meio ambiente laboral.

A inferência de que o meio ambiente tutelado pela Constituição se restringiria aos bens materiais ou naturais seria superficial e equivocada, na exata medida em que resguarda íntima relação com a dignidade da vida humana, que - como dito *ab ovo* - em muito transcende à esfera meramente biológica, motivo pelo qual o Estado se compromete a assegurar condições acessíveis de lazer, cultura e entretenimento, não por

²² “Encontramos o jogo na cultura, como um elemento dado existente antes da própria cultura, acompanhando-a e marcando-a desde as mais distantes origens até a fase de civilização em que agora nos encontramos. Em toda a parte encontramos presente o jogo, como uma qualidade de ação bem determinada e distinta da vida comum. [...] “A existência do jogo é inegável. É possível negar, se quiser, quase todas as abstrações: a justiça, a beleza, o bem, Deus. É possível negar-se a seriedade, mas não o jogo.” (HUIZINGA, Johan (2014). *Homo Ludens*: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, p. 6.)

²³ ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008, p.90.

²⁴ “O meio ambiente não ocupa uma posição de preferência absoluta em relação a outros bens e interesses. Como todos os direitos fundamentais, ele constitui um direito *prima facie* e atinge os seus contornos definitivos apenas na relação de reciprocidade com as outras categorias de direitos consagrados no texto da Constituição Federal.” CANOTILHO, J.J. Gomes... [et al]. Comentários à Constituição do Brasil. – 2ª Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 2179.

escopos demagogos (“*panem et circenses*”), mas como premissa central de uma existência social aprazível.

Inclusive, é de se notar que a presença da expressão “qualidade de vida” no *caput* do art. 225 da Constituição Federal - a seguir analisado - não é trivial, eis que intencionalmente remete à magna função do meio ambiente, que haverá de servir (de modo sustentável) à economia, à cultura, ao desporto e, claro, ao lazer.

Finalmente, consolidando-se, para fins do presente trabalho, as bases constitucionais, temos no Título VIII em análise o Capítulo VI - **Do Meio Ambiente**, constituindo-se o **meio ambiente ecologicamente equilibrado** direito de todos, **bem de uso comum** do povo, **imprescindível à sadia qualidade de vida**, sendo **dever do Poder Público e da coletividade** sua **defesa e preservação para as gerações atuais e futuras** (art. 225, *caput*), efetivando-se tal direito por meio, dentre outras medidas, da **preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais** (§1º, inc. I), da **definição de espaços territoriais especialmente protegidos**, a serem alterados ou suprimidos somente através de lei (§1º, inc. III), da **exigência de estudo prévio de impacto ambiental** para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente (§1º, inc. IV), além da **promoção da educação ambiental** e da **conscientização pública** para a preservação do meio ambiente (§1º, inc. VI)²⁵, lembrando-se ser de **competência comum** da União, dos

²⁵ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

[...] III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)

[...] VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar as florestas, a fauna e a flora (art. 23, incs. VI e VII)²⁶.

Em comentários ao art. 225 da Constituição Federal, o ilustre professor Frederico Amado destaca o **nascimento das constituições "verdes"**, com a consequente criação de **"Estado Democrático Social de Direito Ambiental"**, socorrendo-se, ainda, da lição do não menos ilustre, o também doutrinador e Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antônio Herman Benjamin:

Há uma **crescente tendência mundial na positivação constitucional das normas protetivas do meio ambiente, notadamente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente - CNUM (Estocolmo, 1972) pela ONU.**

Esse **recente fenômeno político** decorre do caráter cada vez mais analítico da maioria das constituições sociais, assim como da **importância da elevação das regras e princípios do meio ambiente ao ápice dos ordenamentos, a fim de conferir maior segurança jurídico-ambiental.**

Logo, **começaram a nascer as constituições "verdes" (Estado Democrático Social de Direito Ambiental), a exemplo da portuguesa (1976) e da espanhola (1978), que tiveram influência direta na elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, notadamente na redação do artigo 225, principal fonte legal do patrimônio ambiental natural.**

Segundo ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN (2007, p. 66-67), há **traços comuns entre os modelos constitucionais ambientais comparados**, com mínimas variações, destacando o competente Ministro do STJ as seguintes similitudes:

- a) adoção de uma compreensão sistêmica e legalmente autônoma do meio ambiente;
- b) compromisso ético de não empobrecer a Terra e a sua biodiversidade;
- c) estimulação da atualização do direito de propriedade para adequá-lo à proteção ambiental;

²⁶Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

d) opção por processos decisórios abertos, transparentes, bem-informados e democráticos (devido processo ambiental);

e) preocupação com a implementação das normas constitucionais ambientais, trazendo as constituições instrumentos de efetivação.

Hoje, no Brasil, toda a base do Direito Ambiental se encontra cristalizada na Lei Maior: **competências legislativas** (artigos 22, IV, XII e XXVI, 24, VI, VII e VIII, e 30, I e II); **competências administrativas** (artigo 23, III, IV, VI, VII e IX); **Ordem Econômica Ambiental** (artigo 170, VI); **meio ambiente artificial** (artigo 182); **meio ambiente cultural** (artigos 215 e 216); **meio ambiente natural** (artigo 225), entre outras disposições esparsas e não menos importantes, formando o denominado **Direito Constitucional Ambiental**.

ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN (2007, p. 69-80) ainda aponta os **benefícios da constitucionalização do Direito Ambiental**, sob as vertentes substanciais e formais.

Substancialmente, lista o Ministro do STJ **seis ganhos**: *estabelecimento de um dever constitucional genérico de não degradar; base do regime de explorabilidade limitada e condicionante; a ecologização da propriedade e da sua função social; a proteção ambiental como direito fundamental; a legitimação constitucional da função estatal reguladora; a redução da discricionariedade administrativa e a ampliação da participação pública.*

De seu turno, **sob o prisma formal**, foram enunciados pelo referido jurista **cinco benefícios**: *a máxima preeminência (superioridade) e proeminência (perceptibilidade) dos direitos; deveres e princípios ambientais; a segurança normativa; a substituição do paradigma da legalidade ambiental para a constitucionalidade ambiental; o controle da constitucionalidade da lei e o reforço exegético pró-ambiente das normas infraconstitucionais.*

(AMADO, Frederico. Legislação Ambiental Comentada. 2ª edição, revista, atualizada e ampliada. Salvador/BA - editora Juspodvium. 2018, páginas 126/127; grifos nossos)

Prossegue o doutrinador destacando o **caráter fundamental** do direito expresso no art. 225, *caput*, da Carta Magna, bem como os decorrentes **mínimo existencial ecológico, vedação ao retrocesso e desenvolvimento sustentável**:

O legislador constituinte reconheceu expressamente o **direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado** (artigo 225,

caput), de terceira dimensão, pois coletivo, transindividual, com aplicabilidade imediata, vez que sua incidência independe de regulamentação.

O bem ambiental é autônomo, imaterial e de natureza difusa, transcendendo à tradicional classificação dos bens em públicos (das pessoas jurídicas de direito público) e privados, pois toda a coletividade é titular desse direito (bem de uso comum do povo).

Assim sendo, o meio ambiente ecologicamente equilibrado foi afetado ao uso comum do povo, não podendo ser desafetado (ou desdestinado), sob pena de violação constitucional.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é formalmente e materialmente fundamental, pois além de estar previsto na Lei Maior (aspecto formal), é condição indispensável para a realização da dignidade da pessoa humana (aspecto material), fonte da qual provêm todos os direitos fundamentais.

Como direito fundamental que é, possui as seguintes características:

- **Historicidade** (decorre de conquistas por lutas dos povos em prol da defesa do meio ambiente);
- **Universalidade** (são dirigidos a toda a população mundial, muito embora exista variações entre as legislações das nações);
- **Irrenunciabilidade** (o povo não poderá abrir mão do direito ao equilíbrio ambiental);
- **Inalienabilidade** (está fora do comércio);
- **Limitabilidade** (são direitos relativos, pois nenhum direito fundamental é absoluto, podendo ceder, no caso concreto, em razão de outro direito fundamental inconciliável na hipótese, mediante o juízo de ponderação, norteados pela proporcionalidade);
- **Imprescritibilidade** (não prescrevem pelo não exercício).

Em decorrência do caráter imprescritível do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a pretensão de reparação do dano ambiental é perpétua, conforme entendimento referendado pelo STJ.

Ademais, outra consequência do *status* de fundamental atribuído ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é a **vedação ao retrocesso ecológico**, posto que a legislação ambiental deverá ser cada vez mais protetiva dos ecossistemas naturais, inclusive porque a cada dia se acentua a crise ambiental em razão do elevado consumo de recursos naturais da atual sociedade de massa que se pauta pelo consumismo exagerado.

Portanto, as pessoas têm direito a um **mínimo existencial ecológico** para gozar de uma vida digna, pois sem uma água limpa para beber, um ar

puro para respirar e um alimento sem agrotóxicos ou outros males todos os demais direitos fundamentais ficarão prejudicados, em especial o direito à saúde.

[...]

Esse direito fundamental será realizado por ações positivas ou negativas do Poder Público e de toda a coletividade, **por meio da implementação do desenvolvimento sustentável**, que **compatibilize a necessidade de crescimento econômico com a preservação ambiental**, atendendo às necessidades das presentes gerações sem privar as futuras das suas parcelas dos recursos ambientais, a fim de manter a sua perenidade.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é presente no Brasil na dimensão objetiva e subjetiva. A objetiva impõe diretrizes ambientais aos poderes constituídos e a toda a coletividade **no sentido de respeitar a normatização para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável**. Logo, houve a irradiação desse direito fundamental às relações privadas, bem como a sua elevação à categoria de princípio constitucional.

[...] Já a dimensão subjetiva faz nascer um direito prestacional positivo e negativo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado em que todos os integrantes da sociedade brasileira são simultaneamente credores e devedores, obrigando-se a prestações de fazer ou não fazer, conforme prescrito pelas leis ambientais.

(*op. cit.*, páginas 127/129; grifos nossos)

Também sobre a **constitucionalização do Direito Ambiental**, lecionam Pedro Abi-Eçab, Promotor de Justiça (MP/RO), membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), mestre, doutor e professor, e Alexandre Gaio, Promotor de Justiça (MP/PR) em exercício no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (CAOPMAHU), especialista e mestre:

A Constituição de 1988 é marca indelével do "esverdeamento" do ordenamento jurídico brasileiro, eis que as anteriores nada traziam especificamente sobre a proteção do ambiente natural. Intensamente impregnada de ambientalismo explícito ou implícito ao longo de seu texto, seguiu a tendência adotada pelas Constituições de Portugal (1976) e Espanha (1978) e, na América Latina, por Equador e Peru (1979), Chile (1980),

Honduras (1982), Panamá (1983), Guatemala (1985) e Nicarágua (1987), resultando em um "documento essencialmente ambientalista".

A análise do texto constitucional descortina inúmeros dispositivos que direta ou indiretamente tem reflexos no meio ambiente.

Já no Preâmbulo, o constituinte afirma o desiderato de instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar, dentre outros valores, os **direitos sociais**, a **segurança** e o **bem-estar**. Os **direitos sociais**, na linguagem dos tratados internacionais, incluem o que o ordenamento brasileiro denomina de direitos difusos e coletivos, onde se situa o direito ao meio ambiente. Já a **segurança** constitui-se em valor fundante do Estado de Direito e se opõe a risco, o qual inequivocadamente possui uma vertente ecológica: os riscos ambientais, problema cada vez mais acentuado na sociedade de risco. O **bem-estar**, expressão que, aliás, aparece sete outras vezes ao longo do texto constitucional, inclusive se referindo a animais (art. 227, §7º), não existe sem que se assegure ao indivíduo um meio ambiente saudável.

No art. 1º, III, assenta-se como um dos fundamentos da República a **dignidade da pessoa humana**, valor fundante que se irradia por todo o ordenamento e conectado diretamente ao direito à vida (art. 5º, *caput*), e que, por certo, não se concretiza num ambiente poluído. No art. 3º, dentre os objetivos fundamentais da República, estão a construir uma sociedade livre, justa e solidária a promover o bem de todos. Ora, a solidariedade é justamente um dos valores mais caros ao Direito Ambiental, conforme ensinam Sarlet e Fensterseifer, para quem o direito humano e fundamental a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado é exemplo paradigmático de um direito-dever ou o que pode ser designado como **direito de solidariedade**.

[...] Ao tratar da ordem econômica (art. 170), estabeleceu ter por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios, dentre os quais a função social (inciso III) e a defesa do meio ambiente (inciso VI). [...]

Avançou o constituinte na superação do caráter individualista da propriedade, condicionando seu uso ao cumprimento da função social, integrada por ampla dimensão ambiental, devendo a propriedade rural atender a requisitos como "I - aproveitamento racional e adequado" e "utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente" (art. 186, I e II). No caso da propriedade urbana, condicionou aos requisitos traçados no plano diretor municipal (art. 182).

Previu expressamente o meio ambiente do trabalho no art. 200, VIII, competindo ao sistema único de saúde colaborar na sua proteção. Ao tratar da comunicação social, previu que esta não sofrerá qualquer censura, porém

determinou que a propaganda não poderá ser nociva à saúde e ao meio ambiente (art. 220, §3º, II).

[...] Além de dispor detalhadamente sobre a proteção ao patrimônio cultural (artigos 215 e 216), dedicou um capítulo inteiro (o VI) ao meio ambiente, capítulo este composto pelo extenso art. 225, destacando o meio ambiente como um direito "essencial", que a todos incumbe defender, e que pertence inclusive às futuras gerações, prevendo, ao longo dos parágrafos, diversos instrumentos para sua defesa.

(ABI-EÇAB, Pedro; GAIO, Alexandre. Tutela do Meio Ambiente. *in* Manual de direitos difusos / organizador Edilson Vitorelli - Salvador: Editora JusPodivm, 2018, páginas 515/516; grifos do original)

Além da consagração do direito ambiental ao patamar constitucional, **a doutrina rememora as Convenções internacionais** que precederam e que sucederam a Carta Magna de 1988 - i) Conferência de Estocolmo (1972), ii) Rio/ECO-92, iii) Rio+10/Johannesburgo (2002) e iv) Rio+20 (2012) -, merecendo destaque a pesquisa ímpar do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Especialista, Mestre, Doutor e consagrado doutrinador Luís Paulo Sirvinskas:

Trata-se da **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972**, e ficou conhecida simplesmente por **Conferência de Estocolmo**. Ela foi, no nosso entender, a mais importante, pois deu origem ao direito ambiental. A partir dela, foram surgindo todos os demais instrumentos internacionais, na esfera ambiental. Dessa conferência resultou a **Declaração de Princípios sobre o Meio Ambiente Humano**, contendo 26 princípios. No entanto, a ideia para a sua realização foi apresentada pelo Conselho Econômico e Social da ONU em 1968, pois havia uma preocupação, na época, com a poluição do ar e a chuva ácida.

Participaram da reunião 113 países e centenas de organizações governamentais e não governamentais interessadas na questão ambiental.

Restou acertado que o conceito de meio ambiente humano deveria compreender não só o meio ambiente natural, mas também o meio artificial, como fundamento do desenvolvimento pleno do ser humano. Além do conceito de meio ambiente, foram abordados os seguintes temas: meio ambiente como direito humano; **desenvolvimento sustentável**; proteção da biodiversidade; luta contra a poluição; **combate à pobreza**; planejamento;

desenvolvimento tecnológico; limitação à soberania territorial dos Estados; cooperação; e adequação das soluções à especificidade dos problemas.

[...] Esta declaração não foi assinada pelo Brasil, na época, mas seus princípios passaram a integrar o ordenamento jurídico e muitos dos princípios hoje fazem parte do art. 225 da CF. Com fundamento nestes princípios, as Nações Unidas passaram a baixar inúmeras resoluções, recomendações etc.

[...]

(ECO-92) **A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**, realizada no **Rio de Janeiro**, entre os dias 3 e 14 de junho de **1992**, teve por objetivo reafirmar a Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, no dia 16 de junho de 1972. Compareceram representantes de 117 países, os quais aprovaram e firmaram vinte e sete princípios nesta conferência.

Tais representante se reuniram para fazer um balanço dos princípios firmados em 1972, em Estocolmo, Suécia, externado na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano. Apesar da dificuldade para se chegar a um acordo nesta conferência, ocorreram alguns avanços, tais como: a) Agenda 21; b) **Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**; c) Declaração de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável das Florestas; d) Fundo para o Meio Ambiente; e) Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB; e f) Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima.

[...]

ACúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como **Rio+10, reuniu-se na cidade de Johannesburgo, na África do Sul**, de 26 de agosto a 4 de setembro de **2002**, para dar continuidade às discussões iniciadas há trinta anos pela Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano (1972), em Estocolmo, e dez anos após a ECO-92, no Rio de Janeiro. Objetivou-se, nessa reunião, encontrar medidas práticas e efetivas para ajudar a África do Sul na luta pela paz, pela **erradicação da pobreza** e pelo **desenvolvimento sustentável**. Além disso, pretendeu-se encontrar medidas para a proteção da biodiversidade e diminuir as consequências do efeito estufa, substituindo-se a energia extraída de combustível fóssil (petróleo, carvão mineral e gás natural) por energia limpa (hidrelétrica, biomassa, eólica, solar, álcool e nuclear). Procurou-se também estabelecer medidas para a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio apresentadas pela ONU.

Representantes de 191 países procuraram, nessa reunião, fazer um balanço das recomendações firmadas na ECO-92, no Rio de Janeiro,

externadas na Agenda 21, e na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, em Estocolmo (1972).

[...] Outra questão discutida pela Cúpula da Terra foi a **pobreza mundial**. Assim, **a erradicação da pobreza está intimamente ligada ao desenvolvimento sustentável, que tem por objetivo conciliar o crescimento econômico, a conservação do meio ambiente e a justiça social.**

[...]

O Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada na cidade do **Rio de Janeiro** no período de 13 a 22 de junho de **2012**, no Pavilhão PNUMA, Parque dos Atletas (Barra da Tijuca).

Nessa conferência, **o Brasil propôs para discussão a questão social distribuída em dez propostas:** a) **pobreza - erradicação da pobreza**; b) *comida* - segurança alimentar e nutricional; c) **emprego - acesso ao trabalho decente (socialmente justo e ambientalmente correto)**; d) *energia* - acesso a fontes adequadas de energia; e) *direitos* - igualdade entre países e dentro deles; f) *gênero* - mais poder de decisão de atuação para as mulheres; g) *direito* - microcrédito (acesso a pequenos valores para negócios familiares e bens essenciais); h) *produtos* - inovação para a sustentabilidade (novas tecnologias menos poluentes); i) *água* - acesso a fontes adequadas de água; e j) *vida* - ajuste da pegada ecológica à capacidade de regeneração do planeta.

Essas propostas se assemelham às **oito Metas do Milênio estabelecidas pela ONU que devem fazer parte dos compromissos das ONG(s), dos Governos e das empresas**, quais sejam: 1) **reduzir pela metade o número de pessoas que vivem na miséria e passam fome**; 2) **educação básica de qualidade para todos**; 3) igualdade entre sexos e mais autonomia para as mulheres; 4) redução da mortalidade infantil; 5) melhoria da saúde materna; 6) combate a epidemias e doenças; 7) **garantia da sustentabilidade ambiental**; e 8) estabelecimento de parcerias mundiais para o desenvolvimento.

[...] Ao fim da conferência, foi elaborado o **documento denominado "O Futuro que Queremos"**, com 283 parágrafos e 59 páginas. Esse consenso restringiu-se, em síntese, aos seguintes pontos: a) reafirma os 27 princípios assumidos pela Eco-92; b) a economia verde passa a ser um instrumento importante para o desenvolvimento sustentável e não deve ser um conjunto rígido de regras; c) promete mudança na PNUMA com financiamento seguro no orçamento da ONU e participação de todos os países, mas, por ora, não os transforma em agência ambiental especializada; d) promete tomar decisão em 2015 sobre o acordo de proteção da biodiversidade nos oceanos em alto-mar;

e) a Assembleia Geral da ONU criará comitê de 30 países para propor até 2014 uma estratégia de financiamento; f) a Assembleia Geral da ONU criará grupo de trabalho de 30 integrantes para propor metas em 2013; g) propõe a adoção por todos do Quadro de Programas de 10 anos para mudança do padrão de produção e consumo; e h) compromete-se a promover e garantir às mulheres acesso a métodos de planejamento familiar.

[...] O texto aprovado decorreu do consenso envolvendo 193 países (discussões travadas entre os dias 13 e 17 de junho de 2012) e apresentado aos 114 Chefes de Estado e de Governo que compareceram no Rio de Janeiro (dias 20 a 22 de junho de 2012).

(SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental / Luís Paulo Sirvinskaskas. - 16. ed. - São Paulo : Saraiva Educação, 2018; páginas 928/929; 937/938; 939/941; grifos e destaques nossos)

Igualmente valiosas, as pesquisas de Frederico Amado (*in* Direito ambiental / Frederico Amado. - 9ª ed. rev., atual. e ampl. - Salvador: Juspodivm, 2018, p. 801/802).

Outrossim, do mesmo art. 225 da Constituição Federal e à luz das supra citadas Convenções Internacionais, extraem-se diversos princípios, dentre os quais, para fins do presente trabalho, destaca-se o já tangenciado **princípio do desenvolvimento sustentável**, que tem por objetivo compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental, buscando-se melhor qualidade de vida. Além do próprio dispositivo constitucional, encontra previsão:

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972)

Declaração de Estocolmo

Princípio 8

O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) Declaração do Rio

Princípio 1

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

Princípio 4

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste.

Princípio 5

Todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, irão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburg, África do Sul (2002)

Declaração de Johannesburg

1. Nós representantes dos povos do mundo, reunidos durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburg, África do Sul, entre 2 e 4. de setembro de 2002, reafirmamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.

5. Por conseguinte, assumimos a responsabilidade coletiva de fazer avançar e fortalecer os pilares interdependentes e que se sustentam mutuamente do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental - nos âmbitos local, nacional, regional e global.

11. Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção e a proteção e manejo da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são os principais objetivos e os requisitos essenciais do desenvolvimento sustentável.

Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012)

Rio+20

"O Futuro que Queremos"

2. Erradicar a pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje, e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Neste sentido temos o compromisso de libertar a humanidade, urgentemente, da pobreza e da fome.

4. Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável. Reafirmamos também que, para a realização do

desenvolvimento sustentável, é necessário: promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente com o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes.

22. Reconhecemos os avanços no caminho do desenvolvimento sustentável em nível regional, nacional, subnacional e local. Notamos que as políticas e os planos nesses níveis traduzem os esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável e que uma maior determinação dos governos desde a adoção da Agenda 21 tem transparecido na adoção de medidas legislativas e na criação de instituições, bem como na conclusão e aplicação de acordos e compromissos internacionais, regionais e sub-regionais.

24. Expressamos nossa profunda preocupação com a persistência de elevados níveis de desemprego e de subemprego, particularmente entre os jovens, e consideramos, por conseguinte, a necessidade de estratégias de desenvolvimento sustentável que criem oportunidades de emprego para os jovens em todos os níveis. Neste sentido, reconhecemos a necessidade de uma estratégia global para a juventude e o emprego, fundamentada no trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

46. Reconhecemos que a implementação do desenvolvimento sustentável dependerá do envolvimento ativo dos setores público e privado. Reconhecemos que a participação ativa do setor privado, nomeadamente através da importante ferramenta de parcerias público-privadas, pode contribuir para a realização do desenvolvimento sustentável. Apoiamos a operacionalização de estruturas nacionais, especialmente na área regulamentar que permitam ao comércio e à indústria adotar iniciativas em matéria de desenvolvimento sustentável, tendo em conta a importância da responsabilidade social. Fazemos um apelo para que o setor privado se engaje em práticas empresariais responsáveis, tais como as promovidas pelo Pacto Global da ONU.

Conforme se pode observar, **todas as declarações e compromissos assumidos têm em comum a equalização entre o desenvolvimento sustentável - em diversos níveis, sobretudo regional e local - e a preservação do meio ambiente**, visando a

melhoria da qualidade de vida das pessoas, a erradicação da pobreza, a geração de empregos e a efetivação da dignidade da pessoa humana.

Sobre esta equalização discorre o Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Especialista, Mestre, Doutor e consagrado doutrinador Luís Paulo Sirvinskaskas:

O termo *desenvolvimento sustentável* surgiu no final da década de 1970 e tomou relevo no Relatório de Brundtland - documento da ONU - em meados de 1980. Este relatório foi publicado, mais precisamente em 1988, com o título de *Nosso futuro comum*, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, presidida por Gro Harlem Brundtland. A expressão foi definitivamente consagrada na ECO-92 e transformada em princípio. Tal **princípio procura conciliar a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento socioeconômico para a melhoria da qualidade de vida do homem**. É a utilização racional dos recursos naturais não renováveis, também conhecido como meio ambiente ecologicamente equilibrado ou ecodesenvolvimento.

[...] O **princípio do equilíbrio** "é o princípio pelo qual devem ser pesadas todas as implicações de uma intervenção no meio ambiente, buscando-se adotar a solução que melhor concilie um resultado globalmente positivo."

Há a necessidade de analisar todas as consequências possíveis e previsíveis da intervenção no meio ambiente, ressaltando os benefícios que essa medida pode trazer de útil ao ser humano sem sobrecarregar sobremaneira o meio ambiente. Em outras palavras, **devem ser sopesadas todas as implicações do projeto a ser implantado na localidade, tais como: aspectos ambientais, aspectos econômicos, aspectos sociais etc.** Nenhum aspecto pode sobrepor-se a outro, ou seja, o conjunto dessa análise deve ser favorável ao meio ambiente - pender do lado ambiental.

(SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental / Luís Paulo Sirvinskaskas. - 16. ed. - São Paulo : Saraiva Educação, 2018, p. 143 e 147; g.n.)

Nesse aspecto, oportuna também a lição do não menos ilustre Professor Celso Antônio Pacheco Fiorillo:

A terminologia empregada a este princípio (do desenvolvimento sustentável) surgiu, inicialmente, na Conferência Mundial de Meio Ambiente,

realizada, em 1972, em Estocolmo e repetida nas demais conferências sobre o meio ambiente, em especial na ECO-92, a qual empregou o termo em onze de seus vinte e sete princípios.

[...] Considerando-se que os recursos ambientais não são inesgotáveis, tornando-se inadmissível que as atividades econômicas desenvolvam-se alheias a esse fato. **Busca-se com isso a coexistência harmônica entre economia e meio ambiente.** Permite-se o desenvolvimento, mas de forma sustentável, planejada, para que os recursos hoje existentes não se esgotem ou tornem-se inócuos.

Dessa forma, **o princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.**

[...] Assim, a livre iniciativa, que rege as atividades econômicas, começou a ter outro significado. A liberdade de agir e dispor tratada pelo Texto Constitucional (a livre iniciativa) passou a ser compreendida de forma mais restrita, o que significa dizer que não existe a liberdade, a livre iniciativa, voltada à disposição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Este deve ser o objetivo. **Busca-se, na verdade, a coexistência de ambos sem que a ordem econômica inviabilize um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sem que este obste o desenvolvimento econômico.**

[...] Com isso, **o princípio não objetiva impedir o desenvolvimento econômico.** Sabemos que a atividade econômica, na maioria das vezes, representa alguma degradação ambiental. Todavia, o que se procura é minimizá-la, pois pensar de forma contrária significaria dizer que nenhum empreendimento que venha a afetar o meio ambiente poderá ser instalado, e não é essa a concepção apreendida do texto. O correto é que as atividades sejam desenvolvidas lançando-se mão dos instrumentos existentes, adequados para a menor degradação possível.

(Fiorillo, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro / Celso Antonio Pacheco Fiorillo. - 18. ed. - São Paulo : Saraiva, 2018. p. 71/76; g.n.)

Consolidando as bases de tão relevante princípio, o escólio de Frederico Amado, no qual se destaca a **acepção social** do que denomina de **desenvolvimento sustentável** ou **eco-desenvolvimento**:

Tem previsão implícita na cabeça do artigo 225, combinado com o artigo 170, VI, ambos da Constituição Federal e expressa no Princípio 04 da Declaração do Rio: "Para se alcançar um desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada separadamente", tendo sido plantada a sua semente mundial na Conferência de Estocolmo de 1972.

Antes, em 1950, a IUCN (*World Conservation/International Union Conservation of Nature*) ofertou ao mundo um trabalho que pela primeira vez utilizou a expressão "desenvolvimento sustentável".

Posteriormente, em 1987, o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, delimitou o desenvolvimento sustentável como o "desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades."

No Brasil, não se trata de inovação do atual ordenamento constitucional ou da RIO 1992, pois já presente anteriormente em nosso ordenamento jurídico, vez que a Política Nacional do Meio Ambiente visará "à compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico", nos termos do artigo 4º, I, da Lei 6.938/1981.

Deveras, as necessidades humanas são ilimitadas (fruto de um consumismo exagerado incentivado pelos fornecedores de produtos e serviços ou mesmo pelo Estado), mas os recursos ambientais naturais não, tendo o planeta Terra uma capacidade máxima de suporte, sendo curial buscar a SUSTENTABILIDADE.

[...] **Este princípio decorre de uma ponderação que deverá ser feita casuisticamente entre o direito fundamental ao desenvolvimento econômico e o direito à preservação ambiental, à luz do Princípio da Proporcionalidade.**

[...] **Destarte, desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de existência digna das gerações futuras, sendo possível melhorar a qualidade de vida dos vivos sem prejudicar o potencial desenvolvimento das novas gerações.**

Será sustentável apenas o desenvolvimento que observe a capacidade de suporte da poluição pelos ecossistemas, respeitando a perenidade dos recursos naturais, a fim de manter bons padrões de qualidade ambiental.

Todavia, o Princípio do Desenvolvimento Sustentável não possui apenas uma vertente econômico-ambiental, mas também tem uma acepção social, consistente na justa repartição das riquezas no mundo,

pois inexistirá qualquer razoabilidade em se determinar a alguém que preserve os recursos naturais sem previamente disponibilizar as mínimas condições de dignidade humana.

Nesse sentido, de acordo com o artigo 3º, II, da Lei Complementar 140/2011, a atuação ambiental comum dos entes federativos terá como objetivo fundamental garantir o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico com a proteção do meio ambiente, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.

(AMADO, Frederico. Direito ambiental / Frederico Amado. - 9ª ed. rev., atual. e ampl. - Salvador:Juspodivm, 2018, p. 84/87; g.n.).

Por seu turno, podemos igualmente extrair do art. 225 da Carta Maior **o princípio da educação ambiental**, estabelecendo para o Poder Público dois mandamentos: i) garantir a educação ambiental em todos os níveis de ensino (conforme disciplina a já citada Lei 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental) e ii) conscientizar a população sobre a necessidade de preservação do meio ambiente (Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente)²⁷. Este princípio também se encontra previsto nas Convenções Internacionais, conforme abaixo demonstrado:

Declaração de Estocolmo

Princípio 19

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de

²⁷Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

[...] X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos.

Declaração do Rio (ECO-92)

Princípio 10

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.

Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012) - Rio+20

"O Futuro que Queremos"

44. Reconhecemos o papel da sociedade civil e a importância de permitir que todos os seus membros participem ativamente do desenvolvimento sustentável. Reconhecemos que uma maior participação da sociedade civil supõe, entre outros fatores, um melhor acesso à informação, a capacitação e um ambiente propício. Reconhecemos que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) facilitam o fluxo de informações entre governantes e governados. Nesse sentido, é essencial trabalhar para a melhoria do acesso às TICs, especialmente às redes e serviços de banda larga e serviços, e reduzir o fosso digital, reconhecendo a contribuição da cooperação internacional nesta matéria.

No que tange especificamente à **educação ambiental**, Carla Canepa, doutora e professora - em obra organizada por ÉdisMilaré, Procurador de Justiça aposentado (MP/SP), primeiro Coordenador das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (1983/1992) e Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (1992/1994), e por Paulo Affonso Leme Machado, Promotor de Justiça aposentado (MP/SP), mestre, doutor e professor -, assim discorre:

A educação ambiental tem-se revelado, ultimamente, relevante assunto nas discussões sobre a formatação de uma sociedade sustentável. Reafirmada e consolidada pela Constituição Federal de 1988 e disciplinada pela Lei 9.795, de 27.04.1999 (Lei da Política Nacional de Educação Ambiental), além de ser mencionada em inúmeros documentos internacionais, é considerada instrumento indispensável para se alcançar tal desiderato.

O disposto no art. 225, §1º, VI, da CF/1988 comanda que, para assegurar a efetividade do direito o meio ambiente equilibrado especificado em seu *caput*, **incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino para que assim se crie uma conscientização pública para a preservação do meio ambiente.** Ives Gandra Martins, ao comentar esse dispositivo, opina que é "mais que um direito", pois "determina o constituinte que levar a sociedade a valorizar a preservação do meio ambiente é política de que os governos não podem abrir mão, para, através da educação, de um lado, e da conscientização, de outro, conseguir criar um 'ambiente cultural' de perenização do 'ambiente natural', em face da própria fiscalização que a sociedade exercerá".

Na mesma direção caminharam os trabalhos de muitos outros autores, na esteira do alerta suscitado por vários eventos internacionais, especialmente o da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano - a Conferência de Estocolmo - realizada em 1972, e precursora de todas as que vieram a seguir, resultado de uma crescente preocupação mundial com os problemas ambientais."

(CANEPA, Carla. Educação Ambiental. in Direito ambiental : fundamentos do direito ambiental / ÉdísMilaré, Paulo Affonso Leme Machado organizadores. -- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2011. -- (Coleção doutrinas essenciais; v. 1) - páginas 741/742; g.n.)

Nesse contexto, **tomando a educação ambiental como decorrência do princípio da participação**, o escólio do professor Celso Antônio Pacheco Fiorillo:

Ao falarmos em **participação**, temos em vista a conduta de *tomar parte* em alguma coisa, *agir em conjunto*. Dadas a importância e a necessidade dessa ação conjunta, esse foi um dos objetivos abraçados pela nossa Carta Magna, no tocante à defesa do meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, *caput*, consagrou na defesa do meio ambiente a **atuação presente do Estado e da sociedade**

civilna proteção e preservação do meio ambiente, ao impor à coletividade e ao Poder Público tais deveres.

[...] **O princípio da participação constitui ainda um dos elementos do Estado Social de Direito**(que também poderia ser denominado Estado Ambiental de Direito), porquanto todos os direitos sociais são a estrutura essencial de uma saudável qualidade de vida, que, como sabemos, é um dos pontos cardeais da tutela ambiental.

Nessa perspectiva, denotam-se presentes dois elementos fundamentais para a efetivação dessa ação em conjunto: a *informação* e a *educação ambiental*, mecanismos de atuação, numa relação de complementariedade.

[...] **A informação ambiental** encontra respaldo legal nos arts. 6º, §3º, e 10 da Política Nacional do Meio Ambiente.

Além disso, como é sabido, alguns princípios no direito ambiental constitucional se interpenetram, de modo a estabelecerem uma interdependência. Com isso, observa-se que a educação ambiental é efetivada mediante a informação ambiental, que é expressamente abraçada pela Constituição, no seu art. 225, §1º, VI: (*omissis*)

[...] **A educação ambiental** decorre do princípio da participação na tutela do meio ambiente, e, como acima mencionado, restou expressamente prevista na Constituição Federal, no seu art. 225, §1º, VI. Buscou-se trazer consciência ecológica ao povo, titular do direito ao meio ambiente, permitindo a efetivação do princípio da participação na salvaguarda desse direito.

Educar ambientalmente significa: a) reduzir os custos ambientais, à medida que a população atuará como guardião do meio ambiente; b) efetivar o princípio da prevenção; c) fixar a ideia de consciência ecológica, que buscará sempre a utilização de tecnologias limpas; d) incentivar a realização do princípio da solidariedade, no exato sentido que perceberá que o meio ambiente é único, indivisível e de titulares indetermináveis, devendo ser justa e distributivamente acessível a todos; e) efetivar o princípio da participação, entre outras finalidades.(Fiorillo, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro / Celso Antonio Pacheco Fiorillo. - 18. ed. - São Paulo : Saraiva, 2018; p. 102/106; g.n.)

Da mesma forma, do art. 225 da Constituição Federal, irradia-se o **princípio da solidariedade intergeracional ou equidade**, impondo o dever de preservação e defesa do meio ambiente para as gerações presentes (solidariedade sincrônica) e futuras (solidariedade diacrônica), com a utilização dos recursos naturais de forma parcimoniosa, segundo previsto nas históricas Convenções Internacionais:

Declaração de Estocolmo

Princípio 1

O homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o *apartheid*, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas.

Declaração do Rio (ECO-92)

Princípio 3

O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras.

Declaração de Johannesburg

3. No início desta Cúpula, as crianças do mundo nos disseram, numa voz simples porém clara, que o futuro pertence a elas e, em consequência, instaram todos nós a assegurar que, por meio de nossas ações, elas herdarão um mundo livre da indignidade e da indecência causadas pela pobreza, pela degradação ambiental e por padrões de desenvolvimento insustentáveis.

Rio+20

"O Futuro que Queremos"

1. Nós, Chefes de Estado e de Governo, e representantes de alto nível, reunidos no Rio de Janeiro, Brasil, de 20 a 22 de junho de 2012, com a plena participação da sociedade civil, renovamos o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o nosso planeta e para as atuais e futuras gerações.

Sobre este verdadeiro **pacto de gerações**, assim discorre o doutrinador Frederico Amado:

Por este Princípio, que inspirou a parte final do *caput* do artigo 225 da CRFB, **as presentes gerações devem preservar o meio ambiente e adotar políticas ambientais para a presente e as futuras gerações, não podendo utilizar os recursos ambientais de maneira irracional de modo que prive seus descendentes do seu desfrute**. Não é justo utilizar recursos naturais que devem ser reservados aos que ainda não existem.

Na realidade, o Princípio do Desenvolvimento Sustentável busca a realização deste. **Há um pacto fictício com as gerações futuras, que devem também ter acesso aos recursos ambientais para ter uma vida digna**, razão pela qual as nações devem tutelar com maior intensidade os animais e vegetais ameaçados de extinção.

(AMADO, Frederico. Direito ambiental / Frederico Amado. - 9ª ed. rev., atual. e ampl. - Salvador :Juspodivm, 2018, p. 94/95; g.n.).

Finalmente, dentre os princípios que decorrem do debatido art. 225 da Carta Magna e que interessam ao presente estudo, temos o **princípio da função socioambiental da propriedade**, traduzido no exercício do direito de propriedade com respeito ao bem-estar da coletividade e ao meio ambiente, com ampla previsão constitucional (os já citados e transcritos arts. 5º, incs. XXII e XXIII; 170, inc. III; 182, §2º; 186, inc. II) e legal (Código Civil, art. 1.228, §1º²⁸).

Curial destacar-se que tal princípio encontra-se intimamente ligado com o do desenvolvimento sustentável, visto que ambos têm por objetivo melhorar a qualidade de vida da população.

Ademais, como corolário de ambos os princípios supra, temos a **função social da cidade**, a garantir a seus habitantes os direitos fundamentais, conforme a lição ímpar do professor livre-docente de Direito Ambiental Celso Antônio Pacheco Fiorillo:

²⁸Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

A política urbana estabelece como um dos princípios o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. A *plenitude* vislumbrada pela norma encontra-se satisfeita quando do efetivo respeito aos preceitos trazidos pelos arts. 5º e 6º da Constituição Federal.

Isso significa dizer que **a função social da cidade é cumprida quando esta proporciona a seus habitantes o direito à vida, à segurança, à igualdade, à propriedade e à liberdade** (CF, art. 5º, *caput*), bem como **quando garante a todos um *piso vital mínimo***, compreendido pelos **direitos sociais à educação, à saúde, ao lazer, ao trabalho, à previdência social, à maternidade, à infância, à assistência aos desamparados**, entre outros encartados no art. 6º.

[...] Em linhas gerais, a função social da cidade é cumprida quando proporciona a seus habitantes uma vida com qualidade, satisfazendo os direitos fundamentais, em consonância com o que o art. 225 preceitua.

Podemos identificar 5 (cinco) principais funções sociais da cidade, vinculando-as à realização: a) da habitação; b) da circulação; c) do lazer; d) do trabalho e e) do consumo.

[...] Outra função importante da cidade é permitir a livre e tranquila *circulação*, através de um **adequado sistema de rede viária e de transportes**, contribuindo com a melhoria dos transportes coletivos. Nesse aspecto, ganha relevância, em especial nas grandes cidades, temas relacionados ao trânsito, o qual se apresenta como um óbice à livre e adequada circulação.

Além disso, **para uma cidade cumprir a sua função social deve destinar áreas ao lazer e à recreação**, construindo praças e implementando áreas verdes.

Cabe ainda à cidade **viabilizar o desenvolvimento das atividades laborativas, gerando possibilidades reais de trabalho aos seus habitantes**, tudo para que existam **condições econômicas destinadas à realização do consumo de produtos e serviços fundamentais para a realização da existência da pessoa humana**, bem como da ordem econômica estabelecida em nosso País.

(*in op. cit.*, p. 565/566; g.n.)

Também merece destaque a visão de Ivan Carneiro Castanheiro, Promotor de Justiça (MP/SP) em exercício no Grupo Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA), mestre e professor:

Uma vez mais, conveniente mencionar que a esmagadora maioria da população brasileira vive nas cidades, em especial nos grandes centros, conforme exposto no presente trabalho. Nesse contexto, **é nas cidades que irão ou não se concretizarem os direitos fundamentais** dos brasileiros e estrangeiros residentes no país, **de maneira a se concretizar ou não nesses espaços a dignidade da pessoa humana.**

[...] Portanto, **essa dignidade da pessoa humana estará tanto quanto mais próxima na medida em que o urbanismo conseguir êxito na complexa e desafiadora tarefa de integrar os meios físicos, sociais e ambientais**, em um espaço cada vez mais adensado, diante do inevitável processo de urbanização. Para alcançar tais objetivos, será preciso lançar mão de inúmeros instrumentos jurídicos, quer da área ambiental, quer da urbanística propriamente dita, quer do direito administrativo, mas especialmente e, em caráter prioritário, das disposições constitucionais inovadoras trazidas pelo constituinte em 1988, desapegando-se dos vetustos instrumentos jurídicos, grande parte deles anteriores a Carta Magna, não recepcionados por esta ou inconstitucionais, respectivamente.

Conforme ressalta Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida que "*o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental na medida em que é voltado a assegurar a vida e a dignidade da pessoa humana, preservando a saúde, a segurança, o sossego, o bem-estar da coletividade, e outros valores, sem os quais não pode falar em vida humana digna*".

[...] Nesse contexto, deverá ser evitada qualquer interpretação jurídica que não tenha relação com a **eliminação das desigualdades locais, regionais e/ou nacionais, com a eliminação da pobreza e com o bem-estar geral das presentes e futuras gerações.**

Para atingir esses objetivos, será necessário uma leitura com viés democrático e progressista das diretrizes da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, visão essa plenamente amparada pelas disposições da ordem econômica na Carta Magna (em especial o art. 170), a qual, refletindo o espírito inovador do constituinte, previu que a ordem econômica **deverá assegurar a todos uma digna existência, com justiça social, lastreado nos princípios da função social da propriedade, na defesa do consumidor, na defesa do meio ambiente** (de maneira a considerar os impactos de produtos e serviços na dinâmica das pessoas), **com redução das desigualdades sociais e regionais.** (CASTANHEIRO, Ivan Carneiro. Direito Urbanístico e Direito à Moradia. *in* Manual de direitos difusos / organizador Edilson Vitorelli - Salvador: Editora JusPodivm, 2018, páginas 669/670; g.n.)

Fincadas estas imprescindíveis premissas básicas, no que tange à **necessidade de intervenção em Área de Preservação Permanente (APP)**, disciplinada na Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), **e em vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica**, objeto da Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006, observa-se que o empreendimento, mais uma vez, encontra respaldo na legislação especial e também na doutrina e na jurisprudência.

A doutrina destaca que a intervenção nos denominados **espaços territoriais especialmente protegidos** pode se dar, de forma excepcional, desde que atendidos os requisitos legais e observados os princípios constitucionais aplicáveis, sobretudo o do **desenvolvimento sustentável**. Nesse sentido, a lição do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Luís Paulo Sirvinskas:

Macrossistemas ou biomas de interesse nacional são caracterizados por extensas áreas de vegetação protegidas pela União, abrangendo um ou mais Estados federados ou país. São conjuntos de ecossistemas que funcionam de forma estável. As unidades de conservação ou reservas florestais (microssistemas), também conhecidas por Áreas de Preservação Ambiental (APAs), são protegidas por lei infraconstitucional.

O legislador constituinte elevou à categoria de patrimônio nacional a Floresta Amazônica brasileira, a **Mata Atlântica**, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense e a Zona Costeira, **também conhecidos por macroecossistemas ou biomas de interesse nacional**, merecendo, portanto, especial atenção (art. 225, §4º, da CF). Há outros biomas tão importantes quanto estes, tais como: campos, pradarias, biomas litorâneos (mangues), Mata dos Pinhais, Mata de Cocais, Domínios das Araucárias, etc.

Os Biomas continentais brasileiros podem ser classificados em: a) Bioma Amazônica; b) Bioma Caatinga; c) Bioma Campos do Sul (Pampa); d) Bioma Cerrado; e) **Bioma Mata Atlântica**; e f) Bioma Pantanal.

[...] A *Mata Atlântica* é constituída por uma formação homogênea situada na Serra do Mar. Percorre todo o litoral brasileiro e possui a maior biodiversidade do mundo. Esse macroecossistema corresponde, atualmente, a uma fração de 7% do total brasileiro, e é o mais agredido pelo homem.

[...] Após longa tramitação (dezoito anos), finalmente foi criada a Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção

da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. [...] Essa lei, por sua vez, foi regulamentada pelo Decreto n. 6.660, de 21 de novembro de 2008.

[...] **A proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável** e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social (art. 6º, da Lei n. 11.428/2006).(*op. cit.*, p. 550/555; g.n.)

No mesmo norte, alertando para o fato de que a proteção constitucional não transformou os biomas em bens públicos, a lição de Frederico Amado:

Outrossim, o §4º, do artigo 225, da CRFB, ao prever que a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira (foram esquecidos dois grandes ecossistemas: o cerrado e a caatinga) são *patrimônio nacional*, não os transformou em bens públicos, apenas expressando o domínio eminente estatal (expressão ampla que abarca o conjunto de bens destinados ao uso direto ou indireto do poder público e da coletividade) decorrente da soberania e do interesse geral em sua conservação.

(AMADO, Frederico. Direito ambiental / Frederico Amado. - 9ª ed. rev., atual. e ampl. - Salvador:Juspodivm, 2018, p. 214).

Assim é que a jurisprudência do E. **Supremo Tribunal Federal** assegura, respeitados os preceitos constitucionais e os requisitos legais, a intervenção em áreas de Mata Atlântica, conforme se pode observar no seguinte julgado:

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ESTAÇÃO ECOLÓGICA - RESERVA FLORESTAL NA SERRA DO MAR - PATRIMÔNIO NACIONAL (CF, ART. 225, PAR.4.) - LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA QUE AFETA O CONTEÚDO ECONÔMICO DO DIREITO DE PROPRIEDADE - DIREITO DO PROPRIETÁRIO À INDENIZAÇÃO - DEVER ESTATAL DE RESSARCIR OS PREJUÍZOS DE ORDEM PATRIMONIAL SOFRIDOS PELO PARTICULAR - RE NÃO CONHECIDO. - Incumbe ao Poder Público o dever constitucional de proteger a flora e de adotar as necessárias medidas que visem a coibir práticas lesivas ao equilíbrio ambiental. Esse encargo, contudo, não exonera o Estado da obrigação de indenizar os proprietários cujos imóveis venham a ser afetados, em sua potencialidade econômica, pelas limitações impostas pela

Administração Pública. - A proteção jurídica dispensada as coberturas vegetais que revestem as propriedades imobiliárias não impede que o dominus venha a promover, dentro dos limites autorizados pelo Código Florestal, o adequado e racional aproveitamento econômico das árvores nelas existentes. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais em geral, tendo presente a garantia constitucional que protege o direito de propriedade, firmou-se no sentido de proclamar a plena indenizabilidade das matas e revestimentos florestais que recobrem áreas dominiais privadas objeto de apossamento estatal ou sujeitas a restrições administrativas impostas pelo Poder Público. Precedentes. - A circunstância de o Estado dispor de competência para criar reservas florestais não lhe confere, só por si - considerando-se os princípios que tutelam, em nosso sistema normativo, o direito de propriedade -, a prerrogativa de subtrair-se ao pagamento de indenização compensatória ao particular, quando a atividade pública, decorrente do exercício de atribuições em tema de direito florestal, impedir ou afetar a válida exploração econômica do imóvel por seu proprietário. - A norma inscrita no ART.225, PAR.4., da Constituição deve ser interpretada de modo harmonioso com o sistema jurídico consagrado pelo ordenamento fundamental, notadamente com a cláusula que, proclamada pelo art. 5., XXII, da Carta Política, garante e assegura o direito de propriedade em todas as suas projeções, inclusive aquela concernente a compensação financeira devida pelo Poder Público ao proprietário atingido por atos imputáveis a atividade estatal.

O preceito consubstanciado no ART.225, PAR. 4., da Carta da República, além de não haver convertido em bens públicos os imóveis particulares abrangidos pelas florestas e pelas matas nele referidas (Mata Atlântica, Serra do Mar, Floresta Amazônica brasileira), também não impede a utilização, pelos próprios particulares, dos recursos naturais existentes naquelas áreas que estejam sujeitas ao domínio privado, desde que observadas as prescrições legais e respeitadas as condições necessárias a preservação ambiental. - A ordem constitucional dispensa tutela efetiva ao direito de propriedade (CF/88, art. 5., XXII). Essa proteção outorgada pela Lei Fundamental da República estende-se, na abrangência normativa de sua incidência tutelar, ao reconhecimento, em favor do dominus, da garantia de compensação financeira, sempre que o Estado, mediante atividade que lhe seja juridicamente imputável, atingir o direito de propriedade em seu conteúdo econômico, ainda que o imóvel particular afetado pela ação do Poder Público esteja localizado em qualquer das áreas referidas no art. 225, PAR. 4., da Constituição. - Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: a

consagração constitucional de um típico direito de terceira geração (CF, art. 225, caput).

(STF, RE 134297, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Primeira Turma, julgado em 13/06/1995, DJ 22-09-1995 PP-30597 EMENT VOL-01801-04 PP-00670) (g.n.)

Aliás, **a correta ideia de que o meio ambiente não é incompatível com o desenvolvimento sustentável** - ao contrário, deve ser com este equalizado -, **há muito se encontra sedimentada na Corte Suprema**²⁹, o que recentemente restou reafirmado no julgamento da constitucionalidade dos dispositivos do Código Florestal:

Informativo STF nº 892, de 26 de fevereiro a 2 de março de 2018:
Código Florestal e constitucionalidade - 3

O Plenário concluiu julgamento conjunto de ações diretas de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade em que se discute diversos dispositivos da Lei 12.651/2012 (Código Florestal) (Informativos 884 e 891). [...]

O Colegiado destacou que o art. 225 da Constituição Federal estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Sob essa perspectiva, o meio ambiente assume função dúplice no microsistema jurídico, na medida em que se consubstancia simultaneamente em direito e em dever dos cidadãos, os quais se posicionam, paralelamente, também de forma simultânea, como credores e como devedores da obrigação de proteção respectiva.

[...] Por outro lado, **as políticas públicas ambientais devem conciliar-se com outros valores democraticamente eleitos pelos legisladores, como o mercado de trabalho, o desenvolvimento social, o atendimento às necessidades básicas de consumo dos cidadãos etc.** Dessa forma, não é adequado desqualificar determinada regra legal como contrária ao comando constitucional de defesa do meio ambiente (CF, art. 225), ou mesmo sob o genérico e subjetivo rótulo de “retrocesso ambiental”, ignorando as diversas

[...] 4. **O meio ambiente não é incompatível com projetos de desenvolvimento econômico e social que cuidem de preservá-lo como patrimônio da humanidade. Com isso, pode-se afirmar que o meio ambiente pode ser palco para a promoção do homem todo e de todos os homens.** [...] (STF, ACO 876 MC-AgR, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Tribunal Pleno, julgado em 19/12/2007, DJe-142 DIVULG 31-07-2008 PUBLIC 01-08-2008 EMENT VOL-02326-01 PP-00044 RTJ VOL-00205-02 PP-00537) (g.n.)

nuances que permeiam o processo decisório do legislador, democraticamente investido da função de apaziguar interesses conflitantes por meio de regras gerais e objetivas. **Não se deve desprezar que a mesma Constituição que protege o meio ambiente também exorta o Estado brasileiro a garantir a livre iniciativa (CF, artigos 1º, IV, e 170) e o desenvolvimento nacional (CF, art. 3º, II), a erradicar a pobreza e a marginalização, e a reduzir as desigualdades sociais e regionais (CF, artigos 3º, III, e 170, VII), a proteger a propriedade (CF, artigos 5º, “caput” e XXII, e 170, II), a buscar o pleno emprego (CF, artigos 170, VIII, e 6º) e a defender o consumidor (CF, artigos 5º, XXXII, e 170, V).**

O desenho institucional das políticas públicas ambientais suscita, assim, o duelo valorativo entre a proteção ambiental e a tutela do desenvolvimento, tendo como centro de gravidade o bem comum e a pessoa humana, num cenário de escassez. Portanto, o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente não são políticas intrinsecamente antagônicas. [...]

(disponível em
<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo892.htm#Codigo%20Florestal%20e%20constitucionalidade%20-%203>; consulta realizada em 31/08/2018; grifos e destaques nossos)

Assim, tem-se que as normas constitucionais, os princípios de direito ambiental, bem como os valores consagrados pelas Convenções Internacionais e pela jurisprudência, conforme já amplamente visto acima, encontram-se observados à saciedade pelo empreendimento. E, no que tange aos requisitos previstos na legislação especial, o mesmo ocorre.

Ora, a Lei 11.428/2006, que trata da utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, **permite**, em seus arts. 23, inc. IV³⁰ e 31 e §1º³¹, **a supressão de**

³⁰Art. 23. O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados:
[...] IV - nos casos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei.

³¹Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

§ 1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou

vegetação secundária em estágio médio de regeneração para edificações em regiões metropolitanas e áreas urbanas, nos perímetros aprovados até a data do início da vigência daquele diploma legal (22/12/2006), desde que preservada no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

Esse é o caso do empreendimento em tela, lembrando tratar-se de área já substancialmente alterada ou degradada (art. 12³²).

Antes de mais nada, demonstrando o preenchimento de todos os requisitos legais, **é a Arena Multiuso uma indubitável edificação**, o que, além de óbvio, se denota do *Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para Segurança e Conforto em Estádios de Futebol*³³, **elaborado pelo Ministério dos Esportes** em conjunto com a **Fundação Getúlio Vargas (FGV)** **para balizar a construção e a melhoria de tais Arenas no Brasil para Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para as Olimpíadas de 2016**, com o destaque para a importância de tal construção na história - antiga e atual - da humanidade³⁴.

Ademais, conforme disposto na **Lei Municipal 7.165, de 27 de agosto de 1996**, que instituiu o **Plano Diretor do Município de Belo Horizonte** (arts. 1º e 2º³⁵), em

edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de **regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.**

³²Art. 12. Os novos empreendimentos que impliquem o corte ou a supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas.

³³Disponível em

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/ascom/publicacoes/Guia%20de%20Recomendaes%20de%20Parametros%20e%20Dimensionamentos%20para%20Segurana%20e%20Conforto%20em%20Estdios%20de%20Futebol.pdf>

³⁴Desde os primeiros exemplares, esse tipo de edificação encontra-se entre os maiores prédios históricos, representando algumas das obras mais antigas de arquitetura — como os estádios gregos; das mais significativas, como os anfiteatros e circos romanos; ou mesmo das mais espetaculares já executadas — do Coliseu de Roma ao Estádio Nacional de Pequim, o Ninho de Pássaro, construído vinte séculos mais tarde que o primeiro.

³⁵Art. 1º - O Plano Diretor do Município de Belo Horizonte é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano - sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, objetivando o desenvolvimento sustentado do Município, tendo em vista as aspirações da coletividade - e de orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada.

Art. 2º - A política de desenvolvimento urbano tem por objetivo o ordenamento do Município e o cumprimento das funções sociais da propriedade, assegurando o bem-estar dos munícipes.

vigor desde 27/12/1996 (art. 86³⁶), ou seja, antes do início da vigência da Lei 11.428/2006, todo o território da capital mineira é considerado integralmente zona urbana (art. 49, inc. I³⁷). Aliás, **o bairro Califórnia, onde se situa o empreendimento, é configurado como de malha urbana desde os idos anos de 1978**, conforme comprova a planta de parcelamento aprovado em 17 de outubro de 1989.

Esta inequívoca e anterior aprovação do perímetro urbano já bastaria, por si só, para autorizar a pretendida intervenção, nos moldes dos citados arts. 23, inc. IV e 31 e §1º, da Lei do Bioma Atlântica.

Todavia, como se não bastasse, tem-se que a **Lei Municipal 7.166, também de 27 de agosto de 1996, que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município**, igualmente em vigor desde 27/12/1996 (art. 117³⁸), **também consagra o território belo horizontino como área urbana** (art. 4º³⁹), e o subdivide em zonas diferenciadas segundo os potenciais de adensamento e as demandas de preservação e proteção ambiental, histórica, cultural, arqueológicas ou paisagísticas, compreendendo assim oito zonas categorizadas. (Figura I).

Nesse sentido, ressalta-se que o terreno da Arena Multiusos encontra inserido em três zonas definidas pelo zoneamento e distintas entre si, a saber, Zona de Proteção – 1 (ZP-1), Zona de Adensamento Restrito – 2 (ZAR-2) e Zona de Grandes Equipamentos (ZE), conforme figura abaixo.

³⁶Art. 86 – Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 6.706, de 5 de agosto de 1994.

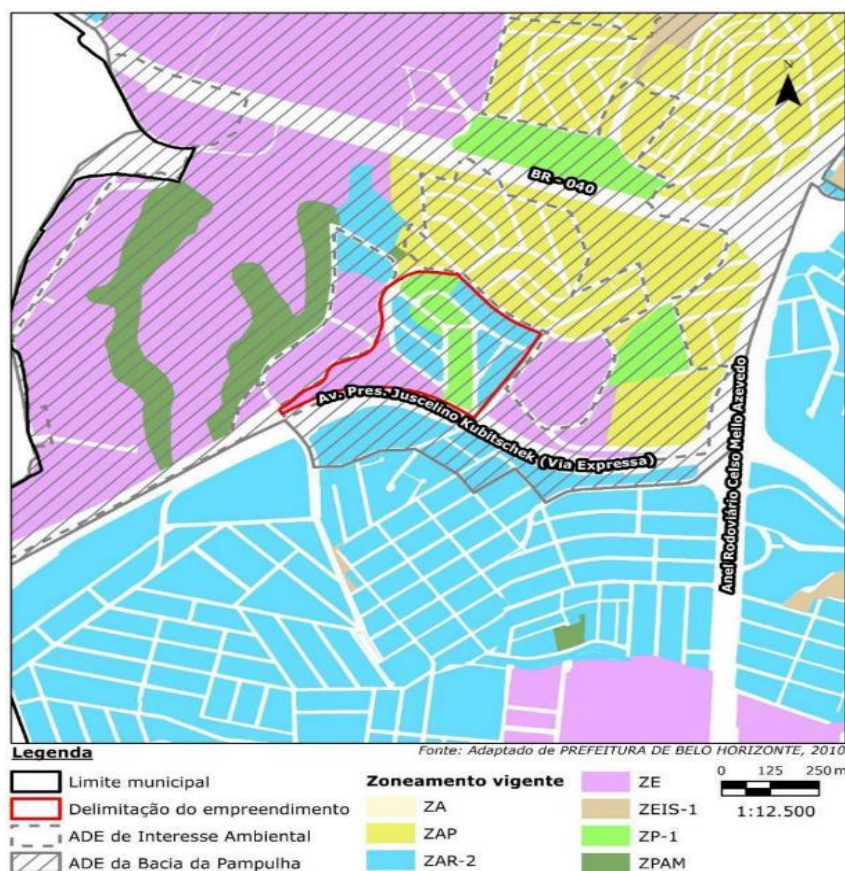
³⁷Art. 49 – São diretrizes de ordenamento do território:

I – considera-lo integralmente zona urbana;

³⁸Art. 117 - Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente: [...]

³⁹Art. 4º - O território do Município é considerado área urbana, dividindo-se em zonas, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor.

Fig. 1 – Zoneamento Vigente do Município de Belo Horizonte



Ademais, ressalta-se que o mapeamento apresentado acima foi elaborado por meio de base de dados georreferenciadas disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte nos moldes da Lei 7.166/1996, e evidencia a classificação do empreendimento nas zonas supramencionadas.

Assim, apresenta-se a seguir o cálculo de proporcionalidade dos parâmetros aplicáveis ao empreendimento, considerando a área do terreno equivalente a 114.656,99m²

Considerando a área do terreno de 114.656,99m², apresentamos um cálculo de proporcionalidade da ocupação dos zoneamentos:

- a. ZP-1: 32.053,76 m² / 27,96%
- b. ZE: 12.750,56 m² / 11,12%

c. ZAR-2: 69.852,68 m² / 60,92%

Total: 114.656,99m² / 100%

Da Zona de Proteção 1: São ZP-1 as regiões, predominantemente desocupadas, de proteção ambiental e preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico ou em que haja risco geológico, nas quais a ocupação é permitida mediante condições especiais. (art. 7º, inciso I, da Lei 7.166/96).

Das Zonas de Grandes Equipamentos: São ZEs as regiões ocupadas ou destinadas a usos de especial relevância na estrutura urbana, como áreas industriais, áreas destinadas às Estações de BHBUS e outros equipamentos, nas quais é vedado o uso residencial. (art. 13, da Lei 7.166/96 e art. 46, da Lei 8.137/00).

Da Zona de Adensamento Restrito 2: São ZAR-2 as regiões em que as condições de infraestrutura e as topográficas ou de articulação viária exigem restrição da ocupação. (art. 8º, inciso II, da Lei 7.166/96), restrições essas que serão superadas pela implementação do próprio empreendimento, com o incremento da infraestrutura urbana local.

Como demonstrado acima, a gleba possui três tipos distintos de zoneamentos sobrepostos a ela. Foi feito portanto, um cálculo da proporcionalidade dos parâmetros urbanísticos com a finalidade de observar e respeitar os parâmetros de cada zoneamento.

A possibilidade de localização e instalação de atividades não residenciais no Município de Belo Horizonte é disciplinada pela conjugação da classificação de cada atividade não residencial com a classificação da via pública quanto à permissividade de usos. Desta forma, a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek (Via expressa), identificada como Via de ligação regional (com função de fazer a ligação com municípios vizinhos) é classificada como preferencialmente não residenciais – VNR. As VNR são vias que buscam privilegiar o uso não residencial.

Segundo anexo XII da Lei 9959/2010, a Arena é classificada como Gestão de estádio e ginásio esportivos, enquadrada no GRUPO III. Conforme anexo XIII da

mesma Lei, atividades do Grupo III em vias ligação regional são admitidas sob condições, as quais o projeto já traga em seu estudo de impacto de vizinhança.

Ademais, a Resolução n. 303, de 20 de março de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites das Áreas de Preservação Permanente, traz a definição de área urbana consolidada, o que se verifica plenamente no caso concreto:

Art. 2. Para os efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

[...]XIII - área urbana consolidada: aquela que atende aos seguintes critérios:

- a) definição legal pelo poder público;
- b) existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana:
 - 1. malha viária com canalização de águas pluviais;
 - 2. rede de abastecimento de água;
 - 3. rede de esgoto;
 - 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
 - 5. recolhimento de resíduos sólidos urbanos;
 - 6. tratamento de resíduos sólidos urbanos; e
- c) densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km².

Importante salientar que a definição de *área urbana consolidada* por meio de critérios objetivamente mensuráveis (densidade demográfica, malha viária e equipamentos urbanos) constitui um *avanço* em relação à aplicação prática da matéria.

Nesse viés, nota-se que o bairro Califórnia, local de instalação da Arena Multiuso, possui todos os critérios objetivos exigidos, ao passo que se trata de região ocupada há décadas, sendo considerada *área urbana consolidada* sob todos os aspectos técnicos e legais.

Fato é que, na região supracitada, as redes de abastecimento de água e de esgoto já estão implantadas ao redor de toda a área do empreendimento, haja vista a existência de diversas unidades residenciais e empresariais circundando o terreno. Além disso, toda a rede de energia elétrica e iluminação pública do entorno da futura Arena Multiuso estão implantadas e em operação.

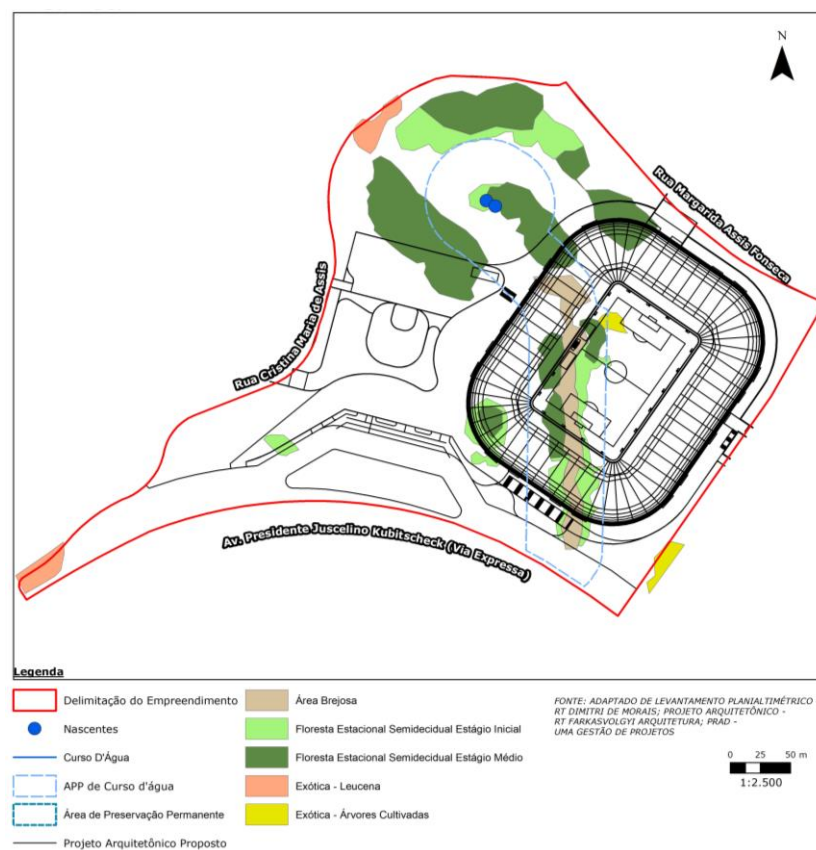
Ademais, ao longo das vias de acesso público que circundam a área destinada ao empreendimento – Rua Cristina Maria de Assis, Rua Margarida Assis Fonseca, Rua Walfrido Mendes e Avenida Presidente Juscelino Kubitschek – observa-se com clareza a atuação da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), devido à existência de postes de energia elétrica e iluminação pública regular.

Em relação ao recolhimento de resíduos sólidos urbanos, a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) – autarquia municipal responsável pela elaboração, controle e execução de programas e atividades voltados para a limpeza urbana de Belo Horizonte – realiza a coleta nos mesmos padrões aplicados a todo o restante do território urbano.

Tais características encontradas na região a configuram, de maneira indubitável, como **área urbana consolidada**, sendo **possível**, portanto, à luz das normas constitucionais e legais especiais aplicáveis, com o que corroboram doutrina e jurisprudência, **a intervenção, no caso concreto, em vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica**, bem como na **Área de Preservação Permanente** em questão.

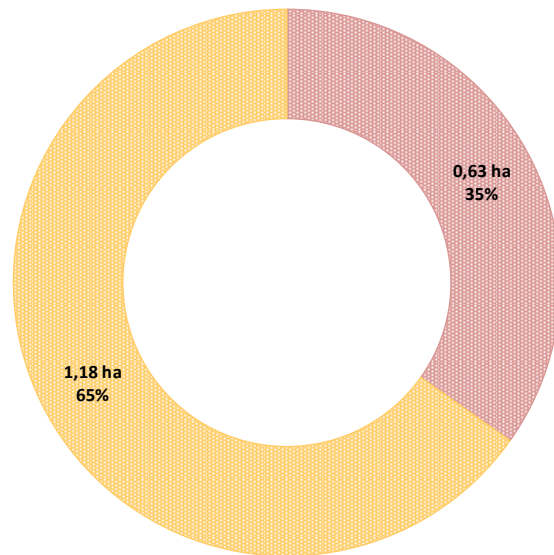
Assim, para a implantação da Arena Multiuso, será necessária a intervenção em 9,97 hectares, considerando a instalação do empreendimento, a implantação do parcelamento proposto, os alargamentos de vias e a movimentação de terra e as supressões de indivíduos arbóreos. Assim, torna-se indispensável a supressão de 0,66 hectares de vegetação nativa (Mata Atlântica estágio médio de regeneração dentro e fora de Área de Preservação Permanente - APP). Ademais, ocorrerá intervenção em 0,33 hectares de área brejosa e em 1,79 hectares de Área de Preservação Permanente – APP., conforme ilustrado abaixo.

Cabe ressaltar que, uma vez que o empreendimento se encontra em estágio de solicitação de Licença Prévia – LP, os números citados acima apresentam-se como uma estimativa.



Em conformidade ao disposto no Artigo 31 da Lei 11.428/2006, apresenta-se abaixo o cálculo estimado referente à intervenção de Mata Atlântica para a implantação da Arena Multiuso:

Área de Supressão x Área de Preservação



- área de supressão de cobertura vegetal em estágio médio de regeneração
- área de preservação de cobertura vegetal em estágio médio de regeneração

- Área total em estágio médio de regeneração de mata atlântica existente = 1,81 ha
- Artigo 31 da Lei 11.428: devem ser preservados o equivalente a 30% da área total em estágio médio = 0,54 ha

- O total de áreas em estágio médio de regeneração de mata atlântica existentes no terreno, levando em conta o censo realizado:
 - **A = 1,81ha**
- A área de supressão de cobertura vegetal em estágio médio de regeneração:
 - **B = 0,63 ha**
- Segundo artigo 31 da Lei 11.428 devem ser preservados o equivalente a 30% da área de supressão de estágio médio, ou seja:
 - **E = A x 0,3 = 1,81 ha x 0,3 = 0,54 ha**

A estimativa do cálculo apresentado acima, repita-se, poderá sofrer alterações, pois o processo de aprovação da Arena Multiuso encontra-se no estágio de solicitação de Licença Prévia – LP.

O mapa abaixo ainda demonstra a canalização do curso d'água existente, sendo necessário uma intervenção de aproximadamente 200 metros. Importante destacar que logo após o fim dos limites do terreno este curso d'água encontra-se já canalizado (conforme legenda “tracejado verde e vermelho”) em toda a sua extensão até desaguar no rio arrudas.

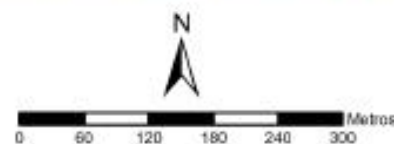


Legenda

- Nascente
- Rede hidrográfica
- Área de preservação
- Limites do terreno
- Microbacia

- APPs de nascentes
- Edificações
- Superfícies impermeáveis
- Superfícies permeáveis

- Canal existente
- Sistema de drenagem projetado
- Rede de micro drenagem
- Rede tubular macro
- Caixa de detenção



Elaboração: Vanelia Bastos Engenharia LTDA,
 Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum: South American Datum 1969, Fuso 23 Sul
 Fonte: IBGE, ESRI e Prefeitura de Belo Horizonte

No que tange às **Áreas de Preservação Permanente (APPs)**, a doutrina igualmente discorre acerca da excepcional possibilidade de intervenção:

Áreas de Preservação Permanente - APP(s) são espaços cobertos ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas (art. 3º, II, da Lei n. 12.651/2012).

[...] As florestas e demais formas de vegetação são reguladas pelo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012), considerando-as como bens de interesse da comunidade. Seus proprietários exercerão seus direitos de acordo com as restrições e limitações legais.

[...] A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. [...] **A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas na Lei n. 12.651/2012.**

(SIRVINSKAS, Luís Paulo. *op. cit.*, p. 591/602; g.n.)

No mesmo norte:

De acordo com o artigo 3º, II, do novo Código Florestal, **Área de Preservação Permanente (APP)** é a "área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas", definição praticamente idêntica à que constava no artigo 1º, §2º, II, do antigo Código Florestal.

Pela definição legal, percebe-se que a área de preservação permanente poderá ou não ser coberta por vegetação nativa, devendo esta ser mantida por questões ambientais e também para preservar a segurança das pessoas.

As áreas descritas no artigo 4º do novo Código Florestal têm incidência *ex lege*, pois instituídas diretamente pelo CFlo, em áreas urbanas ou rurais, independentemente da adoção de alguma providência de demarcação pela Administração Pública ambiental, tendo a natureza jurídica de limitação

de uso ao direito de propriedade, porquanto genéricas, não sendo cabível indenização aos proprietários pelo seu regime jurídico especial restritivo. (AMADO, Frederico. Direito ambiental / Frederico Amado. - 9ª ed. rev., atual. e ampl. - Salvador:Juspodivm, 2018, p. 226).

Da mesma forma, **a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme na possibilidade de intervenção em Áreas de Preservação Permanente**, conforme consagrado no já citado histórico julgamento da ADI 3540 MC:

E M E N T A: MEIO AMBIENTE - DIREITO À PRESERVAÇÃO DE SUA INTEGRIDADE (CF, ART. 225) - PRERROGATIVA QUALIFICADA POR SEU CARÁTER DE METAINDIVIDUALIDADE - DIREITO DE TERCEIRA GERAÇÃO (OU DE NOVÍSSIMA DIMENSÃO) QUE CONSAGRA O POSTULADO DA SOLIDARIEDADE - NECESSIDADE DE IMPEDIR QUE A TRANSGRESSÃO A ESSE DIREITO FAÇA IRROMPER, NO SEIO DA COLETIVIDADE, CONFLITOS INTERGENERACIONAIS - ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS (CF, ART. 225, § 1º, III) - ALTERAÇÃO E SUPRESSÃO DO REGIME JURÍDICO A ELES PERTINENTE - MEDIDAS SUJEITAS AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RESERVA DE LEI - **SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - POSSIBILIDADE DE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CUMPRIDAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS, AUTORIZAR, LICENCIAR OU PERMITIR OBRAS E/OU ATIVIDADES NOS ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS**, DESDE QUE RESPEITADA, QUANTO A ESTES, A INTEGRIDADE DOS ATRIBUTOS JUSTIFICADORES DO REGIME DE PROTEÇÃO ESPECIAL - **RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA** (CF, ART. 3º, II, C/C O ART. 170, VI) **E ECOLOGIA** (CF, ART. 225) - COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS - CRITÉRIOS DE SUPERAÇÃO DESSE ESTADO DE TENSÃO ENTRE VALORES CONSTITUCIONAIS RELEVANTES - OS DIREITOS BÁSICOS DA PESSOA HUMANA E AS SUCESSIVAS GERAÇÕES (FASES OU DIMENSÕES) DE DIREITOS (RTJ 164/158, 160-161) - A QUESTÃO DA PRECEDÊNCIA DO DIREITO À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: UMA LIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL EXPLÍCITA À ATIVIDADE ECONÔMICA (CF, ART. 170, VI) - DECISÃO NÃO REFERENDADA - CONSEQÜENTE INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE MEDIDA

CAUTELAR. A PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE DO MEIO AMBIENTE: EXPRESSÃO CONSTITUCIONAL DE UM DIREITO FUNDAMENTAL QUE ASSISTE À GENERALIDADE DAS PESSOAS. - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Trata-se de um típico direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão), que assiste a todo o gênero humano (RTJ 158/205-206). Incumbe, ao Estado e à própria coletividade, a especial obrigação de defender e preservar, em benefício das presentes e futuras gerações, esse direito de titularidade coletiva e de caráter transindividual (RTJ 164/158-161). O adimplemento desse encargo, que é irrenunciável, representa a garantia de que não se instaurarão, no seio da coletividade, os graves conflitos intergeracionais marcados pelo desrespeito ao dever de solidariedade, que a todos se impõe, na proteção desse bem essencial de uso comum das pessoas em geral. Doutrina. A ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO PODE SER EXERCIDA EM DESARMONIA COM OS PRINCÍPIOS DESTINADOS A TORNAR EFETIVA A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. - A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a "defesa do meio ambiente" (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral. Doutrina. Os instrumentos jurídicos de caráter legal e de natureza constitucional objetivam viabilizar a tutela efetiva do meio ambiente, para que não se alterem as propriedades e os atributos que lhe são inerentes, o que provocaria inaceitável comprometimento da saúde, segurança, cultura, trabalho e bem-estar da população, além de causar graves danos ecológicos ao patrimônio ambiental, considerado este em seu aspecto físico ou natural. **A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL (CF, ART. 3º, II) E A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE DO MEIO AMBIENTE (CF, ART. 225): O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO FATOR DE OBTENÇÃO DO JUSTO EQUILÍBRIO ENTRE AS EXIGÊNCIAS DA ECONOMIA E AS DA ECOLOGIA. - O princípio do desenvolvimento sustentável, além de impregnado de caráter eminentemente constitucional, encontra suporte legitimador em compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e representa fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia, subordinada, no entanto, a**

invocação desse postulado, quando ocorrente situação de conflito entre valores constitucionais relevantes, a uma condição inafastável, cuja observância não comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos fundamentais: o direito à preservação do meio ambiente, que traduz bem de uso comum da generalidade das pessoas, a ser resguardado em favor das presentes e futuras gerações. O ART. 4º DO CÓDIGO FLORESTAL E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67/2001: UM AVANÇO EXPRESSIVO NA TUTELA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. - A Medida Provisória nº 2.166-67, de 24/08/2001, na parte em que introduziu significativas alterações no art. 4º do Código Florestal, longe de comprometer os valores constitucionais consagrados no art. 225 da Lei Fundamental, estabeleceu, ao contrário, mecanismos que permitem um real controle, pelo Estado, das atividades desenvolvidas no âmbito das áreas de preservação permanente, em ordem a impedir ações predatórias e lesivas ao patrimônio ambiental, cuja situação de maior vulnerabilidade reclama proteção mais intensa, agora propiciada, de modo adequado e compatível com o texto constitucional, pelo diploma normativo em questão. - Somente a alteração e a supressão do regime jurídico pertinente aos espaços territoriais especialmente protegidos qualificam-se, por efeito da cláusula inscrita no art. 225, § 1º, III, da Constituição, como matérias sujeitas ao princípio da reserva legal. - **É lícito ao Poder Público** - qualquer que seja a dimensão institucional em que se posicione na estrutura federativa (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios) - **autorizar, licenciar ou permitir a execução de obras e/ou a realização de serviços no âmbito dos espaços territoriais especialmente protegidos, desde que, além de observadas as restrições, limitações e exigências abstratamente estabelecidas em lei, não resulte comprometida a integridade dos atributos que justificaram, quanto a tais territórios, a instituição de regime jurídico de proteção especial** (CF, art. 225, § 1º, III). (STF, ADI 3540 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 01/09/2005, DJ 03-02-2006 PP-00014 EMENT VOL-02219-03 PP-00528) (g.n.)

Nesse quadro, no que se refere às **Áreas de Preservação Permanente (APPs)**, observamos na **Lei 12.651/2012 - Código Florestal** (arts. 1º-A, § único⁴⁰; art. 3º, inc.

⁴⁰Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

II⁴¹), a **possibilidade de intervenção ou de supressão de vegetação nativa na hipótese**, dentre outras, de **interesse social** (art. 8º, *caput*⁴²).

Por sua vez, **entende-se como de interesse social** as atividades similares (art. 3º, inc. IX, al.g) às previstas nas alíneas *a* *af* do mesmo dispositivo legal⁴³, das quais destaca-se *"a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas"* (al. c), quando inexistente alternativa técnica e locacional à atividade proposta.

Sobre infraestrutura, discorre o nobre professor Celso Antonio Pacheco Fiorillo, partindo de análise da Lei 10.257/2001 e concluindo que tal é parte indissociável do meio ambiente artificial e imprescindível para o cumprimento da função social da cidade:

Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

⁴¹Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

[...]II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

⁴²Art. 8º A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

⁴³Art. 3º [...]

X - **interesse social**: (Vide ADC Nº 42) (Vide ADIN Nº 4.903)

a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas;

b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área;

c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas, observadas as condições estabelecidas nesta Lei;

d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009;

e) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade;

f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente;

g) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo federal;(g.n.)

O direito à infraestrutura urbana, também fixado no art. 2º, I, do Estatuto da Cidade, *assegura a brasileiros e estrangeiros residentes no País a efetiva realização por parte do Poder Público municipal de obras ou mesmo atividades destinadas a tornar efetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade*, fixando, agora de maneira clara, através da Lei n. 10.257/2001, o direito de brasileiros e estrangeiros residentes no País ao espaço urbano construído, consistente tanto no chamado espaço urbano aberto como no espaço urbano fechado.

Compõe-se a infraestrutura de equipamentos destinados a fazer com que as cidades "funcionem" dentro do que estabelecem o comando constitucional e o Estatuto da Cidade. Assim, é por força do direito à infraestrutura que o Poder Público municipal passa a ter o dever de implementar as verbas públicas disponíveis e fixadas em orçamento próprio necessárias a prover a cidade de artefatos, instalações e demais apetrechos destinados a assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade em grande parte estabelecidas no art. 2º, I, da Lei n. 10.257/2001.

(*op. cit.*, p. 585)

Note-se que o art. 9º, inc. XIV⁴⁴, da citada Lei 7.165/1996, que instituiu o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, prevê, dentre as diretrizes da política de desenvolvimento econômico, a implantação de infraestrutura voltada para *"a produção artística e cultural e a promoção do entretenimento como fontes geradoras de emprego, renda e qualidade de vida"*.

Ora, no presente caso, conforme demonstrado à saciedade, trata-se a ARENA Multiuso de **infraestrutura destinada não apenas à prática de esportes, lazer, atividades educacionais e culturais**, mas verdadeira **arena multiuso**, apta a sediar **eventos de grande porte**, como **jogos de futebol, shows e convenções**.

Conta com **infraestrutura de uso público**, composta de **auditório, lounge, central de segurança e justiça**, além de **organização da sociedade civil**, o

⁴⁴Art. 9º - São diretrizes da política de desenvolvimento econômico:

[...] XIV - o desenvolvimento de infra-estrutura e a capacitação profissional para atividades destinadas à produção artística e cultural e a promoção do entretenimento como fontes geradoras de emprego, renda e qualidade de vida;

denominado "Instituto Galo", para o desenvolvimento e execução de projetos sociais, educação ambiental e esportes.

Em sua **esplanada** abrigará **praças de esportes, feiras, festivais de música e de teatro, exposições, ações globais**- em especial sociais, de cidadania, e de vacinação -, e sediará, ainda, **Unidade Básica de Saúde (UBS)** e **creche** para atendimento a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade. Já no **parque ecológico** e nos **jardins**, promoverá a preservação do meio ambiente, bem como a **educação ambiental**.

Fonte: Farkasvölgyi Arquitetura, 2018

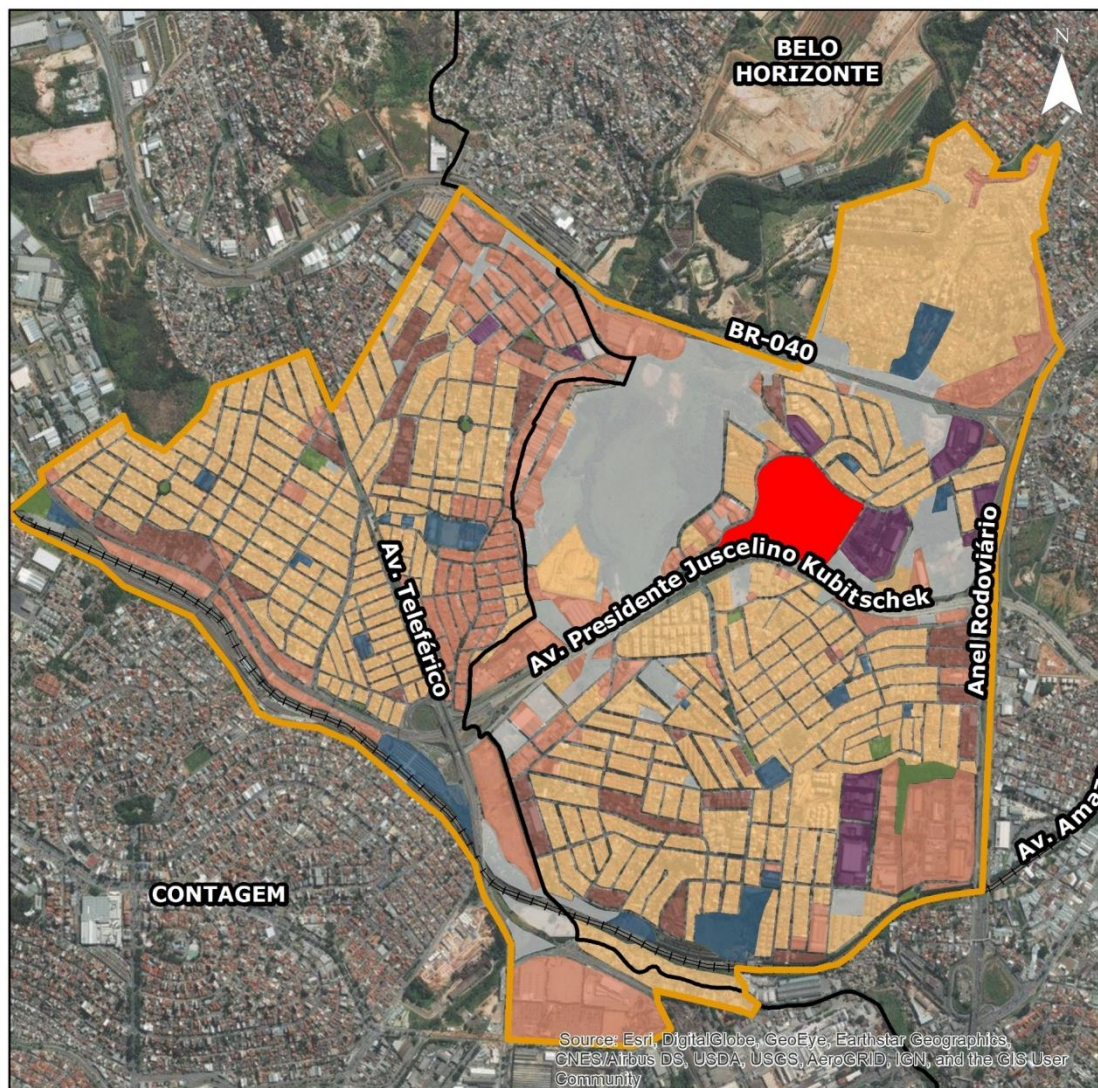


Outro ponto relevantíssimo é a impulsão do **desenvolvimento sócio-econômico da região**, com a **criação de estimados quase 5.800 postos de empregos (entre diretos e indiretos)**, **geração e distribuição de riquezas**, **melhoria da infraestrutura urbana**, em especial a de **segurança e de transportes**, além de inúmeros outros benefícios para a população (como a **disponibilização de serviços de saúde, educação, cultura, esportes, lazer**, etc.), contando com inequívoco e amplo apoio da população potencialmente afetada, conforme **pesquisa de percepção socioambiental**.

Indubitável, portanto, a classificação do empreendimento como sendo de interesse social, nos termos da legislação.

Outrossim, os demais requisitos legais se encontram presentes, tratando-se de **área urbana consolidada**, conforme já demonstrado acima na análise das Leis Municipais 7.165/1996 e 7.166/1996, e evidenciada pelo mapa a seguir que aponta a diversidade de usos encontrados, bem como a consolidação do entorno de inserção da Arena Multiuso. A partir do mapeamento é possível evidenciar o terreno como uma das últimas áreas desocupadas presentes na área, reiterando-se assim a necessidade do mesmo em cumprir sua função social conforme detalhado anteriormente.

Fig. 2 – Mapa de uso e ocupação



Legenda

Área Diretamente Afetada - ADA

Área de Influência Direta - AID

Uso e Ocupação do solo

Residencial

Misto 1 (comércio/serviço)

Misto 2 (comércio/serviço e residencial)

Limite municipal

Linha do metrô

Serviço de uso coletivo

Industrial

Vago e/ou sem uso

Área verde

FONTE: UMA GESTÃO DE PROJETOS, 2018.

0 250 500
m
1:25.000

Finalmente, segundo comprovado por meio dos estudos técnicos competentes, **inexiste alternativa técnica e/ou locacional à atividade proposta**⁴⁵, sendo oportuna a lição de Eduardo Fortunato Bim, Procurador Federal junto ao IBAMA, especialista, mestre e doutorando, no sentido de que **as alternativas inviáveis ou desarrazoadas devem ser descartadas**:

O entendimento inadequado sobre o número de alternativas a ser apresentado poderá estimular a invenção de **alternativas inviáveis ou mesmo desarrazoadas**, apenas para dizer que várias alternativas foram analisadas. O equívoco está em considerar que, quando a legislação exige alternativas, ela impõe muitas alternativas - e não apenas mais do que uma (no mínimo duas, caso seja possível) - ou que ela imponha **alternativas impossíveis ou inviáveis**, ignorando o fato de que elas devem ser razoáveis e factíveis.

A obsessão pela demonstração de um grande número de alternativas é tamanha, que se criam alternativas para evitar eventual alegação de nulidade do estudo e, *ipso facto*, do processo decisório ambiental. Essa distorção ainda pode gerar outra, qual seja, o fraco enfrentamento qualitativo da alternativa.

Apenas as alternativas razoáveis devem ser apresentadas no processo decisório ambiental. Por alternativas razoáveis entenda-se (i) alternativas factíveis, (ii) viáveis e (iii) que estejam dentro das normas técnicas e legais aplicáveis ao empreendimento, garantindo a sua segurança e viabilidade, ainda que muito parecidas entre si.

[...] Paulo Affonso Leme Machado também não hesita em lecionar que "as alternativas analisadas deverão ter razoável viabilidade", **excluindo-se as inexequíveis**. É a mesma crítica feita por Marcia Leuzinger e Sandra Cureau, que apontam a existência de alternativas impraticáveis. O direito da União Europeia e do Reino Unido exigem que as alternativas sejam razoáveis, "não podendo incluir ideias que não são tecnicamente possíveis, ou ilegais.

Mas, afinal, o que é razoável?

Anne Steinemann, ao responder esse questionamento explicita, que "**o número de alternativas para um projeto de empreendimento é, em teoria,**

⁴⁵ Informativo STF nº 892, de 26 de fevereiro a 2 de março de 2018: Código Florestal e constitucionalidade - 3. O Plenário concluiu julgamento conjunto de ações diretas de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade em que se discute diversos dispositivos da Lei 12.651/2012 (Código Florestal) (Informativos 884 e 891). **O Tribunal julgou parcialmente procedente a ADC 42, para: [...]** ii) por maioria, dar interpretação conforme a Constituição ao art. 3º, VIII e IX, de modo a se **condicionar a intervenção excepcional em APP, por interesse social ou utilidade pública, à inexistência de alternativa técnica e/ou locacional à atividade proposta**, vencidos, em parte, os Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello; [...] grifos nossos.

infinito. Então, a variedade de alternativas deve ser limitada 'por alguma noção de viabilidade'". Acrescenta que essa variedade "não deve ultrapassar aquelas razoáveis relacionadas aos objetivos do projeto", que "tipicamente inclui a viabilidade técnica, econômica e política". Czarnezki é enfático quanto a esse ponto: "[...] apenas aquelas alternativas que podem atingir o objetivo do projeto precisam ser discutidas [...] não precisam ser consideradas aquelas possibilidades que são tecnologicamente impraticáveis".

[...] Em famoso precedente (*Vermont Yankee v. NRDC*), **a Suprema Corte estadunidense abordou a questão citando expressamente a necessidade de que as alternativas sejam factíveis, sendo impossível contemplar cada alternativa conjecturável pela mente humana.** [...]

Embora a legislação brasileira refira-se às alternativas, o que pressupõe pelo menos duas, **esse conceito é limitado pela viabilidade técnica, econômica e pela compatibilidade com os objetivos políticos básicos.** Ninguém está obrigado ao impossível, como dizia o milenar axioma romano. **Somente devem ser admitidas como alternativas as viáveis, seja do ponto de vista dos seus custos, do seu enquadramento dentro da política, da legislação, da decisão estatal ou mesmo da técnica, abrangida a segurança do projeto, considerada viável para o grau de risco que se pretende assumir.**

(BIM, Eduardo Fortunato. Licenciamento ambiental / Eduardo Fortunato Bim. - 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p. 227/230, g.n.)

Assim, à luz dos ensinamentos acima mencionados, demonstra-se, de forma objetiva, que as poucas áreas similares à do empreendimento não se mostram como alternativas viáveis ou razoáveis.

Em primeiro lugar, o terreno localizado no bairro União (ilustração abaixo), localizado junto à Avenida José Candido da Silveira, não apresenta dimensões adequadas para a implantação do empreendimento, o que implicaria exclusão, no projeto, de praticamente toda a área da Esplanada - na qual serão disponibilizados importantíssimos serviços sociais, de saúde, esporte e lazer, incluindo-se a UBS e a creche -, bem como dos jardins e do parque ecológico, o que, por si só, já bastaria para demonstrar sua imprestabilidade.

Porém, como se não bastasse, haveria significativo e indesejável impacto ambiental no vizinho Horto Florestal, não se devendo olvidar, ainda, da proximidade de importantes equipamentos outros, como a Fapemig e o Estádio Independência, causando enorme saturamento na vizinhança, em todos os aspectos, sobretudo no viário.



ÁREA TOTAL DO TERRENO = 118.080 m²

Estudo de implantação em terreno no Bairro União

Em segundo lugar, o terreno da Mannesman (figura a seguir), localizado no bairro Barreiro, junto a Avenida Waldyr Soeiro Emrich, mostra-se absolutamente inviável, visto que todo seu zoneamento é classificado como ZP-1, ou seja, Zona de proteção ambiental 1. O coeficiente de aproveitamento é de 0,3 (chegando a área computável máxima de 64.720 m²), a área permeável é de 70% sobre terreno natural (151.014 m²) e a taxa de ocupação é de 20% (43.147 m²). Essas condições impedem a implantação da Arena Multiuso. Há de se considerar também a inexistência de estação de metrô nas proximidades da área, prejudicando ainda mais a mobilidade da região impactada.



ÁREA TOTAL DO TERRENO = 215.735 m²

Estudo de implantação em terreno no Bairro Barreiro

Em terceiro lugar, o terreno localizado no bairro Olhos D' Água (figura abaixo), também se mostra inadequado ao empreendimento, sobretudo por estar localizado junto a ao Anel Rodoviário, nas proximidades da BR 356, rodovias, conforme cediço, de intenso tráfego e de constantes acidentes, cujos efeitos refletem, cotidianamente, em toda a região metropolitana. A eventual instalação de uma arena do porte da ora projetada teria o potencial de criar um verdadeiro caos viário, o que foi considerado, inclusive, pela Prefeitura do Município de Belo Horizonte ao descartar a transferência da rodoviária para a região.

Outrossim, haveria significativo e inaceitável impacto ambiental na Serra do Curral, não se olvidando da altimetria máxima de 7,5 metros ponto a ponto no terreno,

da topografia muito acidentada por declividade acima de 47% em alguns trechos, e da falta de transporte público para o tipo de empreendimento (inexistência de estações de metrô), o que ratifica a inviabilidade de tal terreno para os fins pretendidos.



Estudo de implantação em terreno no Bairro Olhos D'água

Igualmente possível, portanto, e também com forte sustento nas normas constitucionais e legais especiais aplicáveis, e em linha com a doutrina e a jurisprudência, **a intervenção, no caso concreto, em vegetação nativa de Área de Proteção Permanente.**

Por todo o exposto, conclui-se ser inequívoco que **a ARENA Multiuso atende a todas as normas** - constitucionais e legais -, **princípios e Convenções Internacionais de Direito Ambiental**, visto que:

- i) **em linha com os fundamentos da República Federativa do Brasil** (CF/88, art. 1º): cidadania (inc. II), dignidade da pessoa humana (inc. III) e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (inc. IV);
- ii) **sintonizada com os objetivos fundamentais do país** (CF/88, art. 3º): construção de uma sociedade livre, justa e solidária (inc. I), erradicação da

pobreza e da marginalização e redução das desigualdades regionais (inc. III) e promoção do bem de todos, de forma indistinta (inc. IV);

iii) **concretiza os direitos e garantias fundamentais**, dentre os quais a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, exercendo esta conforme sua função social (CF/88, art. 5º, *caput*, e incs. XXII e XXIII);

iv) **efetiva os direitos sociais** da educação, saúde, alimentação, trabalho, transporte, lazer e segurança (CF/88, art. 6º);

v) **respeita a Ordem Econômica Ambiental** (CF, art. 170), fundamentada na valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, visando a garantia da existência digna a todos, alinhada com a justiça social, observando, ainda, os princípios da propriedade privada (inc. II), da função social da propriedade (inc. III), da defesa do meio ambiente (inc. VI), da redução das desigualdades regionais e sociais (inc. VII) e da busca do pleno emprego (inc. VIII);

vi) **insere-se na Política de Desenvolvimento Urbano** (CF, art. 182), atendendo ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, com garantia de bem-estar de seus habitantes, observando, ainda, as exigências do plano diretor (CF, art. 182, §§1º e 2º; Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade);

vii) **respeita a Ordem Social** (CF, art. 193), fundada no primado do trabalho, buscando o bem-estar e a justiça sociais;

viii) **proporciona acesso à saúde**, direito de todos, promovendo ações e serviços considerados de relevância pública (CF, arts. 196 e 197);

ix) **colabora, atendendo a chamamento constitucional, com a educação**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, habilitando-a ao exercício da cidadania e do trabalho (CF, art. 205);

x) **apoia, incentiva, valoriza e difunde as manifestações culturais** (CF, art. 215), encontrando-se em linha com o Plano Nacional de Cultura (Lei 12.343/2010);

xi) **promove o desporto e o lazer**, como formas de promoção social (CF, art. 217; Lei 9.615/1998);

x) **respeita o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado** (CF, art. 225);

xi) **observa as quatro vertentes do meio ambiente:** artificial (CF, art. 182), laboral (CF, art. 200, inc. VIII), cultural (CF, art. 216) e natural (CF, art. 225) (STF, ADI 3540 MC);

xii) **sintonizada com os valores consagrados nas Convenções Internacionais de Direito Ambiental:** Conferência de Estocolmo (1972), Rio/ECO-92, Rio+10/Johannesburgo (2002) e Rio+20 (2012);

xiii) **concretiza oprincípio do desenvolvimento sustentável** (CF, art. 225), equalizando o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental, promovendo o desenvolvimento em níveis local e regional, erradicando a pobreza, gerando empregos e melhorando a qualidade de vida das pessoas;

xiv) **efetiva oprincípio da educação ambiental** (CF, art. 225; Lei 9.795/1999 - Política Nacional de Educação Ambiental), contribuindo para a conscientização da população acerca da necessidade de preservação do meio ambiente (Lei 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente);

xv) **consagra oprincípio da solidariedade intergeracional ou equidade** (CF, art. 225), não apenas respeitando a solidariedade em suas formas sincrônica e diacrônica, preservando e defendendo o meio ambiente para as gerações atuais e futuras, mas construindo verdadeiro legado a se perpetuar no tempo;

xvi) **cumpre oprincípio da função socioambiental da propriedade**, exercendo o direito de propriedade em estrito respeito ao bem-estar da coletividade e do meio ambiente, colaborando com o **pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade**, proporcionando aos habitantes o direito à vida, à segurança e à liberdade, bem como um **piso vital mínimo**, constituído pelos direitos sociais à educação, à saúde, ao lazer, ao transporte e ao trabalho;

xvii) **preenche os requisitos legais exigidos pela Lei 11.428/2006 - Bioma Mata Atlântica c/c as Leis do Município de Belo Horizonte/MG 7.165/96 e 7.166/96**, para a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração;

xviii) **caracteriza-se como atividade de interesse social**, possibilitando, **nos termos da Lei 12.651/2012 - Código Florestal**, a intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente.

Por todo o exposto, **requerer**, nos termos do art. 90, inc. VII, da Constituição do Estado de Minas Gerais, **a expedição de Decreto considerando o empreendimento denominado "ARENA MULTIUSO" como sendo de INTERESSE SOCIAL**, autorizando-se a intervenção em ou supressão de i) vegetação secundária em estágio médio de regeneração em Bioma Mata Atlântica e ii) vegetação nativa em Área de Preservação Permanente

BRUNO MUZZI
MRV PRIME LII INCORPORAÇÕES SPE LTDA

Bruno Muzzi

Av. Mário Werneck, 621 – Buritis, CEP 30.455-610 - Belo Horizonte/MG

Tel./Fax: 3615-8486

E-mail: bruno.muzzi@mrv.com.br

ANEXO II

DECRETO NE Nº 604, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018.

Declara de interesse social, para fins do disposto nas alíneas “c” e “g” do inciso IX do art. 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a obra do empreendimento Arena Multiuso, no Município de Belo Horizonte.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto nas alíneas “c” e “g” do inciso IX do art. 3º da Lei Federal nº 12.651, 25 de maio de 2012,

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarada de interesse social, nos termos do disposto nas alíneas “c” e “g” do inciso IX do art. 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, considerando a alta relevância e o interesse social do empreendimento indicados pelo proponente e justificados na exposição de motivos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a obra da Arena Multiuso, a ser executada pela empresa MRV Prime LII Incorporações SPE Ltda., no Município de Belo Horizonte.

Parágrafo único – Este decreto limita-se, em seus efeitos, ao reconhecimento do interesse social do empreendimento referido no art. 1º.

Art. 2º – A autorização de supressão de vegetação em área de preservação permanente, a partir desta declaração, dependerá de procedimento administrativo próprio dos órgãos ambientais competentes, na forma da legislação vigente, sob pena de perda de eficácia deste decreto.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 23 de novembro de 2018; 230º da Inconfidência Mineira e 197º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL